

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

Janaína Guimarães da Fonseca e Silva

**MODOS DE PENSAR, MANEIRAS DE VIVER:  
Cristãos-novos em Pernambuco no século XVI**

**Recife, 2007**

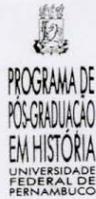
Janaína Guimarães da Fonseca e Silva

**MODOS DE PENSAR, MANEIRAS DE VIVER:  
Cristãos-novos em Pernambuco no século XVI**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito à obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Virgínia Almoêdo de Assis.

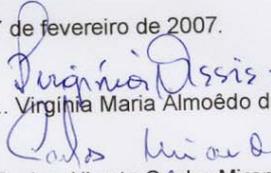
Recife, 2007

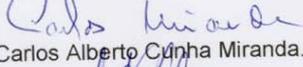


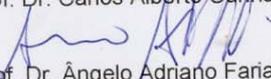
ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA JANAINA GUIMARAES DA  
FONSECA E SILVA.

Às 14:00 h do dia 27 (vinte e sete) de fevereiro de 2007 (dois mil e sete), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pela aluna **Janaina Guimarães da Fonseca e Silva**, intitulada "**Modos de pensar, maneiras de viver: Cristãos-novos em Pernambuco no século XVI**", em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder a mesma o conceito "**APROVADA COM DISTINÇÃO**" em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Virgínia Maria Almoêdo de Assis (orientadora), Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda e Prof. Dr. Ângelo Adriano Faria de Assis. Assinam, também, a presente ata o Coordenador, Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro e a Secretária do Dept<sup>o</sup> de História, Rogéria Feitosa de Sá, para os devidos efeitos legais.

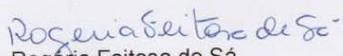
Recife, 27 de fevereiro de 2007.

  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Virgínia Maria Almoêdo de Assis.

  
Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda.

  
Prof. Dr. Ângelo Adriano Faria de Assis.

  
Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro

  
Rogéria Feitosa de Sá

**Silva, Janaína Guimarães da Fonseca e**

**Modos de pensar, maneiras de viver: cristãos-novos em Pernambuco no século XVI. – Recife: O Autor, 2007.**

**156 folhas : il., gráf., tab., mapas.**

**Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História. Recife, 2007.**

**Inclui: bibliografia e anexos**

**1. Cristãos-novos – Pernambuco. 2. História – Aspectos históricos – Cotidiano. 3. Inquisição. 4. Judeus portugueses. 5. Relatos. I. Título.**

**981.024**

**981**

**ed.)**

**CDU (2.**

**CDD (22. ed.)**

**UFPE**

**BCFCH2007/58**

A Camila, por iluminar minha vida e tornar meu caminhar mais leve.

A Hugo, meu companheiro de Vida e de História.

A Délio e Fátima, por tudo (literalmente tudo).

## Agradecimentos

Sem dúvida a parte mais difícil desse trabalho foi escrever os agradecimentos, não que me fugisse à memória os nomes que aqui deveriam constar, mas porque às vezes não sinto este trabalho apenas como meu, mas fruto de inúmeras intervenções, sugestões e encaminhamentos que me fazem devedora de várias pessoas. Ou seja, se preparem porque a lista é grande.

Primeiramente gostaria de agradecer a minha orientadora, prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Virginia Almoêdo de Assis, pelo magnífico suporte que me deu nesse percurso, por sempre acrescentar, criticar, elogiar e, sobretudo, confiar no resultado de nossa parceria. Minha admiração e carinho para com ela são imensuráveis.

A Alexandra Lima Cavalcante, pela primeira oportunidade de contato com o universo colonial. Agradeço também ao Arquivo Histórico Judaico, pela grande base que me deu para o estudo do tema, e cujo acervo utilizei amplamente. Agradeço principalmente a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Tânia Kaufman que me introduziu na pesquisa histórica, e a Cláudia Gouveia e Amaro Braga, companheiros de pesquisa, pelas dicas, apoio e suporte nessa empreitada. Especial gratidão dedico a meu “irmão” Daniel Breda, cuja parceria transpõe os limites da academia, mas nela também me foi fundamental.

Ao Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Angelo Assis, pelo incentivo de levar adiante o estudo do tema e pelas inúmeras contribuições no decorrer deste trabalho, cuja inspiração e paixão pela História são deveras contagiantes. Ao Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Carlos Alberto Miranda, pelo tempo dedicado com atenção esse estudo e cujas críticas e sugestões se fazem aqui presentes. A Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Suely Cordeiro, pelas contribuições em minha qualificação, que foram importantíssimas, e pelos inúmeros incentivos a pesquisa que me deram, agradeço a seriedade, carinho e atenção.

Ao programa de pós-graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco. Ao CNPq pelo financiamento desta pesquisa e aos professores da pós-graduação em História, especialmente aos Prof<sup>os</sup> Dr<sup>os</sup> Marcus Carvalho, Socorro Ferraz, Antonio Paulo Resende, Antonio Torres Montenegro e Marc Hoffnagel.

Aos funcionários da Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas e a Levi Rodrigues, do Laboratório de Pesquisa e Ensino da História (LAPEH-UFPE). A Carmem Lucia C. dos Santos e a Aluizio Medeiros, agradeço a dedicação ao programa de pós-

graduação em História e expresseu meu sincero carinho que transpõe a relação entre aluno e funcionário e adentra o campo das afinidades pessoais.

Agradeço também aos colegas de turma, principalmente as colegas, que comigo compartilharam as alegrias, dificuldades e expectativas do mestrado em nossos animados encontros pelos restaurantes da Cidade Universitária. Especialmente a Letícia Detoni, minha companheira de turma, período e fontes, pela intensa troca de idéias, material e solidariedades, compartilhados nesse percurso. Historiadora cujo olhar, por vezes divergente, me foi enriquecedor no desenvolvimento de algumas críticas. A Natália Barros, agradeço pelas sugestões bibliográficas e pela tranquilidade passada em momentos fundamentais de nosso caminhar. Sou muito grata também a Gian Carlo Melo, mestrando da Universidade Federal Rural de Pernambuco, parceiro de encontros e discussões acerca do universo colonial, por seu intenso apoio e solidariedade.

Agradeço imensamente a meus amigos, que entenderam minhas ausências e suportaram meu “janainar”, nas palavras de Rodrigo Peixoto. Compartilhar com eles minhas angústias e expectativas tornou esse caminhar mais leve e cada momento juntos me dava ânimo para continuar, sabendo que com eles dividiria também a alegria da finalização desse projeto. Deixo aqui meu carinho especial a minha “quase” irmã Ana Arruda, que mais do que nenhum outro entendeu o distanciamento imposto pelo intenso trabalho de escrita. E também a minha grande amiga Manuela Assunção, presente em todos os momentos mais importantes de minha jornada, mas que agora está longe, impossibilitada de comigo celebrar o encerramento de uma importante etapa. As duas, meu amor e carinho infinitos.

Por fim agradeço a minha família, especialmente a minhas irmãs, cunhados e sobrinhos, pelo apoio, amor e intenso incentivo desde sempre. E também aos Guedes Moura, família de meu companheiro, que me acolheu, ajudou e incentivou nesses últimos anos. Atenção e agradecimento especial vão para os meus pais, por terem me apoiado em momento tão difícil, entendendo minhas demandas, sem questionar minhas escolhas, respeitando o espaço necessário à elaboração deste trabalho e acima de tudo, confiando em minha capacidade de realizá-lo. Finalmente a Hugo, meu amor, cujo desprendimento e solidariedade foram fundamentais para meu estudo e escrita, tendo ele cuidado do que me é mais precioso, Camila, nossa filha.

## Resumo

Este trabalho visa analisar a presença dos cristãos-novos no Brasil durante o século XVI, a partir das relações entre os reconhecidos como cristãos-novos e os demais habitantes de Pernambuco nesse período. Para tanto, estudamos as condições em que se construiu o elemento cristão-novo, ainda na Península Ibérica e logo a chegada desses elementos em Pernambuco. Através das “Denúncias e Confissões” à Mesa do Visitador (1591-1595) reconstituímos as relações de casamento, compadrio e amizade que uniam cristãos-novos e velhos. Bem como a relação dos primeiros com índios e negros no processo de colonização. Analisamos também as redes formadas pelos cristãos-novos localizados em Pernambuco juntamente com outros cristãos-novos e judeus portugueses envolvidos no comércio em outros centros ligados à produção açucareira. Dedicamos-nos por fim à participação dos mesmos nos espaços de sociabilidade e o exercício de diversas atividades produtivas.

**Palavras-chaves: cristão-novo, Inquisição, cotidiano, relatos.**

## **Abstract**

This work aims to analyze the new Christian presence in Brazil during XVI century, from the relations between those people recognized as new Christian and the other inhabitants of Pernambuco in this period. For such we study the conditions in which the new Christian element was constructed, in the Iberian Peninsula and in the arrival of these elements to Pernambuco. Through the “Denunciations and Confessions” the Table of the Visitor (1591-1595) we reconstitute the relations of marriage, godparents and friendship that joined new and old Christian. As well as the relation of the first with native indians and blacks in the settling process. We also analyze the nets formed by the new Christian located in Pernambuco together with other new Christian and Portuguese Jews involved in commerce in other centers linked to the sugar production. Finally, we pay attention to their participation in the spaces of sociability and the deal in diverse productive activities.

**Key-Words: New Christian, Pernambuco, Sociability, Everyday Life**

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	10
<b>1º Capítulo - Modos de Pensar: da conversão forçada à Mesa do Visitador</b> .....	20
Judeus e cristãos-novos na Península Ibérica .....	20
A construção do elemento cristão-novo .....	33
Cristãos-novos na colonização da América Portuguesa .....	39
“Por serem da nação”: o olhar do “outro” e a conduta inquisitorial .....	50
<b>2º Capítulo - Maneiras de Viver: cristãos-novos em Pernambuco no século XVI</b> .....	55
Cristãos-novos: comunidade ou elementos dispersos? .....	55
Cristãos-novos e cristãos velhos .....	58
Cristãos-novos, mamelucos, negros e índios .....	65
Cristãos-novos e a Igreja Católica .....	72
Espaços compartilhados entre cristãos-novos e cristãos velhos .....	77
<b>3º Capítulo - Modos de Trabalhar: As atividades profissionais dos cristãos-novos em Pernambuco</b> .....	87
“Todos mercadores e cristãos-novos” .....	87
“Homens de negócio” em Pernambuco: hábitos, olhares e intrigas .....	106
Trabalhadores em todas as áreas .....	111
<b>Considerações finais</b> .....	118
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	124
<b>Apêndice</b> .....	138
<b>Anexos</b> .....	152

## Introdução

Os cristãos-novos, descendentes dos judeus convertidos à força em Portugal no final do século XV (1497), foram intensamente denunciados ao Visitador Heitor Furtado de Mendoça na Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil, ocorrida entre os anos de 1591 e 1595. Muitos estudiosos se dedicaram a compreender a ação da Inquisição Ibérica, uns apoiando-se na idéia de que a perseguição era motivada pelas condições econômicas, identificando os perseguidos como burguesia nascente, os quais seriam alvo da cobiça dos cristãos-velhos, identificados com a nobreza.<sup>1</sup>

Outros autores justificaram essa perseguição do ponto de vista da unidade religiosa ansiada pelos Estados Ibéricos em formação, unidade intrinsecamente ligada à idéia de um Estado unificado. Para tanto, os cristãos-novos, percebidos enquanto hereges em potencial, eram alvo da máquina Inquisitorial, montada para esse fim, primeiro na Espanha (1478) e logo em Portugal (1536).<sup>2</sup>

Essas duas abordagens foram a base para os estudos que visaram compreender a Inquisição na Colônia, com suas especificidades, contudo moldada, enquanto Instituição metropolitana, para esses propósitos. Anita Novinsky, em clássico sobre os cristãos-novos na Bahia, se atém à perspectiva do interesse econômico como propulsor da Inquisição, cujo funcionamento, juntamente com a elaboração dos Estatutos de Pureza de Sangue<sup>3</sup>, vai concorrer para a formação do que ela chama de “homem dividido”, ou seja, o cristão-novo seria o não adaptado, o excluído pelos católicos porque judeu, e pelos judeus porque católico. Assim ela o define:

As várias gerações passadas no catolicismo, não tornaram os cristãos-novos bons católicos, também não conseguiu fazer deles bons judeus (...) O cristão-novo cria suas próprias defesas contra um mundo onde ele não se encontra. É antes de tudo um cristão-novo.<sup>4</sup>

<sup>1</sup> SARAIVA, Antônio José. **Inquisição e Cristãos-Novos**. 5ª Edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1985.

<sup>2</sup> AZEVEDO, J. Lucio. **História dos Cristãos Novos Portugueses**. 3ª Ed. Lisboa: Clássica Editora, 1989.

<sup>3</sup>N do A. Estes diziam que o homem só era “puro” e, portanto, digno de certos postos, se não contivesse, até a oitava geração, a mácula do sangue judeu ou mouro. Elaborados pela primeira vez em Córdoba, em 1449, os Estatutos de Pureza de Sangue foram depois expandidos para diversas Instituições, Ordens Religiosas, órgãos administrativos, universidades; todos começaram a exigir “pureza de Sangue” aos que pretendiam neles ingressar.

<sup>4</sup> NOVINSKY, Anita Waingort. **Cristãos-Novos na Bahia: A Inquisição no Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1992, pp. 160-161.

Sonia Siqueira, afastando-se de posições deterministas, mas ainda levando em conta os interesses de unidade religiosa do Estado Português, elaborou diversos estudos dedicados ao tema. Em seu clássico **A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial**, ela nos oferece um panorama da vida na colônia para logo discutir os procedimentos inquisitoriais e suas aplicações no Brasil, sendo estudo indispensável para que entendamos a distinção entre cristãos-novos sinceros e judaizantes. Os quais a autora diferencia desta forma:

Cristão novo e criptojudeu (judaizante) não são sinônimos. O nascimento gera o primeiro, a vontade o segundo. O cristão novo esforçava-se para ser igual aos demais: tentava vencer as barreiras do meio e do seu íntimo e ajustar-se. O criptojudeu contentava-se em parecer igual aos demais.<sup>5</sup>

Estudos anteriores, não direcionados diretamente ao tema, buscaram explicar a presença cristã-nova na América portuguesa. Esta foi entendida, principalmente em fins do século XIX e começo do século XX, como uma nódoa. Os cristãos-novos seriam um grupo a parte, que esteve aqui num momento específico, sem nenhuma relação direta com todos os “feitos” glorificados pela historiografia dominante, deixando uma ou outra marca, tratada do ponto de vista da assimilação por outros como Gilberto Freyre, Câmara Cascudo ou Capistrano de Abreu, ainda que este último se aprofunde mais que os outros na questão.

Nas décadas de cinquenta e sessenta estes cristãos de ascendência judaica foram objeto de diversos estudos que buscaram entendê-los como judaizantes que procuravam na colônia um lugar de refúgio: seriam os mártires da Inquisição, entendidos como elemento não adaptado à nova realidade ibérica. Assim, práticas judaizantes e discussões sobre heresias permearam a produção sobre o tema onde destacamos as obras de Elias Lipiner<sup>6</sup> e Arnold Wizniter<sup>7</sup>.

O que nos propusemos foi estudar a presença de cristãos-novos a partir do seu reconhecimento pelos cristãos-velhos, enquanto tal. É no reconhecimento desta ascendência judaica que nos centramos, visto que esta diferença era do conhecimento dos homens de então: vizinhos, parentes, cônjuges sabiam da origem cristã-nova das pessoas com quem conviviam.

---

<sup>5</sup> SIQUEIRA, Sonia. **A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial**. São Paulo: Ática, 1978, p.71.

<sup>6</sup> LIPINER, Elias. **Judaizantes nas capitâneas de Cima**. Estudos sobre os cristãos-Novos no Brasil nos séculos XVI e XVII. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

<sup>7</sup> WIZNITZER, Arnold. **Judeus no Brasil Colonial**. São Paulo: Editora Pioneira, USP, 1966.

Nossa intenção foi trabalhar as relações cotidianas entre os cristãos-novos e os demais habitantes de Pernambuco e as tensões que destas emergiram. Entendendo por cotidiano as formas de produzir, de casar, de morar, de morrer, de celebrar, enfim, as maneiras de viver destes homens.<sup>8</sup> Interessam-nos os aspectos rotineiros de fins do século XVI, tais como encontrados por Heitor Furtado de Mendonça e como lhe foram relatados pelos diversos depoentes. Para tanto, nos apropriamos de algumas propostas da micro-história, entendendo-as como enriquecedoras no estudo do cotidiano.

Buscamos também compreender as atitudes dos cristãos-novos enquanto indivíduos, as táticas próprias que desenvolveram, utilizando seus potenciais de negociação para agirem onde o grupo valorizado era o cristão-velho.

Colocar o problema nestes termos significa recusar pensá-lo em termos simples, de força/fraqueza, autoridade/resistência, centro/periferia, e deslocar a análise para fenômenos de circulação, de negociação, de apropriação em todos os níveis.<sup>9</sup>

Nesta perspectiva, duas obras são fundamentais para os que se aventuram a estudar cristãos-novos em Pernambuco. A primeira é **Gente da Nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654**,<sup>10</sup> na qual José Antônio Gonsalves de Mello dedica a primeira parte aos conversos, explorando intensamente as fontes inquisitoriais, sejam os processos ou os papéis da Primeira Visitação, sempre enfatizando a proeminência econômica destes na colônia, infiltrados em praticamente todos os espaços da economia colonial.

A segunda é o estudo paradigmático de Evaldo Cabral de Mello, **O Nome e o Sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco Colonial**,<sup>11</sup> obra em que o passado de famílias proeminentes de Pernambuco foi reconstituído para averiguar suas ascendências cristãs-novas. As relações de parentesco são ricamente exploradas e a tentativa de esconder o sangue judaico por parte de vários genealogistas, destacando Borges da Fonseca, é denunciada pelo autor, discutindo suas implicações.

Um recente estudo de caso, elaborado por Angelo Assis, intitulado **Um ‘Rabi’ Escatológico na Nova Lusitânia: sociedade colonial e inquisição no nordeste quinhentista**

<sup>8</sup> FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento**. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 385.

<sup>9</sup> REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**. A Experiência da Microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 28.

<sup>10</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Gente da Nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654**. 2ª Edição, Recife: Editora Massangana, 1996.

<sup>11</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **O Nome e o Sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco Colonial**. 2ª edição revista. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

- **O caso João Nunes**,<sup>12</sup> a respeito de um conhecido onzeneiro<sup>13</sup> que viveu em Pernambuco em fins do século XVI, colaborou para que pensássemos as motivações de certas denúncias ao Visitador, bem como as implicações que envolveram pessoas com outros poderes, que não os instituídos, as quais encontram suas formas de negociação para assim se desvencilharem da máquina Inquisitorial. Tal estudo despertou nosso interesse por essas relações de força, que não respondem a lógica do medo como determinante nas denúncias e confissões.

Outro estudo de grande contribuição foi **À Sombra do Medo: Cristãos-Velhos e Cristãos-Novos nas Capitanias do Açúcar**,<sup>14</sup> de Ângela Maria Vieira Maia. Nele, a autora parte da divisão entre o antes e o depois da chegada do Visitador do Santo Ofício às Capitanias do açúcar (Pernambuco, Bahia, Paraíba e Itamaracá), analisando a mudança de comportamento entre os colonos, imposta pela Visitação, voltada para um estudo do medo, guiado por Delumeau.

O que buscamos foi compreender como se davam as relações numa colônia recém-ocupada, sem uma organização eclesiástica firme e sem condições para aplicação das restrições exigidas pela moral da Contra-Reforma. Como, dentro deste turbilhão de novidades e adaptações, os cristãos-novos conseguiram participar, construindo relações com os cristãos-velhos. Estas questões foram fundamentais para o desenvolvimento do estudo que se segue.

Muitas generalizações já foram feitas a respeito do criptojudaísmo dos conversos e da existência de uma organizada comunidade de judaizantes em Pernambuco. Não negamos que havia tal comunidade, apenas colocamos que dela não faziam parte todos os cristãos-novos, pois muitos não tinham preocupações religiosas, ou haviam, de fato, aceito a religião católica. A única diferenciação possível entre os “criptojudeus” e “cristãos-novos sinceros” parte dos depoimentos gerados à mesa do Visitador, tidos como fonte. Neles, muitos cristãos-novos se confessaram ou foram denunciados como tal, como meio cristão-novo ou sendo ¼ de cristão-novo. Alguns foram enquadrados como “bons cristãos”, enquanto outros por “judaizantes”, sendo este o limite de nossa documentação.

Partindo desse reconhecimento empreendemos uma análise de seus conflitos, alianças, redes de parentesco, amizade, buscando o que nos aponta para as possibilidades de escolha enquanto homens ou mulheres reconhecidos como descendentes de judeus. Suas relações

---

<sup>12</sup> ASSIS, Ângelo Adriano Faria de. **Um “Rabi” Escatológico na Nova Lusitânia: Sociedade Colonial e inquisição no Nordeste Quinhentista - O caso João Nunes**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

<sup>13</sup> N. do A. Homem que empresta dinheiro a juros.

<sup>14</sup> MAIA, Ângela Maria Vieira. **À Sombra do Medo: Cristãos-velhos e Cristãos-Novos nas Capitanias do Açúcar**. Rio de Janeiro: Oficina Cadernos de Poesia, 1995.

sociais constituem o objetivo de nosso estudo, bem como a trama traçada por cada indivíduo dentro delas.

É necessário também lembrarmos que os espaços onde estas relações se realizaram é a América portuguesa, inserida numa perspectiva mais ampla do Império Colonial Português, e que os cristãos-novos aqui identificados estavam mais preocupados com o resguardo que a distância de Portugal poderia lhes proporcionar. Buscavam, muitas vezes, condições de vida que não encontrariam na metrópole, onde a Inquisição já havia se instalado (1536) e tinha os conversos como principais alvos. A realidade de um império marítimo amplo, onde as instituições portuguesas tiveram seus prolongamentos, é imprescindível para que entendamos a vinda do Visitador ao Brasil. Pois esta instituição respondia diretamente ao soberano, sendo instrumento amplamente utilizado pelo Estado Português de acordo com seus interesses.

Muitos elementos estavam ligados por redes de parentesco e solidariedade com outros cristãos-novos dispersos pelo mundo, bem como os judeus de origem portuguesa, devido ao caráter recente da expulsão dos judeus de Portugal em 1496 e conversão forçada, em 1497. Fato fundamental à compreensão de como esses homens conseguiram condições para transporem o oceano e aqui desenvolverem seus empreendimentos, quando muitos cristãos-velhos não lograram esse intento.

Não partimos da análise do cristão-novo como criptojudeu por excelência, e sim da idéia de que as movimentações e adaptações decorrentes da expulsão e conversão forçada ao cristianismo proporcionaram diversas formas de lidar com essa ascendência. Buscamos trabalhar os múltiplos comportamentos possíveis a nossos personagens, não tentando enquadrá-los enquanto mantenedores ou não de práticas judaicas, objeto de estudos bastante numerosos.

Nossa intenção foi estudar esses elementos em Pernambuco; contudo, há uma grande disparidade entre o que entendemos hoje por Pernambuco e a Capitania de Pernambuco, tal qual delimitada no século XVI. Devido a isso e mais à proximidade, dependência e interação que havia entre Pernambuco e as Capitanias da Paraíba e Itamaracá, os casos relativos a essas Capitanias também serão aqui observados.

As fontes que nos embasaram neste estudo são, em sua maioria, decorrentes da Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil, realizada entre os anos de 1591-1595. Faz-se, portanto, necessária uma explicação da natureza das mesmas, sendo conhecida e estudada desde o começo do século XX, quando ocorreram os primeiros contatos com ela na Torre do Tombo, em Portugal, e se deram suas primeiras transcrições e impressões. Trata-se de seis dos

nove livros gerados pela Visitação do Santo Ofício ao Brasil (1591-1595).<sup>15</sup> Posto que os dois livros de Ratificações e um composto de confissões tanto da Bahia quanto de Pernambuco seguem inéditos, perdidos em meio a outras documentações ou talvez extraviado nas viagens ao reino.

Essa rica fonte de pesquisa foi utilizada no estudo de diversos temas, como práticas heréticas, sexualidade, religiosidade no Brasil, meios de controle da metrópole sobre sua colônia, e tantos outros. Ao exigir informações minuciosamente descritas de seus interrogados, o Visitador produziu uma fonte documental com vastas possibilidades de exploração que vão muitíssimo além dos estudos sobre religião, religiosidade e Inquisição. Sobre o papel do Inquisidor (em nosso caso, Visitador) diz Ginzburg:

Um outro tipo de contradição pode fazer-se sentir a nível intelectual. Foi a ânsia de verdade por parte do Inquisidor (a sua verdade, claro) que permitiu que chegasse até nós essa documentação extraordinariamente rica, embora profundamente deturpada pela pressão psicológica e física a que os acusados estavam sujeitos.<sup>16</sup>

O fato de ser gerada por um evento extraordinário, a Visitação (1591-595), não minimiza a relevância de seu conteúdo. Na medida em que os depoimentos, relatando fatos passados ou contemporâneos à Visitação, descortinam para nós não só o fundamental para o Visitador, as práticas heréticas, mas também como agiam essas pessoas, os lugares freqüentados, a impressão que tinham uns dos outros, como se davam os casamentos, as relações de amizade e vários outros aspectos do cotidiano destes personagens.

Estes depoimentos descrevem a vida cotidiana na colônia em seus mais corriqueiros aspectos, desde as comidas típicas, os parentescos, a situação das mulheres, a descrição das profissões, os dias e trajes de festa, os locais de moradia até a “fama pública”, que eram histórias do conhecimento de todos.

Transcrevemos aqui um relato no intuito de visualizarmos a riqueza de detalhes desta fonte. Nele, uma senhora dá informações sobre sua vizinha, vendo de sua janela o que se passava dentro da casa ao lado. Exemplo claro do como não haviam espaços resguardados ao indivíduo, tudo era exposto ao olhar dos outros. No caso em questão a senhora acusava a

---

<sup>15</sup> **Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil - Denúncias e Livro das Confissões de Pernambuco 1593-1595.** Recife: FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984, Coleção Pernambucana, 2ª fase, vol. XIV. A partir dessa nota ao referirmos à obra informaremos Livro das Denúncias de Pernambuco e Livro das Confissões de Pernambuco, dependendo do caso.

<sup>16</sup> GINZBURG, Carlo (org.). **A Micro-História e Outros Ensaios.** Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 206.

vizinha de guardar os sábados, estando neles sempre deitada na rede, lendo. Trata-se de Antônia Bezerra contra Inês Fernandes:

[...] e denunciando disse há sete anos que ela casou com o dito seu marido e que de então ate agora pousou sempre nas casas onde agora mora na Rua Nova que estão fronteiras as casas de Baltasar Leitão e de dentro de suas casas pela janela vê o que se faz dentro na casa do dito Baltasar Leitão e quando ela casou e veio para as ditas casas era viva Inês Fernandes cristã-nova mulher do dito Balthazar Leitão.<sup>17</sup>

Estes depoimentos são o mais próximo que chegamos de um testemunho direto dos personagens por nós estudados, posto serem relatos de indivíduos acerca de fatos presenciados ou sabidos através de outros. Tais relatos, contudo, sofrem várias distorções por parte do escrivão que os cristaliza. Sendo esta uma fonte oficial cristã, há nela uma tendência a destacar e homogeneizar as práticas a combater, visando responder aos interesses do Santo Ofício. As outras distorções sofridas por estes documentos são comparáveis às sofridas pelas fontes orais.<sup>18</sup> Os denunciantes ou confessores narram aquilo que lhes é interessante, omitindo consciente ou inconscientemente passagens desabonadoras.

Foi importante então que ao longo do trabalho ficássemos atentos ao movimento de produção destes relatos e, partindo de uma perspectiva crítica, empreendermos a análise. A relação entre o texto, o material cristalizado pelo escrivão o qual instituímos enquanto fonte documental e o contexto em que essa fonte foi elaborada precisa ser a todo tempo observada. As pessoas sabiam o que estava acontecendo: as informações circulavam fora da sala do Visitador e, em locais de povoações tão pequenas, sabia-se especificamente a quem as denúncias envolviam.

Nossa postura não é de descrédito ou cepticismo em relação as fontes, apenas acreditamos que uma análise das condições que propiciaram a elaboração destes relatos são imprescindíveis ao melhor aproveitamento das mesmas, sendo elas riquíssimas a respeito das relações de produção de espaços de sociabilidades, das atividades mais recorrentes, dos indivíduos que as praticavam, bem como das relações familiares e estratégias matrimoniais.

Para tanto, as fontes devem ser olhadas com cuidado ao tratar de imputações judaizantes a respeito dos cristãos-novos. Apesar de nos darem fortes indícios de existência de

<sup>17</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco. Op. cit, 1984, p. 65.

<sup>18</sup> Comparação feita por Jim Sharpe sobre as fontes da História Oral e as fontes utilizadas por Le Roy Ladurie em *Montaillou*. Documentos semelhantes aos que utilizamos nesta pesquisa. SARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In: BURKE, Peter (org.) **A Escrita da História: Novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991, p.48.

certos grupos judaizantes, tal conclusão não pode ser estendida a todos os neocristãos. Por tanto nos referiremos aos cristãos-novos, enquanto indivíduos que tiveram sua ascendência cristã-nova reconhecida e não enquanto grupo coeso religiosamente, ainda que muitas solidariedades sejam apontadas, elas não decorrem de uma prática ou mesmo crença religiosa única.

Estas fontes foram já muito exploradas, sendo minuciosamente estudadas pela professora Sonia Siqueira, a qual traçou diversas listagens sobre os denunciados de Pernambuco e da Bahia, suas profissões e quais foram de fato processados pelo Santo Ofício, seguida no mesmo movimento por Ângela Maria Vieira Maia. Estas listagens contêm informações básicas sobre cada pessoa, nome, endereço, filiação, além de outras relativas às profissões de senhores de engenho, mercadores e homens do mar.

Tais listagens, riquíssimas, que também nos serviram de base, são, contudo, insuficientes para o olhar que damos às fontes, posto que, o que nos interessa não é só quem tinha práticas heréticas ou judaizantes e as profissões mais proeminentes, mas, sim, como se relacionaram estes personagens: o dia-a-dia das conversas, visitas, negócios, parentescos. Enfim, foi necessário elaborarmos catalogações mais plásticas, tendo em vista os nossos objetivos. Atendo-nos por vezes ao singular, por ser esse também instigante, não como exemplar, mas como exemplo do possível, enquanto vivido, não considerado por nós menos válido.

Não deixamos também de notar que a presença cristã-nova nesta documentação não se restringia às denúncias e confissões específicas de cristãos-novos ou feitas a respeito deles. Nossos personagens estavam presentes em outros depoimentos simplesmente como espectadores, “estavam presentes também...”; como donos do lugar onde foram presenciadas as falas ou práticas tidas por heréticas pelos denunciantes: “estando presente no engenho de Ambrósio Fernandes Brandão...”, ou como difusores das histórias a serem delatadas “isso me disse...”. Assim, não cabe apenas uma análise quantitativa destes depoimentos, frisando apenas as denúncias ou confissões que os tocam diretamente.

Buscando observar a riqueza de detalhes desses relatos desenvolvemos, a partir de todos os depoimentos que remetem a Pernambuco, um rastreamento da presença destes cristãos-novos, mesmo quando eram apenas citados em meio a denúncias e confissões de outros. Para, partindo dele, montarmos um panorama dos cristãos-novos nesta sociedade.

As outras fontes a embasar nossa pesquisa, são relativas à administração colonial: Alvarás, Leis, Provisões, Cartas Régias e, ainda, algumas cartas dirigidas ao Rei, com as quais dialogamos para entender o que a Coroa buscava, e o que a realidade colonial de fato

empreendia. Também nos ativemos ao “Livro das Saídas das Urcas do Porto do Recife, 1595-1605”,<sup>19</sup> bem como outras fontes dispersas que apontam para nossos personagens em outros locais, para os quais se dirigiram antes ou depois de estarem em Pernambuco.

Também nos debruçamos sobre os relatos dos cronistas da época, homens de cultura européia. O que requereu uma grande atenção para as condições de sua elaboração. Sobre os cronistas, é fundamental atentar para o impacto do contato deles com este outro desconhecido, a América portuguesa. Os termos e as referências com as quais julgaram a colônia têm por parâmetro a realidade européia. Sobre um cronista do século XVI, diz Wilton da Silva:

O processo de construção do mundo, no entanto, constitui-se em dois níveis, o material e o simbólico, sendo este o mundo da palavra que, por definição, é o vasto continente dos literatos. Falar sobre é tornar real, e o discurso dos viajantes é um esforço de dar realidade e inteligibilidade ao que se vê através de uma espessa camada de representações, em que versões são superpostas a fatos, evidenciando como as culturas estabelecem identidades e alteridades, aproximações e afastamentos, hierarquias e desordens.<sup>20</sup>

Dividimos nosso estudo em três capítulos.<sup>21</sup> No primeiro abordamos a construção do elemento cristão-novo na Península Ibérica. Partimos, para tanto, de uma análise das condições de vida dos judeus antes da expulsão dos mesmos da Espanha (1492) e de Portugal (1596) e da conversão forçada ao catolicismo neste mesmo país (1597). Analisamos também os possíveis fatores que concorreram para a vinda de cristãos-novos ao Brasil e, especificamente, para Pernambuco. E como aqui se processou o reconhecimento deles enquanto cristãos-novos.

No segundo capítulo nos atemos às estratégias individuais perpetradas por estes homens, pensando o que os unia e separava, enquanto cristãos que compartilhavam a ascendência judaica. Observamos também como casaram, coabitaram e apadrinharam cristãos velhos ou novos, bem como as relações de amizade que constituíram com estes. Discorremos também acerca das relações dos cristãos-novos com os índios e negros, com os

<sup>19</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. “Os Livros das Saídas das Urcas do Porto do Recife, 1595-1605”. In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Recife, 1993, pp. 21-145.

<sup>20</sup> SILVA, Wilton Carlos Lima da. **As Terras Inventadas: Discurso e Natureza em Jean de Léry, André João Antonil e Richard Francis Burton**. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 54.

<sup>21</sup> N. do A.: A divisão em dois momentos, o que pensavam esses homens sobre a ascendência cristã-nova e a relação deles em contato com os demais habitantes de Pernambuco, está expressa no título deste trabalho: “Modos de Pensar, Maneiras de Viver: cristãos-novos em Pernambuco no século XVI”. Por “modos de pensar”, entendemos as condições em que se desenvolveram esses homens, o que os habituou a pensar e agir dessa ou daquela forma. As bagagens culturais construídas dentro da condição cristão-novo, português ou luso-brasileiro; E, “maneiras de viver”, refere-se às formas, adaptações e acomodações necessárias ao viver na colônia portuguesa: como, dentro dessa realidade específica, se deram as relações entre os cristãos-novos, bem como entre eles e os demais habitantes da América portuguesa.

quais interagiam. Estas relações estão a todo o tempo permeadas por pequenos estudos de casos que se articulam permitindo-nos visualizar ou negar imputações mais gerais. Fechamos o capítulo com uma análise da importância da Igreja Católica na vida destes homens, suas instituições, seus representantes, nos diversos níveis, as festas religiosas e a influência da Companhia de Jesus.

No terceiro capítulo, abordamos as redes de comércio em grande escala das quais participavam os cristãos-novos localizados em Pernambuco. Partimos, para tanto, da abordagem de casos individuais, nos propondo pensá-los a partir das conexões de cada indivíduo. Se, por um lado, estes documentos são reveladores em relação aos cristãos-novos atingidos pela Inquisição, por outro, não nos permite ter uma dimensão maior da amplitude destas redes de relacionamento. Para tanto, recorreremos a outras documentações, folhas de pagamento, livros de embarque e desembarque de mercadorias, crônicas, entre outros, além de estudos diversos envolvendo a expansão comercial e seus desdobramentos, numa busca cujo “fio de Ariana”,<sup>22</sup> será o nome desses indivíduos.

Pensamos também como as relações entre os mercadores e os demais habitantes, cristãos-novos ou velhos se processavam em Pernambuco, propondo algumas possibilidades para entender o excesso de denúncias contra esses comerciantes. Num terceiro momento discorreremos sobre as diversas atividades desenvolvidas pelos cristãos-novos em Pernambuco, primeiramente aquelas ligadas à produção do açúcar e logo as outras atividades desenvolvidas por esses homens como professores, boticários, médicos, tabeliões e outras.

Por fim, objetivamos analisar as possibilidades de ascensão destes homens e mulheres na colônia e como pudemos reconstituí-las através dos vestígios deixados pela documentação estudada. O que chega até nós sobre este período nos aponta pistas para conhecer o dia-a-dia destes homens e mulheres, os seus locais de moradia, suas profissões, suas famílias e redes de convivência. Centrando-nos nas relações cotidianas para tentar compreender as malhas que envolviam os homens que de alguma forma foram tocados pela Visitação.

---

<sup>22</sup> GINZBURG, Carlo (org.). Op.cit., 1989, pp. 169-178, em especial, p. 174.

## 1º Capítulo - Modos de pensar: da conversão forçada à Mesa do Visitador

“... e tendo ruim premonição dele por ser da nação e lembrando-se sempre disso determinou de ter também tento no dito Henrique Mendes esta quaresma passada..”.

**Livro das Denúncias de Pernambuco –  
Jorge Barbosa contra Henrique Mendes**

“A causa do drama cristão-novo residia, em primeira instância, na origem ‘herética’ que possuíam e da qual não poderiam livrar-se independente dos esforços. Embora cristãos, traziam embutidos a culpa por possuírem sangue judeu a lhes correr nas veias, o que, segundo a camada cristã velha, lhes impedia *ad eternum* a pureza do coração católico.”

**Angelo Assis –  
Macabéias da Colônia: Criptojudaísmo Feminino na Bahia –  
Séculos XVI-XVII. P. 65**

### Judeus e cristãos-novos na Península Ibérica

O estudo da presença cristã-nova na América portuguesa não pode ser empreendido sem que discorramos sobre a construção do elemento cristão-novo dentro da sociedade ibérica dos séculos XIV e XV. Tal necessidade se evidencia posto ser este o cristão-novo que aportará nos territórios ultramarinos portugueses, incluindo o Brasil e, especificamente, Pernambuco, nosso objeto de estudo, em cuja colonização será figura ativa.

A presença judaica na Península Ibérica é datada, através de vestígios arqueológicos, como sendo do século III da era cristã na Espanha e do século VI no território português. Tal datação é utilizada apenas como marco, pois, acreditam os historiadores do assunto que esta presença seja bem anterior. A denominação *Sefarad* dada pelos judeus à Península Ibérica teve diversas explicações. Uma delas vem da Bíblia, onde estaria escrito que os desterrados de

Jerusalém estão em *Sefarad*, que era identificado como o fim do território romano. Ficando para nós a origem sefaradim<sup>23</sup> dos cristãos-novos que aqui aportaram no século XVI.

Diversas também foram as condições de que dispuseram os judeus ao longo de mais de mil anos de estadia na Península Ibérica. O período mais estudado pelos historiadores é o da chamada “Espanha das três religiões”, quando mulçumanos, católicos e judeus conviveram pacificamente, num ambiente aberto para trocas e interações que foram fundamentais para o avanço intelectual e científico do Ocidente na chamada Renascença.

Vale salientar que a situação dos judeus na Península Ibérica contrastava com as condições destes nos demais locais da Europa, pois, a partir do século XII, eles foram sistematicamente segregados ou logo expulsos de diversas nações. O Concílio de Latrão (1215), com suas diversas restrições ao convívio entre judeus e cristãos, estava a disposição dos monarcas que o utilizavam segundo suas conveniências. Assim quando estavam interessados em alguma convivência com os judeus, especialistas em navegação, médicos e financiadores bastante requisitados, os regulamentos do Concílio eram deixados de lado. Caso contrário era imposta aos judeus a série de restrições por ele regulamentadas.

Os fatores que concorreram para a desagregação desta pacífica convivência na Península Ibérica foram muitos e, aqui, discorreremos sobre dois pontos que nos parecem fundamentais para o entendimento da questão. O primeiro seria a rejeição da figura do judeu, utilizada como “bode expiatório” para os males que afligiam a Europa a partir do século XIV: o judeu foi responsabilizado pela Peste Negra (1348) e pelas más colheitas que atingiam a Europa. Estas dificuldades teriam sido castigos aplicados por Deus aos europeus por abrigarem em seu seio os *deicidas*.<sup>24</sup>

Segundo Delumeau, em estudo sobre o medo na Europa dos séculos XIV ao XVIII,<sup>25</sup> as perseguições aos judeus ocorriam em momentos de crise, seguindo uma geografia delineada pelas dificuldades, sendo mais violentas nos locais onde estas eram maiores. Alguns autores, como José António Saraiva<sup>26</sup>, defendem que a perseguição aos judeus só poderia ser explicada por uma forte motivação econômica: era o desenvolvimento de uma nova classe que estava sendo minado. A burguesia representada pelo judeu é que estava sendo perseguida, não

---

<sup>23</sup> “Sefaradim no hebraico significa “espanhóis”, no singular, “sefaradi” ou “sefardi”. Judeus de origem espanhola e portuguesa que se espalharam pelo Norte da África, Império Otomano, Parte da América do Sul, Itália e Holanda após a expulsão da península ibérica no fim do século XV.” UNTERMAN, Alan. **Dicionário Judaico de Lendas e Tradições**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, p. 233.

<sup>24</sup> N. do A.: Literalmente assassinos de Deus. No caso, os que mataram Jesus Cristo.

<sup>25</sup> DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente. 1300-1800: Uma Cidade Sitiada**. 4ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

<sup>26</sup> SARAIVA, António José. **Inquisição e Cristãos-Novos**. 5ª Edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1985.

o judaísmo e seus seguidores. Delumeau critica tal ponto de vista exclusivamente econômico, analisando para tanto a mentalidade europeia da época.

Várias acusações pairavam sobre os judeus e as mais difundidas eram o assassinato ritual e a profanação da hóstia. A primeira acusação, também chamada de *Libelo de Sangue*,<sup>27</sup> se dava após o sumiço de algum cristão: os judeus do local eram acusados de o terem seqüestrado e crucificado, numa analogia à morte de Cristo, e usado seu sangue para fins rituais ou para a fabricação de pão ázimo; sobre a profanação da hóstia diziam que os judeus as roubavam para perfurá-las com alfinetes, triturá-las ou mergulhá-las em água quente. Algumas outras acusações estavam ligadas ao poder econômico de certos judeus como onzeneiros.

A expansão do cristianismo, propagada pelo movimento das cruzadas, criou na coletividade uma aversão ao herege, desenvolvendo, ainda que de forma incipiente, um anti-judaísmo que logo tomou conta da Península Ibérica. Os interesses econômicos motivadores destas empreitadas não são aqui minimizados, mas, em concordância com Delumeau, discordamos que todos os homens envolvidos nos conflitos fossem motivados apenas por tais interesses. Acreditamos sim numa íntima relação entre estes dois aspectos seguindo a proposta de Leon Poliakov, que propõe uma série de fatores que concorreram para a rejeição, entre as quais o medo e os fatores econômicos.<sup>28</sup>

O segundo ponto importante para se entender a perseguição ao judeu é o desejo de se fazer um reino forte na Espanha.<sup>29</sup> Para tanto, era fundamental que o corpo social do reino fosse composto de praticantes de uma mesma religião, da qual Fernando e Isabel, os Reis Católicos, seriam os fiéis protetores. Mesmo que muitos judeus tenham lutado ao lado dos espanhóis na Guerra da Reconquista contra os “mouros”, a partir de então os monarcas não podiam mais abrigar dentro de suas fronteiras outro grupo considerado inimigo da cristandade, dificultando a unidade religiosa. O aliado contra o “infel” mouro de ontem é o perseguido agora.

Muitas obras já discutiram as condições de vida dos judeus na Espanha e em Portugal e a expulsão destes dos dois países. Pretendemos então colocar essa discussão de forma

---

<sup>27</sup> “Acusação de que os judeus praticavam o assassinato ritual de cristãos para obter sangue que usavam na feitura do Matsá (pão ázimo)”. UNTERMAN, Alan. Op.cit., p. 229.

<sup>28</sup> POLIAKOV, Leon. **De Maomé aos Marranos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996.

<sup>29</sup> N. do A.: Portugal já havia unificado o seu território no século XIII.

sucinta, atentando apenas para os pontos que serão relevantes para o entendimento da presença cristã-nova no Brasil, no século seguinte às expulsões da Península.<sup>30</sup>

Passada a chamada “idade de ouro” dos judeus na Espanha, na segunda metade do século XIV, a perseguição aos judeus começou a se articular, e foi representativa desse processo uma guerra sucessória em Castela. Esta se deu entre Pedro, o Cruel, e seu irmão Henrique de Trastámara. Ambos utilizaram financistas judeus para angariar fundos e comprar aliados, mas o segundo usou isto contra Pedro, acusando-o de conluio com os judeus, chamando-o de rei “judaizado”. Ao findar a guerra, com a vitória de Henrique, os judeus foram responsabilizados por todos os males ocorridos em consequência do conflito. As Cortes de Castela, cuja influência aumentou após a guerra, se voltaram contra os judeus e, à medida que a influência destes diminuía, crescia a propagação de idéias deturpando suas ligações com o dinheiro, apresentando-os como serem famintos de ouro e poder, o que adoravam acima da lealdade ao rei.

A situação dos judeus piorou também em outros territórios, entre eles Catalunha e Aragão. Uma das explicações possíveis seria a condição dos judeus enquanto conselheiros dos reis, comerciantes e até nobres, despertando a aversão de cristãos velhos, pouco favorecidos. Outra razão possível seria a chegada, ainda que tardia, da Peste Negra nos territórios que se configurarão como Espanha e os estragos dela decorrentes. Estragos pelos quais os judeus foram responsabilizados. Aliada, ainda, a propaganda antijudaica difundida em quase toda Europa.

A última década do século XIV é apontada como marco deste recrudescimento, sendo então imposta a reclusão dos judeus nas Aljamas,<sup>31</sup> onde estariam apartados do convívio com os cristãos. Apesar de não ser a primeira vez que esta separação foi cogitada, muitas foram as exceções ao seu cumprimento. A circulação dos judeus se fazia necessária por toda a cidade devido às diversas profissões que exerciam, como médicos, farmacêuticos, mercadores e tantas outras que exigiam uma ampla mobilidade.

Tal separação não era difícil só por motivos profissionais, mas por práticas cotidianas de convivência que demoraram a dismantelar. Judeus e cristãos, a exemplos dos reis, que tinham alguns membros da comunidade como “meus judeus”, haviam desenvolvido ao longo de séculos de coabitação uma realidade onde a vizinhança, o compadrio, as refeições “portas a

---

<sup>30</sup> Sobre a situação dos judeus e cristãos-novos na península Ibérica ver: POLIAKOV, Leon. op.cit., 1996; BARNAVÍ, Élie (Dir.) **História Universal dos Judeus**. São Paulo e Belém: Editora CEJUP.1995; SARAIVA, António José. op.cit., 1985; TAVAES, Maria José Pimenta Ferro. **Los Judios en Portugal**. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992; e SUÁREZ, Luis. **La expulsion de los judios de Espana**. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

<sup>31</sup> N. do A.: Bairros próprios, também podem ser chamados de juderias.

dentro”, ainda eram indiferentes à saga anti-judaica atizada contra os filhos de Israel. Contudo, a imposição dos bairros separados ajudou a fortalecer a coesão entre os judeus: eles já tinham suas próprias leis, seus próprios juizes, mas a coesão espacial reconfigurou essas relações.

A separação imposta era seguida de uma política de incentivo às conversões, pois não era do interesse dos reis ficarem separados do convívio de seus habituais colaboradores. Queriam sim, que estes aceitassem a conversão, tornando mais fáceis suas relações com a Igreja. As conversões ao catolicismo se aceleraram e alguns conversos alcançaram bastante prestígio, sendo alçados a cargos proibidos aos não convertidos.

A obrigatoriedade do uso de distintivos e o isolamento nas Aljamas tornaram os judeus alvo fácil da violência popular e o século XIV foi crítico em termos de fanatismo na Espanha. Muitas conversões se deram de repente, nos ataques às Aljamas. Alguns fanáticos só paravam de atear fogo aos bairros judeus com a conversão de um bom número de seus habitantes. Tais conversões geravam uma série de problemas posteriores entre os judeus que aceitaram e os que negaram o batismo. Antes unidos por uma vida de convivência, eram agora separados pelo sentimento de traição que tomava os judeus, e pelo medo das perseguições por parte da Igreja, que aterrorizava os conversos.

Aos judeus que aceitaram a conversão por pressões do momento e queriam ter seu respeito restituído perante a comunidade, os rabinos aconselhavam a fuga para Portugal ou para o Norte da África, onde poderiam retornar ao judaísmo sem perseguições. Eram comuns na época as discussões dos rabinos sobre o tratamento que deveriam dar aos conversos. Estas discussões ficaram marcadas pela falta de unanimidade nos critérios adotados, que podiam variar desde considerar o retornado ao judaísmo “como inocente capturado por gentis”<sup>32</sup>, simplesmente como um judeu que havia pecado, ou até considerá-lo como gentio, excluindo-o completamente.

É necessário pensarmos também as conversões sinceras ao cristianismo. Alguns cristãos-novos tornaram-se os principais agentes da Igreja na luta pela conversão dos judeus. Entre eles Josué de Lorca que, ao converter-se, tomou o nome de Jerônimo de Santa Fé, e Salomão Halevy, que se tornou o Bispo Pablo de Santa Maria. Tais conversos foram utilizados como exemplo para os judeus. A salvação ainda estava ao alcance destes, bastava que se convertessem sinceramente. As “disputat”<sup>33</sup> entre estes conversos, antigos estudiosos

---

<sup>32</sup> AVNI, Haim. **Judíos en América: Cinco Siglos de Historia**. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

<sup>33</sup> Discussões entre religiosos cristãos e judeus em torno de um determinado tema.

da cultura judaica, e os rabinos eram áduas posto serem tais convertidos conhecedores profundos da doutrina que agora renegavam em prol dos dogmas cristãos.

O maior pregador a favor das conversões neste período foi o dominicano São Vicente Ferrer. As suas pregações ficaram muito famosas e arrastavam multidões por onde passava. Apesar de defender as conversões voluntárias, nas quais os judeus deveriam aceitar sinceramente a palavra de Cristo, ele foi considerado o maior agitador da fúria popular do final do século XIV, sendo comuns os ataques às Aljamas logo após as pregações. Ferrer não teve, contudo, autorização para pregar em Portugal, demonstrando assim a proteção de que gozavam os judeus por parte do rei D. João I.

O concílio da Basileia, de 1434, impôs uma rígida segregação entre católicos e judeus, unindo diversas interdições anteriores que não haviam sido colocadas em prática até então. Os judeus ficaram obrigados a ouvir as pregações católicas, foram proibidos de manterem relações regulares com cristãos, de serem seus médicos, de terem cristãos como criados, de residirem no mesmo local que estes, ficando confinados nas Aljamas, entre outras restrições.

Em decorrência do aumento das conversões na Espanha, uma situação singular se desenvolveu: judeus, conversos e cristãos-velhos conviveram durante mais de um século antes que se desse a expulsão dos primeiros da Espanha. Era grande a preocupação da Igreja com os malefícios que ela acreditava poderem decorrer desta convivência. Os judeus eram sempre acusados de tentarem levar os conversos a judaizar e muitas vezes também foram acusados de influenciar cristãos-velhos, ao ponto de os tornarem judaizantes. Mesmo desconsiderando os exageros da Igreja, eram grandes os indícios de que esta situação permitia aos conversos a manutenção de contato com os judeus, fossem familiares ou amigos, e através deles, com a Lei de Moisés, seus ensinamentos e livros.

Apesar do desprestígio da comunidade judaica alguns elementos conseguiram manter seus cargos, principalmente na arrecadação de impostos indiretos e direitos alfandegários, ocupações consideradas indignas aos cristãos. Porém, outras profissões foram tomadas pelos conversos, gerando nos cristãos de “sangue puro” uma preocupação com o prestígio que estes vinham adquirindo. Temiam que estas conversões ao cristianismo se multiplicassem pelas oportunidades que podiam acarretar, abrindo caminhos aos cristãos-novos fechados aos judeus então perseguidos.

Sobre outras táticas desenvolvidas pelos neoconversos para inserirem-se no alto escalão da sociedade espanhola, fala Poliakov: “Eram os principais assim que naquele tempo povoavam as Cortes da Espanha e faziam com que suas filhas, com dotes muito grandes,

casassem com senhores cristãos-velhos.”<sup>34</sup> O casamento era uma forma de consolidar o prestígio adquirido e começar uma “limpeza de sangue” ao misturar o sangue converso ao de cristãos-velhos.

O ódio aos judeus se estendeu aos cristãos-novos, e sua origem tornou-se um motivo de desconfiança. Diversos textos versaram sobre a origem “deicida” dos cristãos-novos, a qual não conseguiam renegar para tornarem-se católicos sinceros. O batismo não era suficiente para neutralizar os malefícios da ascendência judaica. A origem de cristão-velho dava a qualquer um o status de católico sincero e o colocava acima dos conversos. Para os cristãos-velhos era inadmissível que, apesar do sangue imaculado, os neoconversos tivessem acesso aos mesmos cargos e vantagens que eles. Partindo deste princípio nasceram os *Estatutos de Pureza de Sangue*.

O primeiro estatuto discriminatório foi elaborado em Toledo, em 1449. A partir daí, muitas corporações passaram a ter legislação restritiva aos cristãos-novos, ainda que o papa Nicolau V tenha lançado um anátema contra este estatuto anticonverso. É importante salientar que a exclusão não era só em relação ao judeu convertido, mas a qualquer pessoa que tivesse ascendência judaica, mesmo tendo nascido cristão.

A partir de então, as Ordens de Cavalaria, Fundações Pias, Colégios Universitários, desenvolveram também suas legislações excludentes, sendo a Ordem de São Jerônimo a primeira da Igreja a utilizar medidas restritivas aos cristãos-novos, já em fins do século XV.

Luchas armadas entre ambos tipos de cristianos, como las que habían estallado en Toledo en 1449, y en Córdoba en 1473, no se reprodujeron después de la expulsión, pero a cambio se extendieron y se formalizaron cada vez más las disposiciones discriminatorias basadas en la *Limpieza de sangre*.<sup>35</sup>

A busca pelos atestados de “limpeza de sangue” levava a investigações minuciosas sobre a ascendência dos pleiteadores a certos cargos. Estas investigações também envolviam muito dinheiro para a compra de testemunhos que podiam ser falsos, quando a ascendência judaica era certa ou quando não se descobria a genealogia do pleiteador, envolvendo pressões e extorsões por parte dos investigadores. Nos parece provável que se dessem compras de atestados, posto que a limpeza exigida chegava a graus muito afastados, até a oitava geração, o que tornava muito difícil a exclusão de um possível judeu na genealogia dos investigados.

<sup>34</sup> POLIAKOV, Leon. op cit., p. 148.

<sup>35</sup> TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. **Los Judios en Portugal**. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992, p. 124.

Os cristãos velhos por sua parte, principalmente os menos favorecidos financeiramente, viam nos *Estatutos de Pureza de Sangue* uma forma de se identificarem com a nobreza, visto partilharem o mesmo “sangue puro”. Sentiam-se assim superiores aos cristãos de ascendência judaica, que mesmo bem sucedidos seriam sempre inferiores em relação à origem.

O ápice da perseguição ao “sangue imaculado” se deu com a instalação da Inquisição em 1478 por Bula expedida pelo papa Sixto IV, que concedia aos reis o direito de nomear os Inquisidores. Dois anos depois, Sevilha celebrou o começo dos trabalhos do primeiro Tribunal do Santo Ofício em terras espanholas. O alvo principal e mesmo o motivo da instalação da Inquisição na Espanha foi o cristão-novo, sendo o primeiro a arder nas fogueiras. Por Bula de agosto de 1483 o Tribunal tomou um caráter permanente, sendo Frei Tomás de Torquemada nomeado Inquisidor Geral de Castela e Aragão.

Nos primeiros momentos, a Inquisição espanhola estava longe daquela ritualística e organização pela qual ficou conhecida. No início, havia uma preocupação maior com os lucros oriundos dos bens que poderiam ser confiscados aos cristãos-novos processados. A lógica Inquisitorial pode ser explicada, simplificada, da seguinte forma: aquele que persistisse negando o crime pelo qual era processado seria julgado e condenado. Enquanto aquele que assumisse as culpas a ele impostas seria reconciliado, após um período no cárcere ou prisão perpétua, a participação em Auto-de-Fé e tendo os seus bens confiscados.

Desta forma, a Inquisição contribuiu para uma reaproximação dos conversos às práticas de seus ancestrais, posto que a fé que haviam adotado como sua, a católica, era responsável pela série de sofrimentos pelos quais estavam passando. Ainda segundo Poliakov: “dez anos de Inquisição fizeram mais para reavivar a fé judaica do que todas as exaltações dos rabinos dos séculos anteriores”.<sup>36</sup> Contudo, as sucessivas ondas de conversão desde o século XIV desmantelaram as redes de relações dos conversos espanhóis e dificultaram a manutenção de práticas judaicas<sup>37</sup>, muitos deles distantes por gerações dos judeus de fato. O criptojudaísmo tornou-se um problema bem mais sério em Portugal do que havia sido na Espanha.

A Inquisição não foi o ponto final neste drama. Era necessário purificar o território e ainda restavam os judeus sobre os quais ela não tinha poder. E, segundo alguns clérigos, a Inquisição não conseguiria resguardar os fiéis enquanto no seio da cristandade habitassem

---

<sup>36</sup> POLIAKOV, Leon. Op. cit., p. 167.

<sup>37</sup> N. do A.: Nos referimos aos rituais resignificados de judaísmos, principalmente as práticas costumeiras referentes aos interior das casas, costumes alimentícios, mortuários, guarda dos sábados, entre outros.

judeus. Após inúmeras discussões, incluindo as “disputat”, foi decretada a expulsão dos judeus da Espanha em 31 de março de 1492, sendo concedido quatro meses para se retirarem. Vale salientar que não só os judeus como também os mouros foram expulsos por este decreto, o que corrobora a idéia da associação de um Estado forte a uma unidade cultural e religiosa.

Após a expulsão, muitos judeus migraram para a Turquia, Berbérie e Norte da África, fazendo escalas na Itália ou em Flandres, buscando locais onde a cristandade ainda os aceitava. A expulsão dos judeus em alguns locais da Europa se deu bem antes da expulsão espanhola. Foram proibidos de residir na Inglaterra, em 1290, e na França, em 1306. Havia agora o problema de para onde ir: eles não podiam transpor a fronteira da França e quando o fizeram foi em pequenos grupos clandestinos. Restava ao leste e ao sul o mar e depois dele as terras da Turquia e do Marrocos, com sua fé muçumana. Portugal foi, assim, o abrigo lógico da grande maioria, sendo a melhor opção, ainda que temporariamente, como escala para outros destinos. A população judaica de então era estimada em 300.000 pessoas; destas, ao menos 100.000 cruzaram as fronteiras de Portugal.<sup>38</sup>

Dom Manuel autorizou a entrada de 600 famílias mediante o pagamento de uma taxa e do comprometimento de se retirarem em oito meses. Porém, o número de judeus a entrar deve ter sido muito maior, ajudados pela comunidade judaica portuguesa, comovida com a situação de seus irmãos espanhóis. Outros fatores concorreram para a entrada de judeus em Portugal, como o clima da primavera, favorável a longos deslocamentos, e as dificuldades de se vigiar a longa fronteira seca entre os dois países. Além dos contatos que já haviam a séculos entre os judeus dos dois lados da fronteira.

As condições de vida dos judeus em Portugal sempre foram mais confortáveis do que em Espanha. Portugal foi o primeiro país da Europa a aceitar a presença destes, possuindo legislação específica e onde as leis proibitivas, na maioria das vezes, não se faziam cumprir. Ali não ocorreram perseguições ou massacres com a freqüência que ocorriam na Espanha, portanto as conversões ao catolicismo não se processaram com a mesma intensidade.

Os judeus gozaram em Portugal de uma legislação que, se os preteria face aos cristãos em certos aspectos, lhes garantia a sobrevivência enquanto grupo sem o mesmo grau de perseguição vivido em outras áreas, o que lhes possibilitava uma participação cada vez maior e mais ativa nas estruturas social e econômica do reino.<sup>39</sup>

---

<sup>38</sup> N do A.: Os autores divergem quanto ao número de judeus que aportaram em Portugal; contudo, a maioria aceita entre 100.000 e 150.000 judeus.

<sup>39</sup> ASSIS, Angelo Adriano Faria de. Op.cit., 2004, p. 36.

As Aljamas portuguesas eram exemplos da mobilidade dos judeus neste país, eles iam e vinham livremente, residindo muitas vezes fora de seu território. A organização das comunidades, ainda que submetidas às designações dos reis, tinham seu direito próprio e se regiam dentro de suas leis tanto administrativa, quanto religiosamente. Os judeus pagavam por isso alguns impostos.

As atividades desenvolvidas pelos judeus em Portugal foram as mais variadas, cultivavam a terra, eram artesões em sua maioria e responsáveis pela venda de seus produtos. Eram conhecidos comerciantes pela venda de fibras, tecidos, tinturas, plantas medicinais e aromáticas, perfumes, incensos, ouro, pérolas, especiarias e muitos outros artigos.

Também em Portugal judeus tiveram um importante papel econômico como onzeneiros, coletores de impostos e intermediários em transações econômicas, assumindo, assim, posições privilegiadas na medida em que o comércio florescia e grandes somas de dinheiro se faziam necessárias para o investimento nas grandes empreitadas, principalmente as marítimas. Os judeus, ao longo do convívio com os mouros na península, desenvolveram uma sistemática atividade intelectual principalmente no campo da astronomia, criando ou aperfeiçoando aparelhos de navegação que foram de fundamental importância para a primazia portuguesa nos grandes descobrimentos.

A contribuição da comunidade judaica passava também pela tradução de obras do árabe para o hebraico e outras línguas. A mobilidade dos judeus, forçada ou não, teve grande influência na produção de seus conhecimentos, mapas, rotas, cidades, tudo ficou registrado em pergaminhos. As profissões que desenvolveram foram fundamentais neste aspecto: o comércio os impelia a constantes deslocamentos, nos quais elaboravam documentação religiosa ou administrativa.

Alguns aspectos específicos da religiosidade judaica influenciaram na construção destes conhecimentos, como a alfabetização para a leitura da Torá. Diante de uma Europa cristã onde se pregava que o contato com Deus deveria passar pelos eclesiásticos, os judeus compunham eram um grupo de maioria alfabetizada, destacada também pela fluência em vários idiomas, decorrente das contínuas peregrinações e dispersões por que passaram.

Outro aspecto seria a importância religiosa da fiel observação dos astros, já que para os judeus o dia acaba ao sair da primeira estrela, responsável pelo fim dos jejuns, o começo do *Shabat*<sup>40</sup>, os fins de ano e tantos outros marcos da ortodoxia judaica. Sendo assim, a

---

<sup>40</sup> “Hebraico, para o dia de descanso obrigatório, Sabá. O Shabat judaico vai do anoitecer da sexta-feira ao sábado à noite. É o dia que Deus abençoou, ou descansou do trabalho da Criação que ele realizou em seis dias.” UNTERMAN, Alan. Op. Cit., p. 237.

elaboração de um calendário próprio levou ao desenvolvimento de um expressivo saber sobre astronomia. O mais conhecido entre todos os astrônomos judeus foi Abraão Zacuto (1452-1515), que estudou e foi professor na Universidade de Salamanca. Zacuto foi o elemento final de uma linha de astrônomos judeus que deram início ao seu trabalho séculos antes em colaboração com os árabes então residentes na península.

As Ordenações Afonsinas, de 1447, impuseram uma segregação entre judeus e católicos, regulamentando diversos aspectos da vida daqueles dentro das Aljamas. Eram leis que condenavam a usura, impunham as tributações a serem pagas, a proibição de relações, ou mesmo conversas, entre cristãos e judeus. Ao mesmo tempo, estas Ordenações continham também leis de proteção, permitindo, inclusive, que os judeus continuassem organizados internamente segundo um Direito próprio.

Foram muitas as formas de burlar as restrições impostas pelas ordenações. Neste aspecto, o estudo de casos é fundamental para o entendimento da flexibilidade e real aplicabilidade das restrições no cotidiano da comunidade judaica. Entre eles, destacam-se casos de judeus que mesmo proibidos de se relacionarem com cristãos o faziam. Envolvimentos que eram relevados desde que os judeus em questão se convertessem e casassem com as cristãs. Os judeus eram proibidos de frequentar tabernas de cristão, mas podiam fazê-lo desde que não existisse taberna de judeus no local. Comerciantes podiam se alojar fora das Aljamas se chegassem de viagem após anoitecer. E médicos podiam sair à hora que fosse para atender seus pacientes, fossem cristãos ou judeus.

A situação da comunidade judaica em Portugal piorou de forma significativa com a entrada dos judeus vindos da Espanha, responsáveis pelo aumento da população judaica. Este aumento populacional foi o responsável pelo acirramento da concorrência profissional. Mais postos foram ocupados por pessoas de origem judaica, o que despertou a ira de muitos cristãos-velhos. A Peste Negra também se destacou como fator que concorreu para a desestabilização da situação dos judeus. Os surtos começaram em Portugal em 1477 e a intensificação destes na última década do século XV foi atribuída aos judeus castelhanos que buscaram resguardo no país.

Após anos de convivência pacífica e de ter aceitado a presença dos judeus vindos da Espanha, o posicionamento da monarquia portuguesa tomou outro rumo em relação à política adotada com os judeus. O rei D. Manuel pretendia contrair núpcias com a Infanta Isabel, filha dos Reis Católicos da Espanha, que impôs a expulsão dos judeus como condição indispensável à realização do casamento. Declarada a expulsão (1496), os judeus teriam dez meses para se organizarem e partirem e D. Manuel dez meses para encontrar uma solução

para o perigo do afluxo dos judeus e seus investimentos para fora de Portugal. O Decreto era determinante quanto ao prazo para saírem do Reino: “até por todo o mês de outubro do ano de mil quatrocentos e noventa e sete, todos os judeus, e mouros forros, que em nosso reino houver, se saíam fora dele, sob pena de morte natural e perder as fazendas, para quem os acusar.”<sup>41</sup>

Depois de várias discussões com seus conselheiros sobre as possibilidades de uma conversão forçada, D. Manuel escolheu a Páscoa de 1497 para pôr em prática os seqüestros e batismos forçados de todos os menores de quatorze anos. Após o ocorrido, os judeus, tomados pelo desespero, cobravam ao rei que lhes indicasse os portos para o embarque, e este por fim indicou o porto de Lisboa, para onde se dirigiram estimados 20.000 judeus.<sup>42</sup> A maioria não conseguiu embarcar e foi batizada a força, transformando-se do dia para a noite em cristãos-novos. Chamados também de *anusin* (judeus convertidos à força à fé católica).<sup>43</sup>

Os cristãos-novos, cientes do perigo de perderem sua liberdade e seus bens, fizeram várias propostas ao Papa, seguidas de envio de dinheiro à Roma, para que não fosse instalada a Inquisição em Portugal. Ou, caso esta fosse permitida, que o processo procedesse de forma límpida, com acareação entre delator e acusado, com a proibição do confisco de bens antes da condenação e a possibilidade de apelação ao Papa, o que não ocorria na Inquisição Espanhola. Esta tinha total autonomia em relação à Roma, respondendo diretamente aos reis, aos quais foram concedidos os direitos de designar e depor os Inquisidores em seu reino.

Vários autores divergem quanto aos motivos que levaram D. Manuel a expulsar os judeus de Portugal. Uma discussão acerca destes possíveis motivos é proposta por Vainfas e Hermann num artigo intitulado “Judeus e Conversos na Ibéria no século XV: Sefardismo, Heresia, Messianismo”.<sup>44</sup> Os autores pontuam algumas posições como a de Ferro Tavares,<sup>45</sup> que enfatiza a necessidade política da união entre o rei de Portugal e a princesa de Espanha.

<sup>41</sup> ORDENAÇÕES MANUELINAS. Livro II. Título 41. Ordenações Manuelinas / ed. lit. Fundação Calouste Gulbenkian; apresentação Mário Júlio de Almeida Costa. Ed. fac-sim.- Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984 – 5v.

<sup>42</sup> NOVINSKY, Anita Waingort. Op.cit., 1972, p. 12.

<sup>43</sup> “Porém o primeiro batismo forçado não foi o de 1497, antes disso D. Manuel já havia promovido o seqüestro de crianças judias, as quais foram levadas para ilha de São Tomé. Muitas morreram, pelas enfermidades e péssimas condições de vida. Alguns, contudo sobreviveram e chegaram mesmo a enriquecer com o cultivo da cana-de-açúcar nesta ilha. Estes cultivadores serão levados depois ao Brasil para que ensinem suas técnicas de cultivo da cana aos incipientes portugueses que construía os primeiros engenhos”. LIPINER, Elias O primeiro batismo compulsório e coletivo em Portugal. In: FABEL, Nachman; MILGRAM Avraham; DINES, Alberto. (Orgs.). Op.cit., 1999. pp 233-243.

<sup>44</sup> VAINFAS, Ronaldo & HERMANN, Jacqueline. “Judeus e Conversos na Ibéria no século XV: Sefardismo, Heresia, Messianismo”. In: GORESTEIN, Lina e CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Ensaio sobre A Intolerância. Inquisição, Marranismo e Antisemitismo**. 2ªed. São Paulo: Editora Humanitas, 2005.

<sup>45</sup> TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. Op. cit., 1992.

Também o ponto de vista econômico de Antônio José Saraiva,<sup>46</sup> para quem era o judeu, enquanto elemento da classe burguesa, o grande perigo a ser extirpado, decorrente do medo dos nobres do aumento do poderio econômico e social destes burgueses.

João Lúcio Azevedo<sup>47</sup> sustenta que a expulsão dos judeus de Portugal e as conversões forçadas foram uma forma de tentar integrar os elementos da comunidade judaica na sociedade portuguesa. Enquanto Elias Lipiner<sup>48</sup> defende que a expulsão dos judeus não foi mais que um ato de crueldade por parte do rei D. Manuel. O que nos interessa, contudo, são as repercussões desta expulsão e conversão forçada, por gerarem o cristão-novo, objeto de nosso estudo.

Os judeus que aceitaram o batismo e permaneceram em Portugal, tornando-se cristãos-novos, tiveram, durante 40 anos, a possibilidade de manter suas práticas sem serem incomodados pela Inquisição. Contudo, só o medo da instalação do Tribunal, haja vista a repercussão na Espanha, dava às autoridades um poder de barganha com os cristãos-novos, levando-os, por este caminho, a investirem alto nos projetos do rei, com o objetivo de continuarem sendo poupados da perseguição inquisitorial. Depois da prorrogação da isenção de inquérito sobre crimes de fé até o ano de 1533, a Inquisição começou a funcionar, finalmente, em 1536, sob o reinado de D. João III, sendo o confessor do rei, D. Diogo Silva, nomeado o primeiro Inquisidor do reino.

D. João III, rei já moderno de um Estado nacional, fundiu os horizontes e interesses do trono com os de sua fé cristã. Buscava como sustentáculo de sua força política, estabelecer a unidade intrafronteiras. Essa unidade implicava, sobretudo, na harmonia entre a doutrina cristã e a filosofia de vida. Implicava ainda na supressão de idéias que pudessem abalar o catolicismo do povo português, na eliminação de práticas que suscitasse dúvidas sobre a verdadeira religião, no esvaziamento de qualquer exemplo ou de qualquer proselitismo que toldasse a convicção dominante.<sup>49</sup>

A Inquisição dispunha de duas grandes armas para conquistar a população e atrair as delações. A primeira, eram os sermões, nos quais se propagavam as práticas judaizantes a serem combatidas e se incutia na população o terror através de mensagens sobre o pecado e o inferno no qual queimariam os infiéis. A segunda arma eram os Autos-de-Fé e suas imagens

---

<sup>46</sup> SARAIVA, Antonio José. op. cit., 1985.

<sup>47</sup> AZEVEDO, João Lúcio. **História dos Cristãos Novos Portugueses**. 3ª Ed. Lisboa: Clássica Editora, 1989.

<sup>48</sup> LIPINER, Elias. op.cit., 1969.

<sup>49</sup> SIQUEIRA, Sônia Aparecida de. "A Disciplina da Vida Colonial: os Regimentos da Inquisição". In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, ano 157, nº 392, p. 495-1020, jul./set. 1996, p. 501.

teatrais de sacrifício, expiação e reconciliação, sendo grandes espetáculos de humilhação que atraíam multidões e promoviam uma sensação de purificação nos presentes.

Era comum na época que delações partissem de familiares e vizinhos do denunciado: a proximidade era fundamental, posto que as práticas judaizantes àquele tempo eram mantidas no interior do lar. Cabe ressaltar que não só os que temiam a Inquisição faziam tais denúncias para encobrir ou amenizar suas faltas, pois sendo esta tão poderosa, a população via que colaborar era uma forma de adquirir prestígio. Muitos foram também os que, influenciados pelo espetáculo do Auto-de-fé, correram para levantar suas suspeitas contra alguém, procurando evitar, no mínimo, que fossem vistos como coniventes com as heresias alheias.

Em relação aos cristãos-novos, a Inquisição era tanto mais implacável. Mesmo se tratando de um católico sincero só a suspeita de ascendência judaica já era motivo para inquirições, abrindo caminho para que a mais vil acusação pudesse lhe deturpar toda uma vida. As próprias famílias preparavam desde cedo as crianças para agirem no caso de serem interrogadas por agentes da Inquisição. Deviam assumir as culpas, delatarem os pais, familiares e amigos, dando assim aos inquisidores o pretexto para seguirem com as buscas, mas livrando aquele cristão-novo de um sofrimento maior, que podia ser uma série de torturas ou até a morte.

## A construção do elemento cristão-novo

A Inquisição Portuguesa não funcionou para dismantelar as redes de convivência dos cristãos-novos como ocorreu na Espanha. As conversões anteriores ao Decreto de Expulsão dos judeus em Portugal não foram tão significativas quanto no país vizinho, apesar das vantagens que eram oferecidas aos judeus que aceitassem o catolicismo. Sendo a comunidade judaica de Portugal coesa, não tendo passado pelo processo desagregador ocorrido na Espanha em consequência das ondas sucessivas de perseguições e conversões. Com o batismo forçado toda a comunidade teve que se converter, mantendo internamente as mesmas relações, ainda que enquanto indivíduos, tenham assumido posturas diversas em relação à religião que lhes foi imposta.

Os conversos eram, contudo, unidos no medo ao poder inquisitorial. Esta mesma união os tornava ainda mais suspeitos perante a Inquisição. A comunidade cristã-nova portuguesa comportava considerável parcela da população do país e, mesmo com a Inquisição em

funcionamento, a movimentação destes cristãos-novos não foi de todo abalada, ainda que fosse vigiada. As diversas viagens exigidas pelo trabalho no comércio colocavam os cristãos-novos em contato com comunidades onde o judaísmo ainda era aceito, defendendo seus interesses econômicos e, ao mesmo tempo, mantendo um vínculo com seus irmãos de ascendência.

Para o entendimento da questão do cristão-novo português é necessário atentar para uma discussão desenvolvida por Anita Novinsky acerca das linhas de estudo sobre os cristãos-novos portugueses em três perspectivas:<sup>50</sup> a primeira, na qual se encontra João Lúcio de Azevedo, tentou mostrar a lógica do funcionamento da Inquisição e a legitimidade da conversão forçada ao catolicismo; a segunda, da qual faz parte Antônio Baião, contestou a conversão ao catolicismo, acreditando ser essa ilegítima. Para ambas, o criptojudaísmo (a manutenção de crenças e práticas judaicas) era característico da comunidade dos cristãos-novos portugueses.

Estas linhas foram construídas em torno da idéia de que os judeus haviam tido em Portugal uma liberdade não usufruída na Espanha, onde as perseguições impunham uma limitação às manifestações religiosas e a assimilação destes ao catolicismo foi marcante. Para estes autores, pesa o fato de a Inquisição Portuguesa não existir no momento da conversão forçada (1497), permitindo aos conversos portugueses a manutenção de práticas judaicas sem o medo da punição. Eles acreditam haver sido a conversão uma ruptura brusca, e aceitá-la, uma forma de se manter em Portugal, não havendo, contudo, tempo hábil, desde a conversão até a instalação da Inquisição Portuguesa, para uma assimilação do catolicismo.<sup>51</sup>

A terceira linha de estudo foi marcada por Antônio José Saraiva que pensou ser a Inquisição uma “fábrica de judeus”, na medida em que alimentava o criptojudaísmo<sup>52</sup> para encobrir um problema de classe que acabou proporcionando condições para um “retorno” das práticas judaicas ao isolar a comunidade de cristãos-novos. Estes representariam a classe burguesa, a perseguição seria assim uma forma da classe dominante, representada pelos “puros de sangue”, impedir a ascensão da burguesia.

Parece-nos, contudo, que a ligação dos cristãos-novos com práticas judaicas passa muito mais pela proximidade destas conversões (1497) e, até que ponto, estes neoconversos

---

<sup>50</sup> N. do A.: Interessa-nos uma discussão sobre a origem dos cristãos-novos portugueses por serem estes os que mais tarde aportariam no Brasil, constituindo objeto de nosso estudo. NOVINSKY, Anita Waingort. Op.cit., 1972.

<sup>51</sup> N. da A.: Nos identificamos com esta proposta por acreditarmos que interesses outros, não apenas o econômico, motivaram a ação inquisitorial.

<sup>52</sup> N. da A.: Aquele cristão-novo que só aparentemente aceitou a conversão e continuou mantendo práticas judaizantes.

tiveram contato com ritos judaicos? Em que medida a família procurou perpetuar os ensinamentos? Dentro dessa margem, que parte da escolha individual desses homens foi que desenvolveram as diversas formas de lidar com a religião dos antepassados que, ao menos oficialmente, não mais professavam.

Para o estudo de nosso objeto não podemos negar a existência de práticas judaizantes ou até de um grupo religioso bem organizado. Porém este não é o foco de nosso trabalho, o que procuramos é compreender, através dos indícios que nos são dados pelos papéis da Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil, como se constituiu a situação destes cristãos-novos em Pernambuco, suas redes familiares de amizade, e de interesses profissionais.

Não pretendemos discutir mais profundamente se eram ou não mantenedores de práticas judaicas, mas sim o fato de serem conhecidos como cristãos-novos, no momento em que os *Estatutos de Pureza de Sangue* se multiplicavam na Península Ibérica. Não podemos, contudo, nos furtar do conhecimento destas práticas que faziam parte da realidade de uma parcela dos elementos por nós estudados. Vale salientar ainda que a questão da manutenção de práticas costumeiras não necessariamente está atrelada a uma fiel consciência religiosa. Os cristãos-novos tiveram que abrir mão dos sinais externos do judaísmo, como a leitura da Torá e a circuncisão. A religiosidade dos judaizantes, aqueles cristãos-novos que pretendiam manterem-se fiéis à religião de seus ancestrais, era muito mais uma ressignificação das práticas costumeiras relativas ao interior das casas, visto a impossibilidade do culto público. Daí a mulher se tornar a grande mantenedora e iniciadora dos filhos na religião, cabendo a ela o ensinamento e a perpetuação das práticas religiosas no interior das casas.<sup>53</sup>

Os cristãos-novos também enfatizaram a importância de alguns ritos, como o jejum de Esther,<sup>54</sup> de pouca relevância para a ortodoxia judaica, porém adotado como fundamental para os judaizantes. Das festas judaicas eles mantiveram o *Iom Kipur*,<sup>55</sup> a mais importantes delas, e as demais variavam de comunidade para comunidade. Alguns ritos, mais fáceis de serem praticados se mantiveram, como os jejuns, o *Shabat* e os costumes alimentares e mortuários. A preocupação constante com esses cristãos-novos é ressaltada por Delemeau:

Eis-nos no coração de um racismo teológico que explica em profundidade o terror de ver a cidade cristã submersa, destruída por dentro, por seus

<sup>53</sup> Sobre a importância das mulheres na manutenção das práticas judaicas ver ASSIS, Angelo Adriano Faria de. Op. cit., 2004.

<sup>54</sup> “Dia de jejum que cai em treze de Adar, um dia antes de Purim. É calcado ou no jejum feito por Ester antes da visita ao rei da Pérsia para pedir por seu povo (Ester 4:16) ou no jejum dos judeus antes de se defenderem de seus atacantes (baseado em Ester 9:2)”. UTERMAN, Alan. Op. cit., 1999, p. 94.

<sup>55</sup> “Hebraico, significa o dia da expiação. O jejum de 10 de tishri é o dia mais sagrado do calendário judaico, marcando o fim dos ‘dez dias de penitência’”. Idem. p. 125.

inimigos de sempre, tornados mais perigosos do que no passado graças a uma camuflagem.<sup>56</sup>

Esta idéia de “camuflagem” não pode ser aplicada a todos os cristãos-novos, visto que vários se tornaram católicos sinceros. Mas, como demonstra Delumeau, a suspeita pairava sobre eles. O converso de hoje estava sempre relacionado ao judeu de ontem, e os *Estatutos de Pureza de Sangue*, tornados um vício na Península no século XVI, só dificultaram a situação do converso.

Os judeus que não haviam aceito a conversão ao catolicismo na Espanha, e posteriormente, em Portugal, e optaram por sair da Península Ibérica, deixaram muitos de seus negócios nas mãos de parentes e amigo convertidos, com os quais mantinham contato. Estes conversos também eram incluídos nos novos empreendimentos desenvolvidos pelos judeus longe da Península. Foi no momento da expansão marítima e abertura de novos mercados ao comércio que as transações em escala internacional tornavam necessária a presença de membros de confiança nos diversos entrepostos por onde deveria passar a mercadoria negociada.

Assim, os conversos ocupavam espaços onde os judeus não tinham liberdade de ação, tecendo redes de alcance mundial como bases numa ascendência comum, gerando a segurança necessária nos arriscados empreendimentos que caracterizaram o processo de expansão marítima e comercial. A nossa intenção é analisar como o Brasil e, especificamente, Pernambuco articulavam-se dentro destas redes, reconstituindo-as a partir das recorrentes referências às atividades comerciais e aos constantes deslocamentos realizados por esses cristãos-novos. E também observar como as relações entre os elementos dessas redes se organizaram no espaço por nós estudado. Neste contexto, se faz necessária uma discussão sobre as bases dessas relações, que Nathan Wachtel vai considerar a primeira experiência de “globalização”.<sup>57</sup>

Alguns autores atentaram para a importância destas redes de solidariedade no estabelecimento de cristãos-novos em diversos empreendimentos. Ao estudar a presença judaica na América na era colonial, Avini dividiu a primeira parte de seu “Judeus na América”<sup>58</sup> em Impérios Católicos e Impérios Protestantes. Apesar desta separação, emergem de suas observações o contínuo contato entre cristãos-novos e judeus ao longo dos mais de

---

<sup>56</sup> DELUMEAU, Jean. Op. cit., 1999, p. 305.

<sup>57</sup> WACHTEL, Nathan. **A Fé da Lembrança**: Labirintos Marranos. Lisboa: Editorial Caminho, 2002.

<sup>58</sup> AVINI, Haim. Op. cit., 1992.

dois séculos que analisou. Para ele foi esta ascendência comum que ligou os elementos dispersos fisicamente e que não, necessariamente, professavam a mesma religião.

Antes de nos atermos às redes de relações estabelecidas por estes neoconvertos nos parece importante um esclarecimento sobre a condição de judeus, cristãos-novos e judaizantes: cristãos-novos são os indivíduos que passaram por conversões, forçadas ou não, na Espanha ou em Portugal, ou então, alguém que tem ascendência judaica até a oitava geração; o judaizante é apenas uma possibilidade de cristão-novo, seria aquele que não aceitou sinceramente a conversão e que apenas externamente se porta como cristão, muitos cristãos velhos foram também apontados como judaizantes; o judeu seria aquele que nunca foi batizado, e, sequer, forçado ao batismo.

Desde o começo do século XVI, levas regulares de cristãos-novos migraram de Portugal e se estabeleceram em outros pontos do planeta. Esses convertos compartilhavam uma memória<sup>59</sup> de seu passado na Península Ibérica, tendo como marco a conversão forçada (1497), acontecimento por eles partilhado. Os descobrimentos de novas terras, a efervescência européia com a abertura de novas rotas de comércio e o recrudescimento das condições de vida da população cristã-nova impulsionaram a migração de grupos inteiros.

Apesar das proibições impostas à migração, esses cristãos-novos seguiram em massa na tentativa de fugir ao cerco que buscava submetê-los. Antes mesmo da instalação da Inquisição em Portugal, um bom número dos que queriam manter-se na sua religião de origem rumaram para a Turquia, Síria, Constantinopla, Salonica e outras cidades do Império Turco.

As cidades italianas, em fins do século XV e durante o século XVI, também abrigaram alguns grupos de cristãos-novos. Parece, contudo, contraditório que estes grupos tenham buscado abrigo inclusive em Roma, no seio da cristandade, fugidos justamente de uma instituição cristã. Portanto, vale recordar que o ardor da Inquisição Espanhola, e mesmo a aplicabilidade dos *Estatutos de Pureza de Sangue*, já haviam sido alvo de discordância entre a autoridade Papal e as autoridades reais e eclesiásticas ibéricas.

Alguns cristãos-novos portugueses se refugiaram nos Países Baixos, bem antes de suas contendas com a Espanha. Antuérpia e Hamburgo foram locais de estabelecimento de alguns grupos, mas, a maioria, já no final do século XVI, se deslocou para Amsterdã. Esta cidade se tornou em pouco tempo o local de abrigo preferido dos cristãos-novos, principalmente

---

<sup>59</sup> Michel Pollak pensa em dois fatores constitutivos da memória, o primeiro seria os acontecimentos vividos pessoalmente. O segundo os acontecimentos “vividos por tabela”, referentes a um grupo ou coletividade a qual o indivíduo sente pertencer. É nessa forma que pensamos a memória compartilhada por esses indivíduos, a qual também depende de uma série de investimentos para sua manutenção. POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Vol. 5. Rio de Janeiro. 1992, p. 200-212.

daqueles que queriam retornar ao judaísmo. O contato de alguns cristãos-novos estabelecidos no Brasil com o Norte da Europa será fundamental para que entendamos as recorrentes observações de que os saídos do Brasil, lá se estabelecendo, voltavam ao Judaísmo<sup>60</sup>. Ou dos homens que de lá chegavam, sobre quem corria suspeita de que fossem circuncidados. É bom lembrar que foi um cristão-novo oriundo do Brasil, James Lopes da Costa, o responsável pela fundação da primeira sinagoga portuguesa de Amsterdã, a Bei Yahacob, na última década do século XVI.

Contudo, não só a possibilidade de retorno ao judaísmo impulsionava as levas de sefarditas que se dirigiam a Amsterdã: era ali também que circulava o açúcar vindo do Brasil para refinamento e distribuição, pois sabemos que o monopólio português não foi, na prática, respeitado e que muito antes da Invasão Holandesa a Pernambuco, a mercadoria já seguia direto para a Holanda sem passar pelos portos portugueses, rota na qual o elemento cristão-novo exerceu vários papéis.

As ilhas atlânticas também tiveram um papel fundamental no processo de construção de redes internacionais de comércio. Elas foram os locais de produção que conferiram experiência no cultivo da cana, nelas muitos cristãos-novos aprenderam a lidar com o açúcar e teceram as conexões necessárias à comercialização deste. Alguns dos personagens por nós estudados encontrados na Capitania de Pernambuco vieram da ilha da Madeira, de São Tomé ou Açores.

Estas ilhas tornaram-se posteriormente importantes entrepostos entre o Brasil, o reino e a África. E entre o primeiro e os portos do Norte da Europa. Foram freqüentadas por navios de diversas origens e nelas se estabeleceram muitos cristãos-novos preocupados não só com a perseguição dos tribunais da fé na península Ibérica, mas também interessados nas oportunidades de negócios no emergente mercado do açúcar.

Os sefarditas se espalharam por todo o Mediterrâneo, do Oriente ao Ocidente, participando ativamente do comércio de especiarias. No século XVI, não havia porto onde os judeus vindos da Península Ibérica não estivessem estabelecidos, abrindo caminho para os conversos. Antuérpia, Veneza, Ancona, Salonica e Bordeau foram portos visitados, fazendo parte das redes de comércio formadas por judeus e cristãos de ascendência judaica.

---

<sup>60</sup> Entre eles a confissão de Manuel Homem, em 1618. Livro das Denúncias que se fizerão na Visitação do Santo Officio á Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos do Estado do Brasil, no ano de 1618 — Inquisidor e Visitador o Licenciado Marcos Teixeira. In: **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1927, volume XLIX**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1936. A partir desta nota, ao fazermos referência a obra informaremos Denúncias da Bahia.

## Cristãos-novos na colonização da América portuguesa

No primeiro momento da chegada dos portugueses no Brasil, a extração do pau-brasil foi o grande atrativo, não só para eles como para os vários estrangeiros que aqui se dedicavam ao tráfico da madeira desta planta. Porém, o processo efetivo de colonização do Brasil, empreendido a partir da década de 30 do século XVI, sob o sistema de Capitánias Hereditárias, teve como base o cultivo da cana-de-açúcar e os lucros que esta acarretava.

Originária da Ásia Meridional, trazida pelos árabes da África para a Sicília e Costa Sul da Espanha, cultivada pelos portugueses no Algarve, ao tempo de D. João I (1404), transportada pelo Infante D. Henrique para a Ilha da Madeira, a cana-de-açúcar veio a ser o grande propulsor do progresso do sistema colonial português.<sup>61</sup>

Os portugueses tinham experiência anterior com a cana-de-açúcar, a qual cultivaram também nas ilhas de Açores, Madeira e São Tomé, durante o século XV. Aos donatários das Capitánias, cabia, entre várias atribuições, a concessão de sesmaria. Vale salientar que o poder do donatário era de jurisdição, exercendo um poder político sobre as terras; a Coroa, contudo, nunca abriu mão da posse efetiva das mesmas.

A Coroa Portuguesa se aproveitou do caráter cosmopolita e aterritorial do capital comercial acumulado nas diversas praças européias, financiadoras da colonização da América, bem como de experiências anteriores para viabilizar a distribuição de terras, ao implantar o sistema de sesmarias, anteriormente observado nas Ilhas Atlânticas. A preocupação com a efetiva ocupação e produtividade do solo chegou até nós através do estudo de Virgínia Almoêdo:

a par com a prática da justiça, o aproveitamento e distribuição do solo colonial aparecem como uma das principais obrigações ou prerrogativas de poder conferidas aos Donatários das capitánias Hereditárias pela Coroa portuguesa, espontaneamente separado do conjunto de poderes “naturalmente” inerentes aos reis.<sup>62</sup>

Para entendermos como se pretendia realizar essa ocupação do território português na América, devemos recorrer a Carta Foral, de 24 de setembro de 1534 da Capitania de

---

<sup>61</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de & ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. **Cartas de Duarte Coelho a El-Rei**. Recife: Editora Massangana, 1997, p. 8.

<sup>62</sup> ASSIS, Virgínia Almoêdo de. **Palavra de Rei** - Autonomia e Suborninação da Capitania Hereditária de Pernambuco. 2001. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 69.

Pernambuco,<sup>63</sup> na qual estão expostas essas intenções e os regulamentos para a sua realização. A obrigação com a distribuição das terras abrangia pessoas de qualquer nacionalidade, desde que fossem cristãs, contando com algumas famílias do Norte europeu que aqui se estabeleceram, a exemplo da família Lins, citada nos papéis da Visitação. No Foral também se encontram regulados os monopólios da Coroa, pau-brasil e toda espécie de plantas, bem como a parte que caberia à coroa no caso de ali serem encontrados metais preciosos, sendo tal parte referente a um quinto de tudo que fosse extraído. Estão expressas também, as liberdades para os navios do reino levarem do Brasil mercadorias pagando por elas apenas o dízimo. Entre outros pontos, os povoadores não poderiam manter negócios com os índios.

Entre as suas diversas obrigações, o donatário de Pernambuco, Duarte Coelho, preocupou-se com a transferência para o Brasil dos conhecimentos relativos à produção do açúcar, contratando mestres vindos da ilha da Madeira ou de São Tomé. Muitos destes mestres de açúcar tinham ascendência cristã-nova. Sobre a participação dos cristãos-novos neste primeiro momento de estabelecimento na Colônia é importante atentarmos para o fato de que dos cinco primeiros engenhos de Pernambuco um era de propriedade do conhecido cristão-novo Diogo Fernandes, favorecido pela concessão de uma sesmária no ano de 1542.<sup>64</sup>

A importância dos cristãos-novos no período colonial foi enfatizada pelos autores clássicos que analisaram a construção da empresa açucareira e o papel deles enquanto financiadores desta empreitada. Foram os cristãos-novos os responsáveis pelo financiamento e pelas demais etapas do processo, incluindo o refinamento e distribuição do produto. Entre os autores voltados para o estudo da formação brasileira, como Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre, Celso Furtado, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda, dentre outros, a importância econômica destes cristãos-novos ou “judeus portugueses” é um consenso.

A sempre mencionada importância econômica destes homens, contudo, não elucida algumas indagações. Durante muito tempo ficou obscura na produção historiográfica sobre a ocupação da América portuguesa a presença efetiva dos cristãos-novos e as relações mantidas com seus demais habitantes. Tal omissão permitiu inferir, equivocadamente, que estes atores formavam um grupo à parte, de grande importância financeira, porém, de pouca relevância na composição cultural da Colônia Portuguesa, e especificamente, de Pernambuco.

---

<sup>63</sup> Carta Foral de 24 de setembro de 1534 da Capitania de Pernambuco. In: INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL – IAA. **Documentos para História do Açúcar**. Vol. I. Legislação (1534-1596). Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1954.

<sup>64</sup> PÔRTO, Costa. Os cinco primeiros engenhos pernambucanos. In: **Revista do Museu do Açúcar**. Nº 2, Recife, 1969.

Pensar a colonização do Brasil também é tentar compreender o começo desta sociedade escravista que, no seu primeiro momento, vai ter cristãos-novos em todos os seus segmentos. Eles serão os grandes mercadores e senhores de engenho, mas também serão os responsáveis por uma série de outras atividades, algumas das quais, aos poucos, com a implantação da escravidão em grande escala, foram passadas aos homens de cor, escravos, forros e pobres.<sup>65</sup>

Diversos foram os fatores que concorreram para a vinda de levas de cristãos-novos ao Brasil. Os principais foram: as pressões contra os conversos e a posterior instalação da Inquisição em Portugal, da qual pretendiam se resguardar, seguidas da possibilidade de lucro na empreitada ultramarina, seja com o açúcar ou com o pau-brasil. Vale salientar que estas migrações estavam ligadas à saída em massa de cristãos-novos da Península Ibérica, o Brasil foi só um dos destinos possíveis, oferecendo como atrativo:

uma situação em certa medida de menor vigilância, além de uma estrutura mais aberta à ascensão social, o que tornava a colônia particularmente atrativa para os cristãos-novos. A indústria açucareira teve papel fundamental nessa atração.<sup>66</sup>

A migração de cristãos-novos de Portugal foi alvo de intensa legislação, que em curtos intervalos de tempo proibia e permitia a saída destes. Assim, a Coroa oscilava entre a repressão, a extorsão ou a possibilidade de se aproveitar a influência econômica dos cristãos-novos.<sup>67</sup> Em 1497, com as conversões forçadas, os neoconversos foram proibidos de migrar. Entretanto, após o massacre ocorrido na cidade de Lisboa em 1506 obtiveram permissão para saírem. Esta liberdade foi revogada em 1532, e a saída de Portugal ficou suspensa por três anos, sendo concedida mediante o pagamento de fiança ou com licença régia. O mesmo valendo para a lei de 1535 e 1547.<sup>68</sup> Vale ressaltar que os impedimentos não foram suficientes para barrar a saída dos cristãos-novos de Portugal.

Na segunda metade do século XVI, quando acreditamos ter-se dado de forma mais intensa a entrada de cristãos-novos no Brasil, a legislação se mantinha dúbia em relação à

---

<sup>65</sup>VANDERLEI, Kalina Paiva da Silva. **Nas Solidões Vastas E Assustadoras** - Os Pobres do Açúcar e a Conquista do Sertão Pernambucano nos Séculos XVII e XVIII. 2003. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

<sup>66</sup> SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**. Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 225.

<sup>67</sup> ALENCASTRO, Luis Felipe. **O Trato dos Viventes**. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 25.

<sup>68</sup> Lei 15 de julho de 1547 sobre cristãos-novos. In: INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. Op. cit., p. 41.

migração. Um alvará datado de 30 de junho de 1567 mantinha o regulado em 1547, e um ano depois o dito no Alvará foi alterado por uma provisão na qual:

se proíbe a saída de cristãos-novos do reino e mais ultramarinas sem especial licença assinada por sua alteza sem embargo de pela dita provisão (referindo-se ao Alvará anterior) se admitir fiança; porque para as ditas partes não teria mais lugar.<sup>69</sup>

Caso desrespeitassem esta provisão, tentando sair com a fiança, os cristãos-novos seriam condenados ao degredo para os mesmo lugares aonde se dirigiam desde que fosse dentro dos reinos e senhorios de Portugal. Em provisão de 2 de junho 1573, foi-lhes permitida a saída, sem licença, desde que por motivos de negócios que envolvessem a venda de mercadorias. Esta permissão foi revogada, em 18 de janeiro de 1580, e a proibição total durou por sete anos, até que a lei de 26 de janeiro de 1587 a substituiu, restituindo o dito em 1547 e permitindo que voltassem a sair providos de licença ou fiança.<sup>70</sup> As proibições eram revogadas quando do interesse da Coroa, como nos explica Boxer:

Vez por outra se suspendiam essas proibições em troca de subornos colossais, ou de subsídios concedidos à Coroa, sobretudo pela comunidade mercantil de cristãos-novos de Lisboa, como aconteceu com o dinheiro dado a Dom Sebastião, destinado à expedição ao Marrocos.<sup>71</sup>

Econômicos, sociais e religiosos, estes fatores foram também influenciados pelas facilidades da fuga para o Brasil. Muitos conseguiram embarcar clandestinamente, quando proibidos de sair de Portugal, pois alguns navios, principalmente estrangeiros, organizaram formas de escoar esses cristãos-novos de Portugal. As fugas eram facilitadas também por uma parcela de funcionários corrompidos, envolvidos no lucrativo negócio movimentado pelas saídas. Pessoas que se dedicavam a elaborar as rotas de fuga e guiar os migrantes ficaram conhecidas como *passadores*.<sup>72</sup>

O degredo foi uma forma de forçar a colonização por indivíduos indesejáveis em Portugal, sendo utilizado por instituições leigas e eclesiásticas. Contestando a imagem

<sup>69</sup> Provisão de 15 de março de 1568. In: INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. Op. cit., 1954

<sup>70</sup> Lei de 18 de janeiro de 1580; Provisão de 2 de junho de 1573; Alvará de 21 de maio de 1577; Alvará de 11 de fevereiro de 1569; Provisão de 15 de março de 1568; Lei de 26 de janeiro de 1587, todos sobre cristãos-novos. In: INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. Op. cit., 1954.

<sup>71</sup> BOXER, Charles. **O Império marítimo português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 82.

<sup>72</sup> SILVA, Marco Antônio Nunes da. As Rotas de Fuga: Para onde vão os filhos da Nação? In: VAINFAS, Ronaldo; FEITLER, Bruno & LAGE, Lana (Orgs.) **A Inquisição em Xequê. Temas, Controvérsias. Estudos de Caso**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2006. pp. 161-178.

recorrente de que para o Brasil convergiam apenas salteadores ou grandes criminosos, Laura de Mello e Souza em **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**<sup>73</sup> aponta que os degredados destinados ao Brasil eram em sua maioria culpados de crimes de fé, o que hoje nos parece irrelevante, mas que na época tinha grande significação. No máximo poderíamos dizer que o Brasil foi a terra para onde fluíam homens considerados pecadores dentro da sociedade católica portuguesa. O degredo era prática corrente na Europa e foi readaptada na relação Metrópole-colônia.

Desta forma, homens antes destinados a terras desabitadas e distantes no próprio território europeu eram agora levados às colônias. Estas eram vistas como pedaços do purgatório, onde os faltosos poderiam se redimir e serem novamente aceitos no seio da cristandade. E quanto mais estes indivíduos trabalhassem para a prosperidade da metrópole, mais rápida seria a purgação.

Muitos homens vieram degredados para Pernambuco. D. João III ordenou que os deportados, antes enviados a São Tomé, fossem embarcados para o Brasil. Entre estes, muitos cristãos-novos acusados por crime de fé. Eles foram um importante contingente na ocupação das zonas açucareiras. As dificuldades de identificarmos nossos personagens neste processo ocorre também porque muitos foram degredados por outros crimes que não judaísmo, como suborno ou proposições falsas. O fluxo de degredados como um todo causou vários problemas de acordo com uma carta de Duarte Coelho, donatário da Capitania de Pernambuco, ao Rei em 1546: “Certifico a Vossa Alteza e lhe juro pela hora da morte que nenhum fruto nem bem fazem na terra, mas muito mal. Creia Vossa Alteza que são piores cá na terra do que peste”.<sup>74</sup>

Se inferirmos que entre estes degradados se encontravam os cristãos-novos, tal carta nos ajuda a desconstruir a idéia de que eles compunham uma casta de grandes financistas, idéia que parece permear toda a produção sobre estes personagens. Muitos vinham com muito pouco, apenas uns poucos pertences que pudessem carregar: eram pequenos comerciantes, alfaiates, boticários, carpinteiros, barqueiros, rendeiras, que aqui desenvolveram outras profissões e ajudaram a compor vários quadros, não desempenhando uma só atividade.

O número de cristãos-novos degredados para o Brasil, ainda no século XVI, não pode ser especificado; sabemos que esta prática tornar-se-ia ainda mais recorrente nos séculos XVII e XVIII. Destarte, já no primeiro século de colonização, podemos indicar alguns degredados aqui no Brasil. Dentre eles destacamos Catarina Álvares, cujos filhos estiveram aqui na

---

<sup>73</sup> SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

<sup>74</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de & ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de . Op.cit., 1997, p. 102.

Capitania de Pernambuco, e Maria da Paiva, casada com o boticário Luis Antunes, e Manoel Álvares, casado com Isabel Roiz, irmã de Luis. Manoel, apesar de ter residido em Pernambuco, já se encontrava na Capital Portuguesa em companhia da esposa em 1593. Maria aqui vivia durante a Visitação Inquisitorial, comparecendo diante do visitador. Catarina e Maria, mãe e filha, foram denunciadas durante a visitação.

Catarina Álvares cristã-nova que veio degredada para este Brasil cujo marido também se dizia ser degredado do reino para as galés por serem culpados na morte de uma moça, e em cercear moeda a qual Catarina tem nesta capitania de Pernambuco uma filha chamada Maria Álvares, casada com um boticário...<sup>75</sup>

Este boticário, Luis Antunes, e sua irmã Isabel Roiz eram filhos de Rui Gomes,<sup>76</sup> que também havia sido penitenciado no reino. Muitas eram as suspeitas de que alguns cristãos-novos residentes em Pernambuco houvessem sido penitenciados no reino antes de chegarem ao Brasil, ou mesmo de que para cá haviam sido degredados. Entre eles Branca Dias, que de fato foi processada antes de sua vinda ao Brasil, contudo não sabemos se teve ou não permissão para viajar para a colônia.

O número de cristãos-novos que se estabeleceram ou apenas passaram por Pernambuco não pode ser especificado; estima-se que 14% da população branca da Capitania de Pernambuco era cristã-nova. Enquanto esses elementos na Bahia chegavam apenas a 10%. Este percentual foi levantado por Tarcízio do Rêgo Quirino em Estudo intitulado **Os habitantes do Brasil no século XVI**.<sup>77</sup> Alguns autores atribuem o número de cristãos-novos em Pernambuco a uma maior tolerância dos cristãos-velhos, possibilitada pelo afastamento da sede do Bispado na Bahia e pela necessidade de integração e ajuda mútua para o estabelecimento na Capitania.

Podemos pensar que, sendo a Capitania de Pernambuco de colonização mais antiga, os cristãos-novos que aqui nasceram, ou chegaram muito novos, já teriam idade e representatividade para se apresentarem à mesa do Visitador ou nela serem denunciados, sendo essas denúncias e confissões<sup>78</sup> a base do estudo elaborado por Tarcízio do Rêgo Quirino. O que nos fica desses percentuais não é o quão numerosos foram esses elementos,

<sup>75</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 142.

<sup>76</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 316.

<sup>77</sup> Os números em torno da população total de brancos ao tempo da visitação variam. Quirino aceita 8.000, dos quais 1.200 seriam cristãos-novos. QUIRINO, Tarcízio do Rêgo. **Os Habitantes do Brasil no século XVI**. Recife, Imprensa Universitária, 1966, pp. 37-38.

<sup>78</sup> N. da A.: Por denúncias e confissões nos referimos a documentação gerada pela Primeira Visitação Inquisitorial.

mas trabalhá-los enquanto partícipes da construção de novos espaços de sociabilidade, dentro de uma lógica que não a metropolitana.

É necessário lembrarmos que foi justamente o reconhecimento desses homens enquanto cristãos-novos, pelos cristãos-velhos, por índios ou por seus iguais, que geraram esses números. Assim podemos dizer que em Pernambuco havia 14% de homens reconhecidos enquanto cristãos-novos, podendo o índice de cristãos de ascendência judaica ser maior ou menor.<sup>79</sup>

O interesse da Inquisição nos domínios portugueses da América foi aguçado pelo florescimento econômico e cultural da colônia, em decorrência do cultivo da cana-de-açúcar e da formação de novos espaços de convivência afastados das restrições da metrópole, proporcionando a liberdade de que gozavam os cristãos-novos que aqui habitavam, integrados em todas as atividades. Esta prosperidade chegava ao ouvido das autoridades eclesiásticas através de diversas cartas escritas na colônia por Familiares<sup>80</sup> ou por portugueses cristãos velhos preocupados com a fluidez das relações aqui estabelecidas a despeito da segregação que se tentava impor na metrópole.

A ação inquisitorial visava também proteger a colônia do protestantismo que se propagava pela Europa. Neste ponto é fundamental que entendamos a importância do Concílio de Trento (1525) e do movimento conhecido como Contra-Reforma. Os agentes da Inquisição estavam dispersos por todo o império, nas Índias, Açores, África, América espanhola e portuguesa. Eles tinham o papel de informar os passos de todos que, forçados ou não, foram em algum momento batizados.

A proposta da Inquisição, contudo, era visitar suas colônias de forma geral, o que de fato ocorreu na Madeira e Açores, concomitantemente ao Brasil, e logo após em Angola (1596-1598). Devemos lembrar ainda que Heitor Furtado de Mendonça deveria se dirigir, após sair de Pernambuco, às Capitanias de São Vicente e Rio de Janeiro e logo, Cabo Verde e São Tomé, o que não ocorreu pelo tempo que se demorou pelas “Capitanias de Cima”, principalmente pela Bahia, e por seu comportamento considerado um tanto arbitrário.<sup>81</sup>

---

<sup>79</sup> N do A.: Lembramos sempre que muitos tiveram sua condição de cristão-novo apenas apontada por outros, não tendo comparecido à Mesa do Visitador.

<sup>80</sup> “importante funcionário encarregado de prestar serviços policiais e investigatórios à máquina do Santo Ofício, tanto no próprio reino, como em todo o império colonial português”. CALAINHO, Daniela. **Em nome do Santo Ofício: familiares da Inquisição portuguesa no Brasil colonial**. 1992. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

<sup>81</sup> Capitanias de Cima é o termo com que se refere Elias Lipiner às Capitanias do Nordeste açucareiro, as quais receberam a Primeira Visitação (1591-1593). LIPINER, Elias. Op. cit., 1969. Sobre a Visitação como projeto mais amplo ver: VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 224.

A Visita, a partir deste conjunto, não deve ser vista como um evento extraordinário, mas inserido dentro de um projeto de regulação, no qual estava incluído todo o território colonial português. Devemos ainda lembrar que os anos em que ocorreram a Primeira Visitação (1591-1595) foram dentro do período chamado União Ibérica (1580-1640), em que os territórios portugueses estavam submetidos ao trono Espanhol. Assim, podemos também inserí-la na tentativa de impedir a entrada de estrangeiros nos territórios portugueses, principalmente os do Norte Europeu, com os quais a Coroa Espanhola estava em contenda.

Não acreditamos em apenas um motivo para a presença da Inquisição no Brasil. Entendemos que a Visitação e o ato de proibir a navegação estrangeira, ocorrido no mesmo ano, não sejam frutos de uma coincidência, mas partes de um processo já muito estudado de “colonização dos colonos”, onde agora será cobrado o “exclusivo colonial”.<sup>82</sup> Não pensamos esse exclusivo apenas do ponto de vista econômico, mas da fidelidade aos costumes e à religião oficial. Incluídos numa miríade de movimentos que não se excluem, mas que somaram para a vinda da Visitação ao Brasil.

É bom lembrar que os crimes da alçada da Inquisição não necessitavam de uma Visitação para serem apurados: o Bispo e outros religiosos tinham poder para investigar e remeter ao reino os suspeitos. O que ocorreu antes e depois do período das Visitatóes no Brasil, como em outras partes.

Os cargos ligados à Inquisição eram dotados de muito prestígio e algumas imunidades, sendo muito atrativos em termos de carreira, além de conferir *Estatuto de Pureza de Sangue*, visto que uma minuciosa pesquisa genealógica era feita antes de se ter acesso ao cargo. Tal pesquisa, na prática, poderia ser burlada por compra de investigadores e de Estatutos falsos. O que só ressalta a importância que tinha a idéia de “limpeza de sangue” então.

No Brasil, apesar do controle exercido por alguns familiares e a existência de um Bispado na Bahia, o medo das perseguições era quase nulo até o final do século XVI. A liberdade deste lado do Atlântico era garantida para os cristãos-novos até que ocorreu a Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil, com a presença do licenciado Heitor Furtado de Mendonça na Bahia, Pernambuco, Paraíba e Itamaracá entre os anos de 1591 e 1595. Com o fim do primeiro século do descobrimento findou também a pretensa segurança dos cristãos-novos na América portuguesa.

Alguns problemas são relevantes quando tratamos da identificação do elemento cristão-novo através da documentação gerada pela Visita Inquisitorial. Durante muito tempo

---

<sup>82</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe. Op cit., p. 27.

se acreditou erroneamente que homens com sobrenomes de plantas e bichos tinha origem cristã-nova. Os conversos, contudo, têm os mesmos nomes dos cristãos velhos de origem ibérica, ou seja, a distinção pelo nome torna-se praticamente impossível.

O fato de muitos destes cristãos-novos nunca terem sido denunciados, não constando da documentação gerada pela Visitação, constitui outra grande dificuldade. Postos estes limites, optamos por trabalhá-los a partir do seu reconhecimento e não enquanto representativos do contingente real que aqui se estabeleceu. Também as diversas migrações tornam difícil a localização destes homens reconhecidos enquanto cristãos-novos, uma hora no Brasil e, depois, em algum outro entreposto comercial ou de volta ao reino.<sup>83</sup> Outrossim, sabemos que o governo de Portugal se mostrou preocupado com o aumento deste número na colônia e o impasse social e religioso que isto poderia acarretar.

Muitas generalizações foram feitas a respeito do criptojudaísmo dos cristãos-novos e da existência de uma organizada comunidade de judaizantes em Pernambuco. Não negamos a existência de tal comunidade, posto termos inúmeros indícios de suas atividades. Apenas acreditamos que dela não faziam parte todos os cristãos-novos, pois muitos não tinham preocupações religiosas ou haviam de fato aceito a religião católica.

Alguns autores tratam indistintamente a figura do judeu e do cristão-novo, dificultando o entendimento desta questão. Arnold Wiznitzer, em **Os judeus no Brasil Colonial**,<sup>84</sup> trata por judeu os cristãos-novos que chegaram a Pernambuco antes da Invasão Holandesa. Para ele todos eram falsos conversos e a Invasão Holandesa foi a grande possibilidade de retorno ao judaísmo.

Já Elias Lipiner em **Judaizantes nas Capitanias de Cima**,<sup>85</sup> defende que todos os descendentes de Branca Dias, famosa judaizante, eram também criptojudeus. Tal afirmação nos parece bastante generalizada, se pensarmos nas condutas individuais em termos de possibilidade,<sup>86</sup> observando as várias condutas possíveis trilhadas por esses homens, cuja

---

<sup>83</sup> N. do A. Para facilitar o reconhecimento destes constantes deslocamentos, realizamos primeiramente uma busca pelas fontes bibliográficas, a partir das quais criamos listagens estruturadas na seguinte divisão: fonte (o livro por nós pesquisado): nome do cristão-novo em questão; profissão; localização, e se denunciado ao Santo Ofício. Tal catalogação nos serve como banco de dados sobre os cristãos-novos e o estabelecimento do modo de vida destes no Pernambuco Colonial.

<sup>84</sup> WIZNITZER, Arnold. **Os Judeus no Brasil Colonial**. São Paulo: Pioneira, Editora da Universidade de São Paulo, 1966.

<sup>85</sup> LIPINER, Elias. Op. cit. 1969.

<sup>86</sup> “Redução de escala, o interesse por destinos específicos, por escolhas confrontadas a limitações, convidam a não se deixar subjugar pela tirania do fato consumado - aquilo que efetivamente aconteceu - e a analisar as condutas individuais e coletivas em termos de possibilidade, que o historiador pode tentar descrever e compreender”. REVEL, Jacques. “A História ao Rés-do-chão”. In: LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial**. Trajetória de um Exorcista no Piemonte do Século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 22-23. O mesmo autor publicou o artigo

abrangência amplia em muito a fórmula “filho de judaizante, judaizante é”. Seu livro passa a idéia de que todos os cristãos-novos estavam integrados numa comunidade judaizante que, em Pernambuco, teria sua sede em Camaragibe, remetendo qualquer comportamento faltoso dos neoconvertos a um real criptojudaísmo.

É inegável a importância destas obras, que abriram o caminho para o estudo da presença dos cristãos-novos no Brasil, servindo de base para a maioria dos estudos que as seguiram. Porém, alguns estudiosos perpetuaram essa indistinção como se os cristãos-novos fossem todos judaizantes ou até judeus de fato, o que a conversão ao catolicismo tornou impossível ainda na Península Ibérica. Se algo esses homens compartilharam como um todo foi o estigma que lhes imputava a ascendência de cristãos-novos, com a qual lidaram de diversas formas.

Um problema que emergiu de nossa leitura das “Denúncias e Confissões” geradas pela Visitação é a recorrência de termos como “tido e havido por cristão-novo”, “por saber ser ele cristão-novo”, “ter ruim premonição por saber ser ele da nação dos cristãos novos”. Termos que nos levaram a questionar a validade de certas imputações e a pensar o quanto esse reconhecimento poderia ter influenciado na vivência entre esses homens. Eles remetiam esse reconhecimento a 20 ou 30 anos antes, a Visitação só fez emergir algo que já existia.

Muitas práticas judaizantes ficaram conhecidas através do Edito de Fé e Monitório Geral pregado na porta das igrejas, no qual estavam expostas as faltas da alçada da Inquisição. Assim atitudes cotidianas, que antes não tinham grande significado para os observadores, agora se enchiam de propósitos quando reconhecidas enquanto práticas judaizantes. Temos que fixar duas características básicas da Visitação: a primeira foi o chamado a todos para confessarem ou denunciarem culpas contra Igreja, fossem os denunciados vivos ou mortos, presentes ou ausentes; a segunda, foi que não importava o tempo em que ocorreram as tais faltas, se há dez, vinte ou quarenta anos. Lembramos que a relação desses personagens com o tempo é totalmente diversa da nossa, às vezes não sabiam ao certo a idade que tinham e faziam referências a festas, chegada de navios ou outros acontecimentos importantes para mensurarem o tempo.

Bárbara Castellana, cristã velha, natural da Capitania de São Vicente, denunciou uma série de pessoas, entre elas sua madrasta, por reconhecer práticas com as quais conviveu toda infância e até então não faziam sentido para ela. Todas as pessoas denunciadas eram ou

---

“Microanálise e a Construção do Social”, In: REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas. A Experiência da Microanálise.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

havia sido residentes em São Vicente, e algumas já estavam mortas quando ocorreu a denúncia. Chama-nos atenção a declaração da própria Bárbara ao ser perguntada pelo Visitador se sabia de mais alguma coisa: “Somente se lembra do que tem dito e não mais atentava por assim ser moça então e não entender por que inda ora depois de entrar a Santa Inquisição nessa terra ouvindo ler o Edito de Fé lhe lembrarão as ditas coisas, e entendeu serem judaicas”.<sup>87</sup>

O medo das denúncias fez que muitos fossem à mesa do Visitador para confessar ou denunciar parentes ou amigos, diminuindo as suas próprias culpas, dentro de um processo que contava com uma boa parcela de negociação por parte destes cristãos-novos, tanto de identidade, ao negarem a parte cristã-nova que tinham ou se dizerem meio cristão-velho, quanto de condição ao se mostrarem arrependidos, ou bons colaboradores.

Tal reboiço, começado na Bahia, antes mesmo de chegar a Pernambuco já colaborava para chantagens, intrigas e renegociação de dívidas. O medo se devia ao procedimento considerado hoje arbitrário dos julgamentos: o denunciado não dispunha de muitas condições para se defender, vigorando o silêncio sobre quem o denunciou e qual seria a prática faltosa a ele remetida.

A noção de julgamento arbitrário desenvolveu-se ao longo do tempo, contrastando com os esforços da Inquisição para regular de uma forma centralizada todos os procedimentos, em seus mínimos pormenores. No centro do debate estão dois aspectos jurídicos maiores: o segredo do processo e as testemunhas singulares.<sup>88</sup>

Bento Teixeira repreende Maria de Peralta, que lhe pediu para traduzir uns salmos, “que já estava a Inquisição na Bahia”, demonstrando saber o perigo que isto implicava. Outro caso foi o de Rui Gomes que advertiu o cristão-novo confesso, Estevão Cordeiro, que falava sobre ser melhor o estado de casado que o de clérigo, dizendo que se ele repetisse o que dizia em outros lugares o Santo Ofício o prenderia, isso antes mesmo da Visitação chegar à Bahia.<sup>89</sup>

Partimos do princípio de que tanto as formas de lidar com a Inquisição, quanto os procedimentos da mesma eram conhecidos por alguns homens que aqui se encontravam, principalmente pelos cristãos-novos, objetivo de sua formação e alvo principal de suas primeiras investidas. Proposição baseada, inclusive, nos muitos deslocamentos que envolviam

<sup>87</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 99.

<sup>88</sup> BETHENCOURT, Francisco. **História das Inquisições:** Portugal, Espanha e Itália - Séculos XV-XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 339.

<sup>89</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 164; Livro das Confissões de Pernambuco, p. 27.

esses homens, a partir dos quais eles contatavam não só com os cristãos-novos do reino mas também tomavam conhecimento da repercussão que o Tribunal da Inquisição tinha em outras partes.

### “Por serem da nação”: o olhar do “outro” e a conduta inquisitorial

Para que pensemos a partir dessas denúncias e confissões algumas considerações são necessárias a respeito das condições em que foram elaborados estes relatos. O Visitador não só incitava a denúncia como às vezes ele descrevia algumas práticas para que o depoente as associasse a essa ou àquela pessoa, que muitas vezes também era apontada pelo Visitador. Comportamento este expresso pelo escrivão e dessa forma cristalizado chegou até nos: “E perguntado se lhe viu fazer mais alguma cerimônia outra judaica, declarando-lhe o senhor Visitador mais algumas”.<sup>90</sup>

Não só o Visitador interferia no que deveria ou não ser denunciado, mas o próprio notário descartava algumas coisas ditas por não lhe parecerem significantes do ponto de vista religioso, escrevendo “que por não serem de substância não se escreveram”.<sup>91</sup> Assim, ressaltamos a necessidade exposta por Ginzburg, ao analisar fontes inquisitoriais, de pensar sempre nos filtros e intermediários que as deformam.<sup>92</sup>

Devemos lembrar também que o Monitório estava pregado na porta das igrejas, exposto para que todos soubessem o que se buscava reprimir. As pressões que envolviam a Visitação mesmo que não fossem determinantes, têm que ser levadas em consideração. E recordamos, ainda, que implicar os conhecidos fazia parte mesmo da lógica inquisitorial, não sendo representativo do que alguns autores chamam de “traição”.<sup>93</sup> Desde sua montagem essa foi a prática da Inquisição: as pessoas mais próximas seriam aquelas que acompanhariam a prática herética, portanto, a família, os amigos e vizinhos, formam os elementos privilegiados enquanto testemunhas, ainda que os depoimentos de várias pessoas fossem aceitos, inclusive o de desconhecidos como veremos mais adiante.

Muitas pessoas compareciam à mesa do Visitador por serem chamadas, e quando lá estavam, lhes era exposto um caso em que algum outro denunciante o envolveu, como

---

<sup>90</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 152.

<sup>91</sup> Idem, p. 292.

<sup>92</sup> GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. O Cotidiano e as Idéias de um Moleiro Perseguido pela Inquisição. 3ª ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2004, p. 17.

<sup>93</sup> LIPINER, Elias. Op. cit., 1969.

testemunha ou praticante do ato ilícito. Desse modo, o Visitador lhe fazia “recordar” o que se supunha que havia presenciado, dizendo muitas vezes que ele “reforme a memória porque está obrigado”.<sup>94</sup> Caso representativo é o de Antônio da Rosa. Chamado a testemunhar, lhe foi perguntado sobre uma canção, que em sua letra dizia “Trino solo y uno, uno solo e trino, no es outro alguno, sino el Dios divino”, e diante de quem a cantou e por quem foi repreendido. Então Antônio disse que se tratava de um caso de treze anos atrás quando ensaiava a música para a festa do Santíssimo Sacramento e Bento Teixeira disse “não está boa”. E continuou, dizendo não lembrar de mais nada e que quando falou que “não estava boa” Bento Teixeira não disse a que se referia.

O depoente foi então perguntado sobre o que achava sobre a frase de Bento, se para ele dizia respeito à música ou à letra e seu sentido. A testemunha então disse que não podia ser a respeito da música, porque ele era um bom músico e tocava bem e Bento péssimo em ritmo, mas que se Bento referiu-se a letra e ao seu sentido ele não sabia.

Logo lhe foi esclarecido que outra testemunha afirmou que ele, Antônio, tinha dito que ao cantar tal música Bento disse que a preposição era falsa. E que por isso “o senhor Visitador o admoestava”<sup>95</sup> “descarregue sua consciência e fale inteiramente a verdade”. A testemunha prosseguiu mantendo que não se lembrava e que esta era a verdade que afirmava. Foi advertido de que caso não dissesse a verdade a ele caberia o perjúrio e a excomunhão. Mantendo sua palavra foi então admoestado em forma (excomungado). Esse caso é representativo da interferência do Visitador nos interrogatórios, bem como da pressão que sofriam os depoentes.

A despeito do silêncio que devia envolver cada denúncia o Padre João Batista ouviu as ratificações de Cibaldo Lins, nas quais implicava o ourives Rui Gomes. Em seguida o mesmo padre denunciou o filho de Rui Gomes, Luis Antunes, dizendo que só o fazia por ter o testemunho de Cibaldo lhe ativado a memória.<sup>96</sup> Não só um caso puxava outro, como as pessoas comentavam entre si tantas faltas que um número considerável de denúncias se referem a casos presenciados por outros, de que apenas se ouviu falar.

Ocorreu, ainda, de denunciante e denunciado se encontrarem às portas da sala do Visitador. Foi o que aconteceu com os cristãos-novos Pero Lopes e Cristóvão Martins. O primeiro denunciou o segundo por dizer que era serviço de Deus se amancebar. E quando terminou seu depoimento disse que “ora achou ali fora ao dito Cristóvão Martins como quem

---

<sup>94</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 480.

<sup>95</sup> N. do A. Avisar alguém da incorreção de seu modo de agir, censurar, repreender.

<sup>96</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 468.

quer também vir a esta mesa”.<sup>97</sup> O que desmistifica a idéia de preservação que envolvia os depoimentos, ainda que houvessem punições para os que revelassem o conteúdo de seus depoimentos.

Muitas testemunhas comentavam que de fato tinham problemas com a pessoa que denunciava, mas que aquele não era o motivo da denúncia, senão a preocupação com suas consciências.<sup>98</sup> O que nos leva a pensar em termos de estratégias singulares, analisando essas pessoas enquanto indivíduos que tinham suas escolhas e que as fizeram não apenas dentro da relação Inquisição, Instituição poderosa, medo, denúncia. Outros interesses estavam envolvidos.<sup>99</sup>

É necessário que pensemos a Visitação também do ponto de vista dos interesses locais, das relações aqui estabelecidas, dentro de um campo circunscrito, no qual os conflitos de toda ordem a precedem e são através dela acionados. Não acreditamos que haja só um poder, o que coage centralizado na instituição do Santo Ofício, mas que este é circunstancial e não determinado, nos levando a pensar as relações nas quais ele funciona.

Em nossa leitura das fontes, propomos-nos então pensar quais seriam as racionalidades e estratégias utilizadas por esses homens. Não acreditamos que só o fato de pessoas se denunciarem fosse suficiente para a desarticulação de suas relações, já tão imbricadas. Pesamos sim que muitos laços fortes, bem como rompimentos, podem ser reconstituídos a partir destes relatos. Não há só a denúncia que deturpa, há aquela que se propõe explicar que em tal ato, da mãe, do pai ou de um conhecido não havia maldade incutida, nem prática judaica velada. Bem como outras que expressam a má reputação de algumas pessoas e ainda aquelas contra pessoas com as quais o denunciante tivera desavenças pessoais nas negociações no mar ou nas lojas das vilas, nas conversas em igrejas ou no meio da rua.

Cabe-nos levantar um último problema, muitos homens e mulheres diziam ser meio cristãos-novos, terem um quarto de cristão-novo, revelando o quanto de “impureza” tinha esse sangue; contudo, segundo os *Estatutos de Pureza de Sangue*, a pessoa era considerada cristã-nova se em seu sangue contivesse até um oitavo de sangue cristão-novo. Foi como sendo meio cristão-velho que se identificou Gaspar Rodrigues,<sup>100</sup> sendo filho de cristão-velho com cristã-nova, acreditamos que na tentativa de mostrar que era com essa metade que se

---

<sup>97</sup> Idem, p. 461.

<sup>98</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, pp. 376 e 291.

<sup>99</sup> N. do A.: Perspectiva desenvolvida mais profundamente por Angelo Assis em estudo sobre o onzeneiro João Nunes. ASSIS, Angelo A. F. Op. cit., 1998.

<sup>100</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 428.

identificava, minimizando sua parcela de sangue “impuro”. Havia ainda os que diziam não saber se cristãos-velhos ou novos, e outros que se disseram cristãos-velhos.

O reconhecimento enquanto cristãos-novos por si só já imputava suspeitas e abria espaço para denúncias, envolvendo muitos homens em tramas das quais estariam afastados, não fosse o fato de descenderem de judeus. Algumas pessoas foram seguidas ou espreitadas simplesmente por terem sua condição de cristão-novo revelada a outros,<sup>101</sup> sendo observadas de propósito a partir de então.

O que nos chama a atenção é que essas acusações são quase sempre seguidas de frases como “dizem ter raça de cristão-novo”<sup>102</sup>, “por saber ser ele cristão-novo”, “por serem todos da nação dos cristãos-novos”<sup>103</sup> ou “é tido por cristão-novo”, “tendo ruim premonição por ser ele da nação”,<sup>104</sup> “os escandalizou por serem eles cristãos-novos”.<sup>105</sup> Expondo que o motivo da denúncia não é tanto a ordem da falta, posto que não se referissem a práticas tidas como judaizantes, mas sim a faltas comuns a outros homens da época. O que escandalizou os denunciantes, usando seu próprio termo, é que as faltas partiram dessas pessoas, a *priore* suspeitas.

Nessa busca pelo comportamento desviante, muitas das denúncias decorriam de falas soltas dos cristãos-novos. Como dizer que o “estado de casado era tão bom quanto o de clérigo, ou que “as Bulas vinhão senão levar dinheiro”. Ainda se referindo aos pecados, por dizerem não ser a gula pecado mortal ou não ser pecado dormir com mulher solteira. E também por expressões que emitiram em momentos de raiva, como “eu arrenego a fé em que creio”<sup>106</sup> que eram faltas com a Igreja Católica, mas a ascendência judaica conferia maior peso as mesmas.

Outros foram denunciados por práticas que demonstravam um desapego ou mesmo desrespeito a Igreja, como não prestar atenção à missa, não frequentar a igreja aos domingos, ou até mesmo soltar gases na igreja.<sup>107</sup> Incluído nesse grupo estavam ainda crenças supersticiosas, como ler um livro de sortes.<sup>108</sup> Alguns denunciantes diziam que isso ou aquilo pareceu mal por saber serem eles da nação ou da nação dos cristãos-novos. Permitindo-nos inferir que os desvios que seriam considerados menores, caso tivessem partido de cristãos

---

<sup>101</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, pp. 315 e 466.

<sup>102</sup> Idem, p. 89.

<sup>103</sup> Idem, p. 113.

<sup>104</sup> Idem, p. 63.

<sup>105</sup> Idem, p. 20.

<sup>106</sup> Idem, pp. 177, 425, 113, 118 e 66, respectivamente.

<sup>107</sup> Idem, pp. 82, 42, 43.

<sup>108</sup> Prática imputada aos irmãos Fernão e Diogo Soares, entre outros, que consistia em jogar dados, e dependendo do número que saísse se abria na página correspondente. Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 171.

velhos, tomavam, entretanto, quando praticados por estes descendentes de judeus, proporções bem maiores.

Portanto, acreditamos que esses homens foram confrontados por uma predisposição negativa desde que aqui chegaram, e para lidarem com ela, desenvolveram estratégias singulares, que iam desde negar essa ascendência, como assumi-la impondo um confronto mais direto, expresso em frases como “antes ser mosca que ser cristão-velho”.<sup>109</sup> Estratégias que podem ser visualizadas nesses depoimentos, onde as descrições dos espaços em que interagiam esses elementos, as festas, casas, ruas, tendas e como eles se relacionavam, casando uns com os outros, estabelecendo vínculos fortes de amizade, trabalhando juntos e mesmo brigando, tornam-se por vezes mais interessantes do que a descrição das faltas religiosas. E é sobre esses aspectos que pretendemos nos centrar a seguir.

---

<sup>109</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 48.

## 2º Capítulo - Maneiras de Viver: cristãos-novos em Pernambuco no século XVI

“porque estes destinos singulares cruzam-se, misturam-se e separam-se num formigar de complexas inter-relações, numa confusa meada de afinidades e inimizades, de interesses compartilhados ou opostos, de solidariedades ou de traições.”

Nathan Wachtel –  
A Fé da Lembrança, p. 34

### Cristãos-Novos: comunidade ou elementos dispersos?

A relação entre os cristãos-novos em Pernambuco na segunda metade do século XVI não se constituiu de forma unívoca. Uns, estavam ligados por extensas redes de parentesco que os trouxeram unidos ou não da metrópole. Outros, por conjugarem interesses comerciais e, outros, por manterem práticas judaizantes. Mas, apesar dessas ligações e de serem poucos numericamente, se lembrarmos da estimativa de 14% para final do século XVI, eles não podem ser trabalhados enquanto grupo. O significado “da Nação” que a historiografia consolidou como um grupo de pessoas que vinham para cá e que dividiam uma identidade comum tornou-se por demais abrangente quando pensamos no cotidiano, práticas e falas desses indivíduos. Eles tinham em comum a ascendência judaica, que lhes conferia um estigma, mas o problema consiste em pensar como lidavam com ele.

Eram pessoas, umas mais, outras menos, integradas em redes de sociabilidade amplas e continuamente tecidas, que abarcavam também cristãos velhos, mamelucos, de origem cristã-nova ou não, índios e negros, com os quais interagiam num espaço circunscrito cheio de especificidades. Eles tinham preocupações outras que não a manutenção de uma comunidade organizada, num momento em que estar junto de outros homens reconhecidos enquanto cristãos-novos era atrair um olhar suspeito.

Pensamos que entre a maioria deles havia sim uma solidariedade relativa a essa ascendência. Eles sentiam que partilhavam algo muito marcante e, naquele momento, ainda

recente, isto é, a expulsão dos judeus da Península Ibérica e a conversão forçada ao catolicismo. Solidariedade esta que não dependia da manutenção de práticas judaizantes, mas sim de um reconhecimento, que de certa forma responde à lógica da exclusão. Foi o reconhecimento enquanto excluído que os manteve solidários, em um primeiro momento.

Mas a memória não é um dado definitivo, ela é construída e depende de um constante movimento no qual é ressignificada, fato que leva ao afrouxamento ou não desses laços com o passar das gerações. Anita Novinsky pensou o cristão-novo como indivíduo perdido entre o mundo dos judeus e o mundo dos cristãos, sendo clássica sua idéia do homem dividido.<sup>110</sup> Em estudo posterior ela propõe que:

Na pluricultural sociedade brasileira, de Norte a Sul, coexistiram mundos diferentes que corriam paralelos ao mundo oficial da Igreja: Mundo dos negros, Mundo dos mulatos, dos índios, dos mamelucos, dos judeus. Cada qual se nutrindo com as reminiscências de sua cultura original.<sup>111</sup>

Como pensar então nos mamelucos de origem cristã-nova? Nos filhos de cristãos-novos e velhos? A eles também coube a inquietação do não pertencimento? O que observamos na interação desses indivíduos é que não havia mundos delimitados e estanques. Pensamos sim a partir de mútuas e múltiplas trocas, onde os elementos se influenciam criando outras possibilidades de ver o mundo, cujo resultado, não é o que pretendia a Igreja Católica ibérica, mas também não é uma realidade uniforme e deslocada desses cristãos-novos.

As solidariedades entre estes cristãos-novos se expressaram de diversas formas: eles alertavam uns aos outros sobre o perigo de certas falas, pois sabiam que era para eles que se voltava a Inquisição; constituíam redes que os colocava, criptojudeus ou não, trabalhando uns com os outros, quer no comércio, quer nos engenhos, bem como estavam juntos na hora da morte de parentes, festas de casamento, inclusive auxiliando-se financeiramente em momentos de dificuldades.

Não falamos aqui de solidariedade no sentido de não denunciarem uns aos outros, já nos referimos às denúncias de conhecidos como parte da lógica inquisitorial. E eles de fato agiram dessa forma constantemente. Haja vista que das 39 denúncias feitas por neoconvertos, 27 incluíam outros cristãos-novos.<sup>112</sup> Referimo-nos à forma como o fizeram, mostrando-se bons amigos dos denunciados, expressando que tais faltas estavam mais ligadas à ingenuidade

---

<sup>110</sup> NOVINSKY, Anita Waingort. Op. cit., 1972.

<sup>111</sup> NOVINSKY, Anita Waingort. **Inquisição:** Prisioneiros do Brasil Séculos XVI-XIX. Rio de Janeiro: Expressões e Cultura, 2000, p. 23.

<sup>112</sup> N. do A. Esses números levam em consideração as denúncias geradas em Pernambuco, em Itamaracá e na Paraíba, pela íntima relação que tinham as três capitânias.

do que à malícia. Alguns poucos cristãos-novos também denunciaram outros por práticas tidas como judaizantes, mas tais práticas eram seguidas por falas como “sempre o vê fazer coisas de bom cristão”, ou “a tem por rezadeira”, entre outras justificativas. Como ocorrido aos irmãos Gaspar do Casal e Antônio Leitão, denunciantes da mãe e das irmãs por não comerem enguia e carne de coelho, dizendo ambos que elas eram boas cristãs e que nunca as viu fazer nada de mal.<sup>113</sup>

Acreditamos que tais denúncias decorriam mais da preocupação em justificar o erro dos familiares do que envolvê-los na teia de intrigas. Talvez o fizessem para evitar que outros criassem sobre os ocorridos idéias deturpadas, de um criptojudaísmo, talvez, inexistente.

Denúncias que também envolveram toda família Soeiro, cujo patriarca, Francisco Soeiro já havia morrido há muitos anos e foi denunciado por se enterrar em terra virgem, segundo disseram, estando enterrado na Matriz de Olinda. Seu filho Simão Soeiro e a mulher, Maria Álvares, ao que sabemos, tiveram quatro filhas e um filho. As meninas eram Guiomar Soeiro, Paula Soares, Branca Ramires e Beatriz Mendes.<sup>114</sup>

Elas denunciaram a mãe e umas às outras e confessaram que mantinham costumes mortuários e alimentares, como jogar fora água dos potes quando morria alguém em casa e amortalharem com roupa nova os defuntos, bem como não comerem cação ou arraia. A matriarca Maria Álvares e sua filha Guiomar foram também denunciadas pelo filho e irmão, chamado Francisco Soares, mesmo nome do avó. Atente-se para o fato dos homens serem menos denunciados por práticas judaizantes, haja vista que o ensinamento e manutenção das mesmas ficavam a cargo das mulheres.

O falado, o visualizado, o que se expunha, ou se espreitava, é que nos permite inserir esses indivíduos nessa rede. A existência de uma solidariedade velada não evitava que problemas pessoais fossem também motivo de querela entre eles, originando denúncias. É necessário que lembremos das condições imediatas de existência desses homens e das possibilidades de escolha como fundamentais para que entendamos os caminhos percorridos.

Entre eles, os cristãos de ascendência judaica, se manifestavam também raiva, repúdio, rancor, decorrentes de dívidas ou discussões de outro tipo. Como as desavenças entre Belchior da Rosa e seu filho João da Rosa e João Nunes, por este dizer que a corrupção grassava e que João da Rosa deveria ao invés de reclamar, participar.<sup>115</sup> Assim, assinalamos a existência de

---

<sup>113</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p.147.

<sup>114</sup> Entre as confessoras, temos Beatriz Soeiro, Branca Ramires, Guiomar Soeiro. Livro das Confissões de Pernambuco, pp.102, 106, 108.

<sup>115</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, pp. 29, 41.

solidariedades, todavia, aos poucos, elas foram se desintegrando, com a construção de outras mais abrangentes aqui na colônia.

## Cristãos-Novos e cristãos velhos

Ao buscarmos entender as efetivas relações estabelecidas pelos cristãos-novos com os demais habitantes da colônia e mais especialmente com os cristãos velhos, consideramos a diferenciação aos poucos imposta na metrópole, devido à disseminação dos *Estatutos de Pureza de Sangue*.<sup>116</sup> Em fins do século XVI, não identificamos indícios da aplicação dessa segregação em Pernambuco, embora cada Ordem Religiosa possuísse seu *Estatuto* e a legislação metropolitana fizesse restrições à presença de cristãos-novos em seus postos administrativos.<sup>117</sup> A implantação desta segregação só ocorreu já bem avançado o século XVII, após a chamada Restauração Pernambucana, ainda que a legislação restritiva estivesse em vigor já século XVI.

A participação dos cristãos-novos nas diversas atividades produtivas era intensa e doravante fazemos uma análise das relações geradas pelo intenso convívio entre esses cristãos-novos e os demais habitantes de Pernambuco. Estudar esta participação na construção desses espaços de sociabilidade é também atentar para a bagagem cultural que estes homens trouxeram da Europa. Tanto cristãos-novos como cristãos velhos vinham de uma sociedade onde a segregação entre eles começava a se impor fortemente e na qual a religião católica era imposta a todos, enquanto religião oficial sob o controle do Estado, que utilizava as suas instituições e, especificamente, a Inquisição, como veículo coercitivo de expressões religiosas conflitantes.

Claro está que não é possível pensar essas relações apenas do ponto de vista das necessidades mercantilistas, num cálculo que junte ocupação, povoamento e produção, síntese do que era interessante para a coroa portuguesa. Os homens que aqui aportaram se depararam não só com o elemento estranho, os índios, que classificaram e julgaram segundo suas concepções de mundo, mas também com o cristão “impuro”, o descendente dos judeus que

---

<sup>116</sup> N. do A. A Inquisição não criou os *Estatutos de Pureza de Sangue*; eles a antecederam, sendo elaborados e adotados sistematicamente pelas diversas ordens religiosas e instituições civis, entre as quais as universidades foram as primeiras a fechar as portas aos descendentes de judeus.

<sup>117</sup> “Data de 1574 um Alvará pelo qual se proibiu que cristãos-novos servissem em cargos de justiça, finanças ou governo.” MELLO, Evaldo Cabral de. **O Nome e o Sangue**: Uma Fraude genealógica no Pernambuco Colonial. 2ª edição revista. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 159.

foram condenados desde a Idade Média pelos males que afligiam a Europa e que há pouco tempo haviam sido banidos de Portugal. Lembrando que o ódio ao judeu foi estendido ao cristão-novo, sobre o qual sempre pairava a suspeita de retorno à crença dos antepassados, seguimos então o conselho de Alfredo Bosi em **Dialética da Colonização**:

Mas os agentes desse processo não são apenas suportes físicos de operações econômicas, são também crentes que trouxeram nas arcas da memória e da linguagem aqueles mortos que não devem morrer. Mortos bifrontes é bem verdade. Servem de aguilhão ou de escudo nas lutas ferozes do cotidiano<sup>118</sup>.

Uma série de condições, contudo, concorreram para a interação entre esses elementos, deixando em segundo plano o medo da mácula de sangue, em prol de necessidades mais imediatas. A falta de mulheres brancas com as quais pudessem casar os colonos recém-chegados concorreu para uma maior interação entre cristãos-novos e velhos. Em estudo já citado, Tarcízio do Rêgo Quirino<sup>119</sup> encontrou um número expressivo de homens que vieram desacompanhados de suas esposas para a Capitania de Pernambuco, número este bem maior do que o achado para a Capitania da Bahia. Vale ressaltar que esses percentuais, como dito no capítulo anterior, foram elaborados a partir de amostragens feitas em cima da mesma documentação por nós trabalhada, os registros da Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil.

Quirino constatou que menos de 20% dos portugueses e migrantes de outros locais do ultramar vieram acompanhados de suas esposas para Pernambuco, enquanto na Bahia esse número chegou a 60%. Verificou ainda que havia um total de 43% de homens solteiros em Pernambuco, quando na Bahia eles eram apenas 23,3%.<sup>120</sup> Alguns dados podem ser responsáveis por essa amostragem: a colonização mais antiga da Capitania de Pernambuco, não propiciando condições para que os colonos trouxessem suas esposas, e o caráter provisório de muitos destes deslocamentos, visto que uma grande parcela desses homens pensava retornar em breve a Portugal ou a seus respectivos locais de origem.

Sobre a falta de mulheres brancas escreveu o padre Manuel da Nóbrega em carta ao Rei D. João, de 1552:

Já que escrevi a Vossa Alteza a falta que nessa terra há de mulheres, com quem os homens casem e vivam em serviço de Nosso Senhor. Apartados dos pecados, em que agora vivem mande vossa Alteza muitas órfãs, e si não

<sup>118</sup> BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. 4ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 15.

<sup>119</sup> QUIRINO, Tarcízio do Rêgo. Op.cit., 1966.

<sup>120</sup> Idem, pp.74-75.

houver muitas, venham de mistura delas e qualquer, porque são tão desejadas as mulheres brancas cá, que quaisquer farão cá muito bem a terra, e elas se ganharão, e os homens de cá apartar-se-ão do pecado.<sup>121</sup>

A preocupação da Coroa em ocupar a terra com pessoas casadas estava expressa nos benefícios concedidos aqueles que, na colônia, se encontravam nessa posição, no “Alvará de 8 de dezembro de 1590. Sobre doação de sesmarias a todos os novos povoadores com família”, o rei fala que se concedam esses benefícios:

Hei por bem, e me apraz que a todas as pessoas, que forem com suas mulheres e filhos a qualquer parte do Brasil, lhes sejam dadas terras de sesmarias, para nelas plantarem seus mantimentos, e fazerem roças de canaviais para sua sustentação, as quais terras ei por bem que se repartam com as tais pessoas.<sup>122</sup>

As cristãs-novas, enquanto mulheres brancas, foram privilegiadas por essa escassez. Lembramos que, apesar de serem muito denunciados, não foram todos os cristãos-novos mantenedores de práticas judaizantes. E os que seguiam ainda a Lei de Moisés em sua forma ressignificada tinham a preocupação de não faltar às cerimônias religiosas católicas, durante as quais interagiam com os cristãos velhos. Essa participação nas atividades religiosas, sincera ou não, os colocava nos ambientes frutíferos para os arranjos matrimoniais. Como já ocorria em Portugal, os cristãos-novos privilegiavam os casamentos mistos, para diminuir assim a mácula ou o *defeito de sangue*.<sup>123</sup> Mácula essa que só poderia ser desconsiderada por dispensa papal.

Observamos que dificilmente uma família de cristãos velhos não tinha um cristão-novo em seu seio. Ao contrário do que ocorreu em outras comunidades cristãs-novas,<sup>124</sup> não houve em Pernambuco uma tendência à endogamia, sendo mais comuns os casamentos entre cristãos-novos e velhos do que entre os próprios cristão-novos. Principalmente com as cristãs-novas bem dotadas, cujos pais eram bem sucedidos financeiramente.

Assim, dos cem neoconversos que haviam casado em Pernambuco e também nas Capitanias de Paraíba e Itamaracá, cuja interação intensa com a primeira nos impõe uma análise, sessenta e dois o fizeram com cristãos velhos. E, conseqüentemente, a maioria dos cristão-novos naturais destas três capitanias eram filhos de cristãos-novos com cristãos

<sup>121</sup> NOBREGA, Manuel da. **Cartas do Brasil. Cartas Jesuíticas I**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1988, p. 133.

<sup>122</sup> INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. Op. cit., 1954, p. 337.

<sup>123</sup> N. do A. A parcela de sangue cristão-novo seria diminuída em sua descendência na medida em que os casamentos fossem mistos.

<sup>124</sup> A respeito de uma comunidade cristã-nova com tendências endogâmicas ver: SANTOS, Maria de Souza. Uma Família Cristã-Nova Portuguesa na Bahia Setecentista. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci & GORENSTEIN, Lina. Op.cit., 2005.

velhos, os chamados meio cristãos-novos, ou tinham parte de cristão-novo, por já serem filhos de meios cristãos-novos.

Essas ligações familiares faziam com que as mulheres cristãs-novas casassem com proeminentes homens das três Capitanias. Não só freqüentando, mas constituindo a elite destas sociedades. Participação esta escamoteada pelo genealogista Borges da Fonseca, que em sua obra **Nobiliarquia Pernambucana**,<sup>125</sup> ocultou a origem de cristãos-novos de muitos membros da elite pernambucana.

As condições em que foi elaborada a obra de Borges da Fonseca chegou até nos através de Evaldo Cabral de Mello, em obra já citada, que comentou sobre a ansiedade do autor em mostrar a limpeza e retidão da nobreza da terra:

Se ela tivesse sido marrana era toda a reputação da nobreza da terra que se encontraria seriamente comprometida, sobretudo aos olhos de seus inimigos de classe, os mercadores do Recife, de origem invariavelmente mecânica, mas de sangue irreprensivelmente limpo<sup>126</sup>.

Essa obra, na qual Elias Lipner diz ter Borges da Fonseca cometido um “genealogicídio”,<sup>127</sup> serve de fonte para traçar os caminhos seguidos por alguns dos cristãos-novos por nós estudados. Posto que, salvo os escamoteamentos da origem, ela permite encontrar nossos personagens, seus filhos e netos, dentro destas linhagens. Vale salientar que Borges não dispunha do material por nós estudado, os registros das Visitações, quando compôs sua obra no século XVIII. Assim, a origem cristã-nova ou velha de uma pessoa era apenas baseada no conhecimento oral da época.

O alcaide-mor da capitania de Pernambuco, Mateus de Freitas (de Azevedo) de vinte seis ou vinte sete anos, era casado com a cristã-nova Maria de Herede.<sup>128</sup> A cristã-nova Maria da Paiva, neta de Branca Dias,<sup>129</sup> era casada com Agostinho de Olanda, cristão velho alcaide-mor da vila de Igarassu, cujo filho ocupou o mesmo posto. Citamos ainda Isabel de Paiva,<sup>130</sup> cristã-nova natural da Ilha de Itamaracá que foi casada com Pero Lopes Lobo, capitão da Capitania de Itamaracá, que então servia também de ouvidor e alcaide-mor.

Caso paradigmático é o da família de Branca Dias, cujos filhos casaram entre os mais bem situados da colônia. De suas filhas, uma não casou, duas o fizeram com cristãos-novos e

<sup>125</sup> FONSECA, Vitoriano Borges da. **Nobiliarquia Pernambucana**. 2 vols. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935. Passim.

<sup>126</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit., 1989, p. 100.

<sup>127</sup> LIPNER, Elias. Op. cit. 1969, passim.

<sup>128</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco. p. 67.

<sup>129</sup> Idem, p. 253.

<sup>130</sup> Idem, p. 372.

cinco com cristãos velhos. Seu único filho era casado com uma cristã velha. A condição de judaizante de Branca foi muito denunciada e os relatos impressionam por seus detalhes. Isso não impediu que inserisse a sua prole na sociedade através de bons casamentos. Algumas pessoas se remetem a missas ocorridas no engenho de Camaragibe, demonstrando a preocupação que ela e o marido tinham com a produção de espaços e condições de convivência com cristãos-velhos.

Ela seria o que Luis Mott chamou de *pseudocatólico*:

Boa Parte dos cristãos-novos, animistas, libertinos e ateus, que apenas por conveniência e camuflagem, para evitar repressão inquisitorial, freqüentavam os rituais impostos e controlados pela hierarquia eclesiástica, mas que mantinham secretamente crenças heterodoxas ou sincréticas.<sup>131</sup>

Assim, alguns homens que deram origem à chamada “açucarocracia pernambucana” eram de origem cristã-nova.<sup>132</sup> O casamento e a prole numerosa elevaram esses números. Essa origem chegou até nos através das Provanças que eram necessárias para o ingresso nas ordens religiosas.

Durante a Visitação, pudemos entrever as ligações familiares desses elementos. Era comum que os denunciante se referissem à relação que tinham com o denunciado ao fim de seus depoimentos. Assim, uma das denunciante de Inês Fernandes disse ser casada com o viúvo de sua irmã, Antônio Barbalho “dos da governança desta vila”, sendo vizinha de Inês, moradoras na freguesia da Matriz.<sup>133</sup> A irmã falecida se chamava Violante Fernandes, cujo segundo casamento foi com o cristão velho supra-citado Antônio Barbalho, de quem teve uma filha. Ou como Antão Martins, que ao denunciar Rodrigo d’Avila, revelou ser primo de sua esposa.<sup>134</sup>

Muitas críticas foram feitas à idéia de família patriarcal e extensa desenvolvida por Gilberto Freyre,<sup>135</sup> e apropriada por muitos outros autores. Família essa que comportaria o patriarca, sua esposa, filhos legítimos e ilegítimos, parentes consangüíneos ou rituais, agregados e escravos. Todos juntos dentro de uma unidade familiar que seria o engenho de açúcar.

<sup>131</sup> MOTT, Luiz. “Cotidiano e Vivência Religiosa: entre a Capela e o Calundu”. In: SOUZA, Laura de Mello e.(org.) **História da Vida Privada no Brasil**. Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa. Vol. I. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 175.

<sup>132</sup> Expressão tornada famosa por Evaldo Cabral de Mello. MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio**. O imaginário da restauração Pernambucana. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

<sup>133</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 65.

<sup>134</sup> Idem, p. 328.

<sup>135</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 29ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

Eni Samara sintetizou essas críticas já na década de oitenta em obra intitulada **A Família Brasileira**,<sup>136</sup> na qual confrontava a idéia difundida de família patriarcal como sendo a única forma de organização familiar válida para o período colonial, relegando todas as outras a organizações marginais. Confrontando os dados referentes a São Paulo urbana no século XIX, a autora demonstrou a disparidade entre os dados que encontrou e esse conceito de família.

As críticas foram também perpetradas por estudos que visavam retirar a mulher da situação letárgica a que foi relegada por essa concepção de família patriarcal em que era colocada como figura submissa, reclusa e sem expressão. A partir delas pensamos que outros conceitos devem ser articulados para outras realidades, que não são marginais, todavia, diferentes, enquanto a idéia de família patriarcal, ao modo como foi elaborada por Freyre, era um conceito destinado a um meio rural específico e a uma organização específica da elite, restrita à área açucareira do Nordeste do Brasil.

Uma família cristã-nova é, portanto, difícil de ser conceituada, não existindo de forma “pura”. Seus membros se ligavam aos cristãos velhos em todos os seus prolongamentos. Aqueles que se casaram com outros cristãos-novos tiveram filhos que não fizeram o mesmo e assim por diante. O que observamos nesse momento específico é que podemos caracterizá-la pela dispersão de seus membros em vários locais do mundo, devido mesmo ao caráter recente da colonização, e também por organizações habitacionais nucleares, principalmente na Vila de Olinda, o que limita a idéia de coabitação. Aida que algumas dessas características pudéssemos atribuir também aos cristãos velhos, como habitação nuclear, é notória a maior mobilidade e rede de relações dos cristos-novos.

Eram comuns as referências aos pais ou irmãos que de longe comandavam os negócios e teciam as alianças matrimoniais, englobando os membros da outra família a qual um elemento se unia em casamento, por assim dizer, os primos, irmão e sobrinhos dos cônjuges. Observamos por expressões como “sendo todos aparentados” ou “por ser este meu parente”, comuns às organizações familiares da época, a importância que tinham os prolongamentos familiares, que extrapolavam o limite da coabitação e das relações consangüíneas, unindo homens em organizações muito mais amplas, portanto multifacetadas.

Uma vez que pensamos em como esses homens e mulheres estavam ligados em diversos níveis de parentesco, cremos ser oportuno discutirmos outra forma de ligação, dessa

---

<sup>136</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. **A Família Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

vez ritual, o compadrio. Sobre a importância do compadrio, Scheila de Castro Faria escreveu referente a esse prolongamento da família na Colônia:

Está mais que claro que o termo ‘família’ extrapolava os limites consangüíneos, a coabitação e as relações rituais, podendo ser tudo ao mesmo tempo, o que não só pressupõe como também impõe que a história da família, no Brasil, incluía em suas análises as demais relações além da consangüinidade e da coabitação.<sup>137</sup>

Adentramos assim o campo das ligações rituais, como eram os laços entre compadres e comadres, vínculo adquirido no momento do batismo, que envolvia o batizado, quem o batizou, seu pai e sua mãe. Esses vínculos eram considerados perante a igreja tão fortes quanto os consangüíneos.

O compadrio constituiu uma relação de suma importância no Brasil colônia por fortalecer os laços que uniam parentes consangüíneos, amigos ou aliados,<sup>138</sup> sendo também competência do padrinho proteger e beneficiar seus afilhados, os quais teriam para com ele um comportamento respeitoso, solidário e obediente.<sup>139</sup> A escolha dos padrinhos e a disposição para apadrinhar seguia uma série de objetivos, os quais tentamos pesquisar a partir da lógica de interação desses cristãos-novos.

Os batismos e a formação de laços de compadrio devem também ser olhados do ponto de vista das estratégias estabelecidas por esses elementos para constituírem redes de segurança e laços mais fortes com os cristãos velhos. E, principalmente, pela visibilidade que envolvia o ritual de pedir “a bênção”, através do que parecia claro que o cristão-novo em questão, ao menos da porta de casa para fora, seria tido por um bom católico. Assim foi que a cristã velha Luzia Lourenço denunciou a sua comadre, Beatriz Mendes, pela forma como cozinhava a carne com azeite e outras iguarias, dizendo ter visto sempre Beatriz fazer “exteriores de boa cristandade”.<sup>140</sup>

Os cristãos-novos usufruíam largamente da amizade dos cristãos velhos. Alguns, em decorrência da visibilidade que tiveram por terem sido processados, chamam mais a atenção. Como a família de Branca Dias, que tinha ligações próximas com a família do donatário: não só se freqüentavam, estando dona Brites de Albuquerque presente na morte do esposo de Branca, o senhor de engenho Diogo Fernandes,<sup>141</sup> como também por ele pediu Jerônimo de

<sup>137</sup> FARIA, Scheila de Castro. Op.cit., 1998, p. 43.

<sup>138</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa do Brasil.** Lisboa/São Paulo: Verbo, 1994, pp. 190-191.

<sup>139</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. Op. cit., 1983, p. 33.

<sup>140</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 388.

<sup>141</sup> Idem, p. 54.

Albuquerque diretamente ao rei quando o engenho Camaragibe, de propriedade de Diogo Fernandes, foi destruído por índios, dizendo ser “um dos honrados da Capitania” e, ainda, que “homem que para negociar os ditos engenhos outro mais suficiente que ele na terra não se achará”.<sup>142</sup> É importante ressaltar que Jerônimo de Albuquerque também teve filhos e netos unidos pelo matrimônio aos cristãos-novos.

Outra pessoa de grande influência foi João Nunes, cuja impunidade no caso de mancebia com uma mulher casada se deveu, no depoimento de um de seus denunciantes, a uma amizade com o ouvidor Jorge Camelo.<sup>143</sup> E, ainda, Bento Teixeira, outro que teve ligações importantes por sua educação religiosa e estreito vínculo com os padres do Mosteiro de São Bento, que o acolheram quando estava se escondendo por haver morto sua esposa Felipa Raposa.<sup>144</sup> Estes são exemplos de pessoas que tiveram uma maior visibilidade. Outros cristãos-novos também tiveram suas relações de amizade expostas através de frases como “sendo meu amigo”, “tendo com ele amizade e comunicação”. Não acreditamos que esses indícios sejam irrelevantes; eles apontam a relações de convivência construída ao longo de anos, e que não foram negadas diante da Visitação.

### Cristãos-novos, mamelucos, negros e índios

Francisco Lopes da Rosa, filho do cristão-novo Diogo Lopes da Rosa com uma índia (cujo nome não foi especificado) foi denunciado por diversas falas, nas quais encontramos indícios de conflitos gerados em duas frentes: ele era ao mesmo tempo mameluco e cristão-novo. Francisco era morador na Paraíba, tabelião público e lá estava com os Padres da Companhia de Jesus, que se estabeleceram naquela localidade empenhados em doutrinar os índios. Francisco, denunciado também por arrenegar o óleo da crisma que recebera, em uma de suas falas, disse que melhor seria que os padres os deixassem viver em paz, sem ensinar-lhes coisa alguma.

Ele mesmo confessou essas faltas, incluído outras como dizer que “por clérigos e frades se havia de perder o mundo”. Essas falas direcionam para a falta de pureza característica das expressões religiosas na Colônia, compostas por imbricações e

---

<sup>142</sup> Carta de Jerônimo de Albuquerque (28 de agosto de 1555). Arquivo da Torre do Tombo, c.c., I, 96, 74. In: **História da Colonização Portuguesa do Brasil**. Vol. I. (direção Carlos Malheiro Dias) Porto: Litografia Nacional, 1921.

<sup>143</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 248.

<sup>144</sup> Idem, p. 453.

reapropriações que não são entendidas apenas do ponto de vista do que a Inquisição queria coibir, sendo, contudo, expressões da vivência religiosa desses homens, marcadas por arrependimentos e recaídas, como mesmo disse Francisco, que já havia pedido perdão por faltas semelhantes, tornando a cometê-las.<sup>145</sup>

Ao pensar a participação do elemento cristão-novo na colonização de Pernambuco e na formação desses primeiros espaços de sociabilidade é imprescindível atentar para a relação que estes mantinham com os índios e logo com os mamelucos, frutos dessas uniões, quase em sua maioria extraconjugais, bem como as relações mantidas com os negros que, já neste fim de século XVI, eram sistematicamente introduzidos no Brasil. Ainda que fossem numericamente poucos, enquanto denunciadores e denunciados à Visitação Inquisitorial, podemos entrever a construção das relações entre esses e os portugueses, respondendo a lógicas próprias às quais tentaremos aqui abordar.

Os portugueses tiveram que recorrer aos índios logo que chegaram à colônia, não só pelos intuits exploratórios e catequizadores, mas, também, pela necessidade de adaptação a essa nova realidade. A mulher índia foi responsável pelos ensinamentos relativos à alimentação, vista a escassez de produtos vindos da metrópole e a necessidade de adaptação aos alimentos aqui produzidos. Assim, a índia foi a primeira responsável pela organização das casas desses primeiros colonos, saciando a ausência da mulher do colonizador que, em sua maioria, especialmente em Pernambuco, ficou na metrópole.

Enfatizamos desta forma a maior penetração da mulher índia no cotidiano destes primeiros colonos. Relações estas que geraram muitos frutos, posto que o número de mamelucos encontrados em Pernambuco é relativamente grande, sendo ainda maior nas Capitânicas da Paraíba e Itamaracá. E, como veremos, os cristãos-novos não fugiram desse processo.

Em seu estudo, Quirino encontrou entre os homens nascidos na Capitania de Pernambuco 27% provenientes de relações entre brancos e índios, sendo maior nas Capitânicas de Itamaracá e Paraíba.<sup>146</sup> Ao esmiuçar os relatos encontramos quatro casos de mamelucos cristãos-novos, filhos da união de cristãos-novos com índias. Dois casos de casamentos entre cristãos-novos e mamelucos. E, ainda, dois casos de índias casadas com cristãos-novos.

Isabel Fernandes<sup>147</sup> confessou em Itamaracá dizendo que era mameluca e tinha raça de cristã-nova, filha de um cristão-velho, Sebastião Dias, “dos da governança desta vila”, e de

---

<sup>145</sup> Idem, p. 137.

<sup>146</sup> QUIRINO, Tarcízio do Rêgo. Op.cit., 1966, p. 41.

<sup>147</sup> Livro das Confissões de Pernambuco, p. 118.

sua mulher Cecília Fernandes, mameluca filha de cristão-novo e índia. Cecília foi fruto da segunda geração na qual estiveram em contato cristãos-novos e índios. Os primeiros não se diferenciando do colonizador em geral no que concerne às relações sexuais com as índias.

O concubinato com índias era comum, e as filhas desses relacionamentos se casam com os homens brancos que buscavam uma esposa numa terra de poucas opções, ajudando, assim, a suprir a falta de mulheres brancas que tanto preocupava os homens de então. O intenso relacionamento entre brancos e mamelucas especificamente na Capitania de Pernambuco chegou até nós por carta do Padre Manuel da Nóbrega, na qual ele relata a necessidade de mulheres brancas para casar na colônia, dizendo não serem essas tão urgentes na capitania de Pernambuco, de onde escreve em 1551, por “haverem muitas filhas de homens brancos com negras da terra as quais todas agora vão casar com a ajuda do Senhor.”<sup>148</sup>

Essas mulheres brancas escassas na colônia não eram abundantes em Portugal, e, ainda que para cá viessem órfãs ou mulheres de má reputação para suprir a ausência, temos que levar em consideração a pequena densidade populacional de Portugal. O pequeno Estado não tinha como suprir a falta geral de colonizadores. O que tornou vital a conversão dos gentios e seus filhos para o projeto colonizador português.

Alguns cristãos-novos, como já citado, casaram com mamelucas. Francisco Mendes,<sup>149</sup> que declarou ser meio cristão-novo, era lavrador, morador na Moribara, freguesia de São Lourenço e foi casado com a mameluca Brasia Camella. Contudo, eram raras as uniões entre mulheres brancas e mamelucos, e os homens frutos dessas uniões não encontravam as mesmas oportunidades de inserção que as mulheres. Conforme Vainfas, em artigo intitulado **Moralidades Brasílicas:**

Emblema maior entre sexualidade luso-índigena e confronto-intercâmbio cultural, encontramos-lo nos mamelucos originados dessas uniões mistas. Refiro-me sobretudo, aos homens por vezes criados entre os índios e perfeitamente conhecedores da língua e do *Modus Vivendi* nativo, que depois se bandeavam para o lado dos conquistadores, tornando-se apesadores de escravos índios e protagonistas das expedições ao sertão em busca de metais preciosos, alargando assim as áreas de colonização<sup>150</sup>.

Branca Dias, uma das pessoas mais citadas na Visitação, foi alvo de denúncias por parte de três mamelucas. A primeira foi Anna Lins,<sup>151</sup> mandada por seu pai, o alemão Rodrigo

<sup>148</sup> NÓBREGA, Manuel da. Op.cit., 1988, p. 126.

<sup>149</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 216.

<sup>150</sup> VAINFAS, Ronaldo. “Moralidades Brasílicas”. In:.(org.) **Historia da Vida Privada no Brasil**. Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa. Vol. I. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 223.

<sup>151</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 54.

Lins, à casa da denunciada para aprender a coser e lavrar, numa espécie de escola para moças que ela mantinha em sua casa na vila de Olinda, onde Anna permaneceu dos cinco aos oito anos. Ela denunciou Branca, seu esposo Diogo e suas filhas por seguirem o descanso sabático, falarem mal da hóstia na missa de domingo e cultuarem uma cabeça de toro sem cornos.<sup>152</sup> Anna ainda denunciou o cristão-novo Bento Teixeira por ler a Bíblia traduzida para Violante Fernandes, uma das filhas de Branca.

A segunda mameluca a denunciar a cristã-nova supra-citada foi Isabel Lamas<sup>153</sup>, que serviu Branca nos afazeres domésticos até ter mais ou menos quinze anos. Ela delatou reuniões suspeitas que Branca Dias fazia com frequência no andar de cima de sua casa na vila de Olinda. Já a terceira mameluca, Maria Álvares<sup>154</sup>, esteve na casa de Branca também aprendendo como aluna, durante dois anos, os afazeres de boa esposa e dona de casa. Maria tinha então doze ou treze anos. Em seu depoimento, que incluía denúncia contra outro cristão-novo, Pedro Álvares Madeira, disse que eles desrespeitavam o crucifixo e que Camaragibe, -menção ao engenho do marido de Branca, Diogo Fernandes e de outro cristão-novo Bento Dias Santiago- era conhecido como lugar de judeus.

Chama-nos atenção no caso das três mamelucas que a denunciaram o fato de serem naturais da Capitania de Pernambuco e terem se casado com homens brancos e cristãos velhos, especialmente, Anna e Maria, cuja filiação e o casamento que empreenderam apontam para a participação dessas moças na construção de uma elite colonial que, nos anos posteriores, vai tentar, de todas as formas, escamotear tanto suas origens cristã-nova como índias.<sup>155</sup>

Outros mamelucos denunciaram Diogo Nunes, irmão do famoso onzeneiro João Nunes. Foram eles os irmãos Pedralvares e Miguel Pires,<sup>156</sup> filhos de Álvaro Pirez d'Allegrete, que disseram ser dos da “governança da terra”. Eles denunciaram o cristão-novo, para o qual trabalharam no seu engenho na Paraíba, por ouvi-lo dizer que não era pecado dormir com mulher solteira ou com negra desde que se pagasse por isso. No final disseram que eles e Diogo eram e sempre foram amigos, o que coloca para nós a íntima relação entre esses elementos.

<sup>152</sup> Corruptela da Tora, confundida pela denunciante ou pelos próprios judaizantes. LIPINER, Elias. Op.cit., 1969, p. 85.

<sup>153</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 181.

<sup>154</sup> Idem, p. 200.

<sup>155</sup> N do A.: Referimo-nos mais uma vez à obra de Borges da Fonseca, Nobliarchia Pernambucana.

<sup>156</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p.236.

Os depoimentos também nos possibilitam desconstruir uma idéia de segregação, pelo menos nesses primeiros anos, em relação aos elementos, o cristão-novo e o mameluco. Pois é sabido que Diogo Nunes foi um dos primeiros senhores de engenho da Paraíba, tendo mesmo participado de sua conquista.<sup>157</sup> Ou seja, era figura proeminente, irmão de um dos homens mais ricos de então, João Nunes, e Pedralvares e Miguel eram filhos de um homem importante, ainda que fossem carpinteiro e mestre de engenho, respectivamente. É bom lembrar que a Capitania da Paraíba, bem como a de Itamaracá tiveram um número maior de mamelucos.

As relações de compadrio, anteriormente definidas, foram bastante observadas entre mamelucos de origem cristã-nova e cristãos velhos, bem como entre cristãos-novos e mamelucos cristãos velhos. Assim, Branca Dias e Diogo Fernandes, preocupados que eram com a importância da exteriorização da religião católica, também tiveram seus afilhados. Entre eles, Diogo, um mameluco cujo pai morava em Igarassu, que permaneceu um bom tempo na casa de Branca Dias em Camaragibe, ao tempo da morte de Diogo Fernandes.<sup>158</sup>

O mameluco Julião de Freitas,<sup>159</sup> denunciou seu compadre Fernão Soeiro, ambos cirurgiões,<sup>160</sup> por observá-lo durante a missa dizer “eu creio no que creio” em comportamento suspeito. Julião relatou que chegou a perguntar a Fernão do que se tratava e este de pronto mudou seu comportamento com ele, sendo mais gentil e fazendo-lhe favores, o que acreditou ser no intuito de que ele nada dissesse acerca de seu comportamento. Seguindo suas suspeitas, indo um pouco mais além, talvez Fernão tenha apadrinhado o filho de Julião na tentativa de tecer laços mais fortes com ele e assim evitar que suas práticas judaicas fossem por este expostas.

A cristã velha Anna Ferreira<sup>161</sup> denunciou as cristãs-novas e mamelucas, Gracia Luis e sua filha Maria, por zombarem e brincarem com o crucifixo, dizendo não ser ele sagrado e pela primeira dizer espantada que “por uma missazinha levam dois tostões”. Faltas presenciadas entre as muitas idas e vindas à casa de Gracia, por força dos laços de amizade que as uniam, eram vizinhas e também comadres, acostumadas a se visitarem e falarem muitas vezes. Em favor da amiga, a denunciante disse que parecia que ela dizia e fazia tais

---

<sup>157</sup> Frei Vicente Salvador faz menção ao engenho por ele fundado. SALVADOR, Frei Vicente. Op.cit., 1982, p. 258.

<sup>158</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 58.

<sup>159</sup> Idem, p. 376.

<sup>160</sup> Cirurgião era o termo então referente à profissão das pessoas que cuidavam especificamente dos escravos, sangrando-os e aplicando medicamentos, em geral ervas. FERLINI, Vera Lucia Amaral. **A Civilização do Açúcar. Séculos XVI a XVII**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 55.

<sup>161</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 408.

coisas “mais por simplicidade do que por malícia.” Ainda que os laços não tenham impedido a denúncia, de certo ela foi menos agressiva do que muitas outras, envolvendo estranhos ou pessoas com as quais não se tinha afinidades.

Essas relações, contudo, não se estabeleceram apenas pacificamente, no correr da miscigenação. Não podemos esquecer que eram baseadas num sistema de dominação. Poucos foram os casamentos oficiais entre índios e brancos, a mancebia era comum, mas não com a inclusão da índia, ela não era esposa do colonizador, e se o foi em casos isolados, não representam uma constante no processo de colonização. Os mamelucos que se casaram com cristão-novos foram aceitos pela necessidade que emanava da falta de mulheres e terão sua parcela índia negada no avançar da colonização. Eram aceitos por serem filhos de brancos. E negar uma origem mestiça também era fundamental para o acesso a certos cargos administrativos e Ordens Religiosas.

A própria Companhia de Jesus, tão ciosa da instrução e conversão dos indígenas não vai permitir que ingressem em seu seio. O Padre Manuel da Nóbrega desejou formar sacerdotes dentro da própria colônia, entre índios, mestiços e filhos de portugueses nascidos no Brasil, para suprir a falta de padres e atender as diversas vilas e aldeias onde eram necessários. Porém, de Roma vieram as ordens que permitiam a inclusão de filhos de portugueses, mas proibiam mamelucos de pertencerem à Companhia.<sup>162</sup>

O que pensavam os cristãos-novos do chamado “gentio” com o qual se deparavam? Uns poucos indícios nos chegam sobre isso, como as falas de Francisco, ele mesmo mameluco. Sabemos sim que estavam também, e largamente, envolvidos na captura de índios e que algumas querelas delatadas tinham a ver com a posse de alguns deles. Antônio Tomás disse que os índios potiguares, inimigos e cruéis, não tinham alma.<sup>163</sup> Refletindo um pouco do que nos chegou também por Gabriel Soares de Souza, que em 1587 escreve “o gentio potiguar, que tanto mal tem feito aos moradores das capitâneas de Pernambuco e Itamaracá e as gentes dos navios que se perderam pela costa da Paraíba até o rio Maranhão,”<sup>164</sup> a idéia era que o gentio constituía um obstáculo à interiorização dos colonos.

A violência que emanava da relação entre cristãos-novos e índios está expressa de diversas formas em nossa documentação: índios são motivos de querelas entre brancos, são escravos, catequizados à força e ainda relatados como devassos, sendo sodomizados pelos

---

<sup>162</sup> A proibição data de 1598. CHAMBOULEYRON, Rafael. “Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista”. In: PRIORE, Mary Del (org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1999, p. 72.

<sup>163</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 414.

<sup>164</sup> SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. 9ª ed. Recife: Editora Massangana, 2000, p. 16.

seus senhores. Alguns cristãos-novos foram denunciados por índios, durante a primeira visitação do Santo Ofício às Capitanias de Pernambuco, Paraíba e Itamaracá (1593-1595), denúncias proporcionadas pela constante convivência com os cativos dentro das casas.

Caso exemplar é o da índia Mônica, que delatou Fernão Soares,<sup>165</sup> vizinho de seu senhor Cristóvão Queixada, por lá ter encontrado uma cabeça de boi com cornos. Seu senhor então lhe disse que aquilo era a “toura” que os judeus adoravam. Seriam esses índios mesmos incitados por seus senhores a denunciar, ou deles partiam a denúncia na oportunidade de apontar outro elemento, em certos aspectos, também “excluído”?

Índias também foram responsáveis por espalhar as condutas de seus próprios senhores cristãos-novos, expondo muitas vezes práticas tidas como judaizantes. Lucrecia, índia escrava da cristã-nova Inês Fernandes, comentou com a mameluca Ângela Antônia, escrava cativa de Antônio de Andrade, que sua senhora sempre se enfeitava e se vestia melhor aos sábados e não trabalhava. Essas informações foram responsáveis pela denúncia que Ângela<sup>166</sup> fez contra Inês Fernandes.

As negras<sup>167</sup> de Cristóvão Martins diziam que sua mulher guardava os sábados. E que havia suspeita de que o pai de seu senhor tivesse ido a cadafalso.<sup>168</sup> Encontramos ainda uma crioula de São Tomé, Mícia Vaz,<sup>169</sup> denunciando sua antiga senhora, a cristã-nova Isabel Roiz, por jogar fora as águas da casa quando morreu um escravo. Mícia tinha então 50 anos de idade, e durante muitos anos serviu à mesma família onde os cônjuges eram cristãos-novos. Acreditamos que seu comportamento foi fruto de uma intensa troca cultural. A crioula forra buscava participar de um evento que tinha um imenso peso para a sociedade católica local, da qual ela recebia os símbolos que ao seu modo ressignificava.

Conflitos entre senhores e escravos também emergem da documentação. O cristão-novo Simão Franco se negou a hospedar os padres da Companhia que foram ao engenho no qual era feitor para casar e confessar os escravos. Simão Franco foi confrontado por um escravo, o negro Antônio da Conceição, o qual mandou que fosse pego e açoitado.<sup>170</sup> O próprio Antônio<sup>171</sup> foi responsável por uma denúncia contra seu senhor, caso raro de negro denunciante.

---

<sup>165</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 47.

<sup>166</sup> Idem, p. 105.

<sup>167</sup> N. do A. Esse “negras” presente na denúncia devem provavelmente referir-se às índias.

<sup>168</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 87.

<sup>169</sup> Idem, p. 363.

<sup>170</sup> Idem., p. 446.

<sup>171</sup> Idem., p.145.

Interessante é que Antônio ainda disse a Simão Franco que aquelas palavras que ele dizia contra as confissões, batismos e casamentos eram luteranas. Aqui emerge mais uma vez a confusão entre as falas e práticas comuns na colônia. Muitos contatos nesse primeiro fim de século com estrangeiros, navios mercantes de todos os lugares, pessoas de todos os locais nas ruas da Vila davam uma circulação de idéias que contribuíram para as falas de Antônio. Outro escravo, esse de Fernão Soares, chamado Josef,<sup>172</sup> foi duas vezes denunciado por arrenegar a Cristo e à Virgem Maria na cadeia quando seu senhor o mandou prender.

## Os Cristãos-novos e a Igreja Católica

A introdução da Igreja Católica na colônia e sua relação com os cristão-novos foram marcadas pela dubiedade de atitudes comum a todos os colonos. Esta que não se dava só do ponto de vista dos que ainda judaizavam, mas também da parte daqueles que não tinham ligações mais profundas com a igreja, desconhecendo mesmo seus preceitos, mas que viam na observância de seus ritos exteriores uma forma de inserirem-se na sociedade colonial. Assim, alguns cristão-novos almejaram acesso às ordens religiosas, participando de confrarias, de procissões, construindo capelas em suas propriedades e casando seus filhos dentro dos rituais católicos.

A Companhia de Jesus, como grande ordem missionária voltada para a evangelização nos trópicos, teve também grande importância na construção cultural dos meninos crescidos ou nascidos no Brasil, neste primeiro século de colonização. Entre eles, alguns cristãos-novos que estiveram estudando sob a orientação dos padres da Companhia. A ênfase na conversão através da instrução fez com que estes padres arcassem com a educação dos gentios, forma escolhida para introdução da religião católica no seio das organizações familiares indígenas. Mas eles foram também responsáveis pela educação dos filhos de portugueses que aqui aportaram ou nasceram.

Caso clássico é o de Bento Teixeira, autor da *Prosopopéia*, considerada a primeira obra literária escrita no Brasil, cuja educação religiosa proporcionou os conhecimentos com os quais ganhava a vida ensinando moços. E mesmo a utilização de conhecimentos bíblicos para se opor a algumas concepções da Igreja Católica.

---

<sup>172</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 445.

A educação dada a esses jovens pelo Colégio Jesuíta de Olinda foi motivo de orgulho do Padre Anchieta, que falando dos alunos do colégio ressaltou, “quanta diferença há deles aos que nas outras escolas da vila aprendem”.<sup>173</sup> Eles tinham educação básica, liam, escreviam e contavam e podiam ter estudos mais avançados, como a classe de gramática que havia em Olinda em 1580. O Colégio, que já funcionava anteriormente, teve a sua fundação com dotação régia no ano de 1576, depois do Colégio de Salvador, em 1564, e do Rio de Janeiro, em 1568. Era comum que se fizessem festas no início e no final das aulas a cada ano, com procissões e romarias. Mas, não só em Olinda os padres da Companhia ensinavam, era prática comum que abrissem escolas nos locais onde construía igrejas, que funcionavam na sede ou em casas particulares.

Simão Pires<sup>174</sup> disse ter se confessado várias vezes falsamente, calando sobre seus pecados de luxúria. Tais confissões ocorreram no tempo em que esteve estudando com os padres da Companhia na vila de Igarassu. Este confesso com raça de cristão-novo, dentro de alguns anos, tornou-se padre, como nos conta Borges da Fonseca em seu **Nobiliarchia Pernambucana**, aqui já citado.

O desenvolvimento das vilas, em suas descrições por cronistas da época, era ressaltado com a menção das ordens e edifícios religiosos que comportavam, mostrando a importância conferida pela presença de seus quadros. Assim, Olinda é descrita em 1618, por Ambrosio Fernandes Brandão:

A vila é assaz grande, povoada de muitos e bons edifícios e famosos templos, porque nela há o dos padres da Companhia de Jesus, o dos Padres do São Francisco da ordem Capucha de santo Antônio, o mosteiro dos carmelitas e o mosteiro de São Bento, com religiosos da mesma ordem.<sup>175</sup>

Referindo-se à Paraíba, diz o mesmo cronista:

Posto que pequena, todavia é povoada de muitas casas, todas de pedra e cal e já enobrecida de três religiões que nela assistem com seus conventos, a saber, o da Ordem do Patriarca São Bento e os religiosos de nossa senhora do Carmo com os do seráfico padre São Francisco da Província capucha de Santo Antônio, que tem um convento suntuoso, o melhor daquela ordem de todo o estado do Brasil.<sup>176</sup>

<sup>173</sup> Padre Anchieta, apud CAMBOULEYRON, Rafael. “Jesuítas e as Crianças no Brasil Quinhentista”. In: DEL PRIORE, Mary (org.) Op.cit, 1999, p. 56.

<sup>174</sup> Livro das Confissões de Pernambuco p. 23.

<sup>175</sup> BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil**. Recife: 3ª ed., FUNDAJ, Editora Massangana, 1997, p. 32.

<sup>176</sup> Idem, p. 30.

A influência desses religiosos sobre alguns dos denunciantes é ponto de nosso interesse. Muitos cristãos-novos diziam terem vindo se confessar depois de serem assim aconselhados pelos “padres da Companhia”, numa referência à Companhia de Jesus. Representativo é o caso de Tomás Lopes, que foi chantagiado por Melchior Mendes de Azevedo que disse ter poderes da parte do Visitador para conseguir extorquir-lhe dinheiro. Antes de denunciar Melchior, Tomás foi se aconselhar com um dos padres da Companhia para saber se era verdade o que ele dizia.<sup>177</sup>

Ainda que as discussões perpetradas no Concílio Tridentino tenham sido levadas a cabo por uma maioria de conciliares italianos e o novo mundo não tenha sido objeto direto de discussões, a necessidade de defender a cristandade foi revertida numa busca por novos espaços que foram alcançados através das missões. Nesse contexto, o Brasil foi trabalhado de duas formas: primeiro, a busca pela catequese dos índios, aumentando assim a cristandade; e, depois, se defendendo da sanha protestante, cujos preceitos não eram desconhecidos de muitos colonos já no século XVI.

O medo que se tinha dos protestantes estava expresso nos impedimentos de comércio e contato com os estrangeiros. O “Alvará de fevereiro de 1591 proibindo o comércio com estrangeiros” falava de como se devia evitar o contato:

Ao que pede o estado do Tempo presente em que a Igreja Católica esta tão perseguida de Heresias semeadas pela maior parte da cristandade de que resulta sua comunicação, e comércio de estrangeiros nas ditas conquistas de muito perigo para a conservação da pureza da fé Católica nelas principalmente na nova cristandade.<sup>178</sup>

O medo do corço e dos contatos com “herejes” era fundamentado, visto que ingleses, holandeses e franceses rondavam as embarcações direcionadas ao reino. Como no caso do seqüestro da caravela em que viajava o cristão-novo Miguel Dias da Paz,<sup>179</sup> que algumas vezes presenciou os ritos religiosos dos chamados “luteranos” durante os dias em que esteve prisioneiro. Não podemos também esquecer o constante contato dos cristãos-novos com esses estrangeiros através das redes de comércio nas quais estavam inseridos.

Algumas dificuldades concorreram para a menor observância das disposições do Concílio de Trento na Colônia. Entre elas, a falta e desqualificação do clero secular, problema

---

<sup>177</sup> N. do A.: “fama pública” é um termo que remete a algo que era do conhecimento de todos; voltaremos a ela mais adiante. Vale ressaltar que o Licenciado Diogo Bahia, um dos que denunciou tanto Tomás Lopes quanto Melchior Medes de Azevedo, não presenciou nem as práticas judaicas de um, nem a tentativa de extorsão do outro, tudo denunciou por ouvir dizer algumas pessoas. Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 472.

<sup>178</sup> INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL. Op.cit., 1954, p. 379.

<sup>179</sup> Livro das Confissões de Pernambuco, p. 51.

bastante discutido pela Companhia de Jesus. Também a centralização administrativa, acarretando vários problemas, haja vista a impossibilidade do Bispado da Bahia, criado em 1551, dar conta da organização eclesiástica das demais Capitânicas: o Bispado de Olinda foi criado mais de um século depois, em 1676.

Lembramos também da importância do sistema de Padroado Régio que vigorava na colônia,<sup>180</sup> pelo qual a Coroa tinha direito de nomear e afastar os eclesiásticos, bem como de arbitrar conflitos entre eles, sendo responsável, inclusive, pela administração da renda destinada à Igreja. O que transformou os padres numa espécie de funcionários da Coroa, que não estava necessariamente preocupada com a qualidade de sua formação, distanciando-os ainda mais das idéias que vinham de Roma.

Também obstaculizava a penetração dos preceitos tridentinos uma religião restrita à casa. Nesse momento foram comuns às manifestações dentro dos engenhos, onde o pároco estava submetido diretamente às poderosas famílias que tinham suas capelas dentro de suas propriedades. Como no caso da capela de Nossa Senhora do Rosário na propriedade do cristão-novo Fernão Soares, que tinha o cristão velho Padre Hieronimo Braz como capelão.<sup>181</sup>

Esses párocos nem sempre foram idôneos em suas práticas: o capelão do engenho de Duarte Dias Henriques, o Padre Gaspar Soares,<sup>182</sup> foi acusado de chamar Jesus de “cão, perro, judeu”, por que “ele escolheu nascer dos Judeus”, sendo inclusive apontado como cristão-novo. Isso demonstra que nem os párocos tinham um comportamento respeitoso no interior de suas capelas, endossando a tese de má preparação desses religiosos. Ressaltamos que o ingresso de cristãos-novos no clero secular era muito comum. Mas, as Ordens Religiosas foram mais rígidas em relação aos cristãos de origem judaica, principalmente a Companhia de Jesus, cujo recrudescimento nesse sentido se processou em fins do século XVI.<sup>183</sup>

Cerimônias que em Portugal ocorriam nas ruas, na colônia acabavam restritas às capelas dos engenhos, livres do contato com alguns indesejados ou resguardando a honra das moças e senhoras que não deviam se expor. Porém, não protegidas dos olhares observadores dos presentes, haja vista a quantidade de pessoas que normalmente residiam nos engenhos ou que se deslocavam para eles nas festas religiosas principais.

---

<sup>180</sup> Seria “Uma combinação de direitos, privilégios e deveres concedidos pelo papado a Coroa portuguesa”. BOXER, R. C. **A Igreja e a Expansão Ibérica**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989, p. 89.

<sup>181</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 218.

<sup>182</sup> Idem, p. 314.

<sup>183</sup> SALVADOR, José Gonçalves. **Cristãos-novos, Jesuítas e Inquisição**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora - USP, 1969, p. 129.

As condições supra-citadas contribuía para uma pouca noção do que eram práticas ou falas faltosas, concorrendo para que muitos cristãos-novos fossem apontados como “judeus” sem, contudo, a falta porque foram denunciados ter relação com práticas judaizantes. Tais denúncias contribuem para a idéia de que havia aqui um distanciamento dos preceitos mais rígidos do catolicismo, um desconhecimento, ou até um desrespeito explícito. Mas, que não são, de forma alguma, comuns só aos cristãos de ascendência judaica.

O ingresso de cristãos-novos no clero parece ter sido comum, se levarmos em consideração o fato de que a maior autoridade eclesiástica da Capitania de Pernambuco no tempo da Visitação, o já citado Diogo do Couto, era tido por cristão-novo, não sabendo informar se tinha, ou não, sangue converso, ou simplesmente se negando a revelá-lo, o que nunca saberemos. É bom frisar também que na Confraria do Santíssimo Sacramento uma das figuras mais influentes era João Nunes.

Os padres foram responsáveis por extensas denúncias contra cristãos-novos, alegando desrespeito e mesmo práticas judaizantes. Quando o Visitador ainda se encontrava na Bahia (1591), o Padre Francisco Pinto Doutel, vigário do engenho Moribara, do qual foi feitor o cristão-novo já citado, Simão Franco, envolveu nada menos do que 23 cristãos-novos em sua denúncia. Alguns cristãos-novos foram denunciados por terem um comportamento desrespeitoso em sua presença nas diversas residências que visitava ou durante as missas que ministrava já há oito anos no engenho Moribara. Porém, a maioria foi delatada por histórias que o vigário escutou ao longo dos anos.

As festas que ocorriam nos dias santos também eram propícias para a observação dos costumes dos habitantes de Pernambuco. Eram momentos de maior exteriorização dos sentimentos religiosos, em que práticas desviantes tinham uma maior visibilidade. Foi durante a quaresma de 1593, no domingo de Ramos, que Jorge Barbosa observou Henrique Mendes não fazer reverência alguma quando ouvia o nome de Cristo, ao contrário dos demais presentes. E começando a perceber isso, passou a observar o cristão-novo nos demais dias, citando a sexta-feira de endoenças e o domingo de Ramos. Notou novamente que ele não fazia reverência alguma ao ouvir o nome de Cristo, o que pareceu mal, inclusive por saber ser Henrique da “Nação”.

Foi também durante a páscoa que o cristão velho Fernão Rodrigues<sup>184</sup> observou o comportamento faltoso de Diogo Fernandes, em missa no engenho Camaragibe, do qual Diogo era proprietário há mais ou menos trinta anos. A realização dessas missas abria a porta

---

<sup>184</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 191.

das casas para os visitantes, posto que a ausência constante de um padre concorria para que todos se dirigissem para onde houvesse um pároco, ainda mais em momentos de festas religiosas.

Na colônia, onde não se sabia ao certo o que era ser um bom católico, os cristãos-novos foram largamente denunciados por práticas muitas vezes compartilhadas com os cristãos velhos. Faz-se necessário pensar essa religiosidade, enquanto marcada indelevelmente pelas condições desses homens na colônia, na relação particular que estabeleceram com o sagrado e com as instituições aqui estabelecidas, assimilando e conferindo significados a uma série de ritos, comportamentos e símbolos.

### Espaços compartilhados entre cristãos-novos e cristãos velhos

Ao tentarmos apreender os espaços de sociabilidade construídos por homens e mulheres neste primeiro século de colonização em Pernambuco, nos deparamos com as dificuldades de delimitação espacial. Falar de um “Pernambuco colonial” é também observar a Capitania de Itamaracá, que foi anexada, e a Capitania da Paraíba, conquistada em sua maioria por moradores da Capitania de Pernambuco. Optamos, assim, por abarcar os depoimentos que envolvem as três capitanias em nossa tentativa de compreender onde interagiam esses homens, onde moravam e quais lugares freqüentavam.

A organização espacial dentro do território que hoje entendemos por Pernambuco passava pela dicotomia entre a vida nos engenhos e a contínua necessidade do contato com o núcleo urbano e, assim, com o que vinha da metrópole. Olinda era o centro urbano para onde convergiam os homens da época, ali estavam os edifícios públicos, as principais igrejas e lojas de comércio.

Quem melhor nos informou sobre a localização das ruas e freguesias na Capitania de Pernambuco foi Rodolfo Garcia em seu prefácio à primeira edição das “Denúncias de Pernambuco (1593-1595)”.<sup>185</sup> O autor partiu dos nomes das ruas e freguesias de então e identificou as suas denominações atuais. Partindo do mesmo princípio, seguimos a identificação da moradia de alguns cristãos-novos, possíveis através das informações encontradas nos testemunhos que compuseram o nosso *corpus* documental.<sup>186</sup> Tentamos

---

<sup>185</sup> Livro das Confissões de Pernambuco, pp. IX e X.

<sup>186</sup> N. do A. Nos referimos especificamente aos documentos que compõe o livro Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil - Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1995. Coleção Pernambucana, 2ª fase, vol. XIV. Recife: FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984, que citamos continuamente no decorrer do trabalho.

transpor essas localizações para a configuração atual, em linhas mais gerais, para que dessa forma pudéssemos entender melhor o espaço ao qual nos referimos e que foi o palco principal das relações por nós estudadas. Não pretendemos agir anacrônicamente, apenas queremos facilitar o entendimento do leitor a respeito do que era então habitado, partindo de suas referências atuais.

Vale salientar que os cristãos-novos identificados residiram em algum momento nestes locais, durante a segunda metade do século XVI, não nos sendo possível precisar algumas datas. O que nos parece importante é tentar pensar a espacialidade de então e como as relações entre estes elementos se configuravam dentro deste espaço. Sendo assim, é também importante levar em consideração os diversos deslocamentos realizados por eles.

Fossem esses deslocamentos dos engenhos para a Vila de Olinda, de Igarassu para a ilha de Itamaracá, para Nossa Senhora das Neves, na Paraíba, no percurso do transporte do açúcar ou nos caminhos necessários que um médico ou caixeiro faziam para prestar os seus serviços, bem como os deslocamentos para a celebração de festas religiosas nas vilas ou nos engenhos que dispunham de capelas. As formas de habitar e interagir neste espaço são fundamentais para que entendamos as relações de força que se configuram dentro dele.

Uma análise crítica da construção de Olinda foi feita por José Luis Mota Menezes em artigo intitulado “Olinda: Evolução Urbana”.<sup>187</sup> O pesquisador buscava explicar a criação da Vila de Olinda a partir de preocupações funcionais e não como escolha aleatória por parte do donatário Duarte Coelho, fazendo uma relação entre a construção com fins militares e a necessidade de ligação com as plantações e portos de embarque e unindo características das cidades medievais com a necessidade de contínuo contato, exigida pela nova ordem mercantil.

Seguindo um estilo que será característico de várias vilas, entre elas Igarassu, Serinhaém e Alagoas do Sul, em seu desenho urbano. Desenho este definido por ruas que começam em uma igreja e acabam em outra; Onde se encontram os principais edifícios públicos e as lojas de comércio; Fazendo um triângulo entre a Matriz, a Câmara e a torre de defesa.<sup>188</sup>

Em artigo intitulado “O monte e a fé. Olinda e seus cristãos-novos: uma proposição” Daniel Breda discorre sobre a organização urbana da primeira Vila:

---

<sup>187</sup> MENEZES, José Luiz Mota. Olinda: Evolução Urbana. In: CARITA, H. & ARAÚJO, R. (Coord.) **Coleção de estudos universo urbanísticos portugueses – 1413-1822**. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1998.

<sup>188</sup> Idem, p. 338.

O centro principal da Olinda quinhentista era o que hoje chama-se alto da Sé. E no altiplano que é o cume desta colina instalaram-se os principais edifícios públicos, a câmara, a cadeia, a ferraria, o açougue, a casa do governador, a igreja matriz da freguesia, a igreja e depois o convento da Misericórdia e, um pouco mais acima, o convento dos Jesuítas. Neste cume moravam muitas figuras importantes da sociedade pernambucana, pessoas ‘dos da governança’ segundo a expressão corrente então. Alguns serviços artesanais também poderiam ser encontrados neste perímetro, e ali tinham suas lojas ourives, boticário, alfaiate dentre outros.<sup>189</sup>

A vila, enquanto local de convergência dos moradores das três capitâneas, Pernambuco, Paraíba e Itamaracá, foi cenário de muitas intrigas e falas heréticas que foram denunciadas à mesa do Visitador. Muitos moradores de outras localidades foram denunciados por conversas ou práticas que tiveram nas ruas de Olinda. Como o já citado morador da Paraíba, Francisco Lopes da Rosa, denunciado por uma conversa que supostamente teve com Manuel de Albuquerque, na Rua da Misericórdia.<sup>190</sup>

Muitos dos denunciantes foram vizinhos uns dos outros. Assim, a janela tornou-se local privilegiado de observação, especialmente na Vila de Olinda, onde as ruas estreitas, com casas conjugadas, permitiam que se visse dentro da casa dos vizinhos. E ainda se observasse qualquer caminhante suspeito.

Foi a vizinhança e a longa convivência que possibilitou a denúncia de Beatriz Luis,<sup>191</sup> cristã-velha, contra Branca Dias. Trinta anos antes da Visitação, elas foram vizinhas e era “fama pública” que Branca chegou ao Brasil degredada pelo Santo Ofício. Morando na mesma rua, duas casas depois, Beatriz costumava ver o neto dela, garoto de uns cinco anos, dizer que sua avó tinha “uns santinhos assim como pacas”. Beatriz disse ainda haver estado presente no leito de morte do marido de Branca, Diogo, e que quando lhe foi mostrado um crucifixo, não o olhou diretamente e ainda virou o rosto.

Olinda então comportava duas Freguesias, a do Salvador, depois conhecida como Sé e a de São Pedro Mártir. A principal Rua de Olinda era a famosa Rua Nova, que passou a chamar-se do Paço e depois Rua do Bispo Azeredo Coutinho e nela residiu João Nunes e também Inês Fernandes, filha de Branca Dias. A Rua da Rocha de então, é agora denominada Oitão da Misericórdia, extremo oeste da Rua Nova, e nela residiram Gabriel da Costa, Rodrigo d’Avila, Diogo Fernandes Camaragibe. Na Ladeira da Matriz, atual ladeira da Sé,

---

<sup>189</sup> BREDÁ, Daniel de Oliveira. “O monte e a fé. Olinda e seus cristãos-novos: uma proposição”. In: **Revista Eletrônica do Instituto Histórico de Olinda**, nº1, ano 1, 2005, p. 6.

<sup>190</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 411.

<sup>191</sup> Idem, p. 32.

residiram os cristãos novos Belchior da Rosa, Enrique Mendes, Christovão Martins, Rui Gomes e Pero de Moraes Sampaio (Ver mapa 3 em anexo).

A Rua de Santo Antônio, em Olinda, é a atual travessa de São Francisco. A Rua de São Pedro, é a ladeira da Ribeira e a Rua da Conceição mantém o mesmo nome de então. Ainda havia a Rua de Palhaes, que ia da Matriz para Jesus, onde residiram Branca Dias e seu marido Diogo Fernandes. Na Rua da Serralheira, atual Rua Prudente de Moraes, residiram Francisco Roiz, Jorge Esteves, Manoel d’Azevedo, Manoel Cardoso Milão e Gomes Rodriguez Milão. No Varadouro morou Thomás Lopes, conhecido como “Maniquete”, e na Rua João Eanes, Tomás Nunes e Gaspar Ruiz Cartagena. Dos demais cristãos-novos identificados temos apenas referências às suas moradas na Vila, sem especificarem as ruas.

Sobre a configuração da Vila de Olinda escreveu o padre João Baers na primeira metade do século XVII, em cuja descrição encontramos as localizações citadas nos livros de denúncias e confissões.

No mais alto o convento dos jesuítas, para o lado sul encontrava-se o Convento dos franciscanos. Descendo dos Jesuítas chega-se a Matriz do Salvador (hoje a Sé), a casa da Câmara, debaixo da qual se encontra o açougue, e em cima dela, a direita, a prisão. Há uma “bela e larga rua”, chamada Rua Nova, que foi a primeira da cidade, e no extremo meridional há o hospital, chamado Misericórdia, pelo qual se “desce um monte com tão áspero, que quase não pode-se subi-lo sem grande esforço e trabalho nem desce-lo sem perigo de cair-se”. Chegando em baixo encontra-se uma rua onde os mercadores costumavam se reunir e constituir a “bolsa”. Por uma outra subida nem tão alta nem tão empinada, se chegava a Igreja de São Pedro. Que tinha a seu redor, lojas e armazéns, pois era no extremo da praça, no qual há o rio vindo do Recife.<sup>192</sup>

Nas vilas, ou nas pequenas povoações, a sociabilidade se exercia na rua, fora das casas. Assim, era comum a visibilidade e proximidade das pessoas nesses incipientes núcleos urbanos. As pessoas se reconheciam por suas vestes, suas famílias, seus ofícios. Esse reconhecimento existia e ainda que sobre um ou outro não se soubessem a origem, era comum que cônjuges, amigos, patrões, empregados, vizinhos ou até estranhos soubessem da origem cristã velha ou nova das pessoas com quem conviviam.

Era nesse espaço que circulava a “fama pública”. A utilização do termo “fama pública” ou “fama freqüente”, era também uma forma de dizer que algo era tido e sabido por todos, conferindo veracidade ao fato denunciado. Assim muitos denunciaram pessoas com

---

<sup>192</sup> BAERS, João. **Olinda Conquistada** - Narrativa do Padre João Baers. Traduzido do Holandês por Alfredo de Carvalho, do Instituto Arqueológico e Geographico Pernambucano. Recife: Typographia de Laemmert & C.-Editores, 1898, pp. 39-40.

quem não tinham muita proximidade, mas que sabiam de suas histórias por correrem de boca em boca as ruas das vilas, a subida dos rios e os caminhos das plantações.

Longe de serem aleatórias, a propagação dessas histórias expõe muito do que era aceito ou não pelos participantes dessa sociedade, refletindo as crenças e concepções de mundo dos primeiros colonos. A prática da onzena,<sup>193</sup> condenada pela Igreja, e os ritos judaizantes, como os mais recorrentes na “fama pública” refletem isso. Essas histórias tinham o poder de exprimir a retidão dos que a propagavam em contraposição aos personagens que dela eram protagonistas<sup>194</sup> e serviam para excluir, ainda que apenas moralmente, certos elementos indesejáveis. Assim, os cristãos-novos, reconhecidos como suspeitos *a priori*, eram alvos privilegiados das histórias que corriam a “fama pública”, multiplicando-se as denúncias contra eles.

Histórias como as do conhecido onzeneiro João Nunes, que teve sua condição de cristão-novo utilizada pelos seus devedores, que alegaram faltas com a Igreja Católica, seu concubinato com uma mulher casada e desrespeito à missa dominical, além do caso do crucifixo que foi visto por um pedreiro junto ao servidouro onde João Nunes fazia suas necessidades. Os depoimentos contra João Nunes foram muitos,<sup>195</sup> eles geralmente recorriam a “fama pública” para conferir veracidade às denúncias nas quais o envolveram.

Sobre ele, entre muitos outros, depôs Luis Gomes: “o dito João Nunes é tido por um onzeneiro publico e que nesta terra ele fazia e desfazia quanto queria a sua vontade e que assim a justiça eclesiástica como secular fazia tudo a seu mandado dele dito João Nunes que era muito poderoso, e artiloso e manhoso.”<sup>196</sup>

Acerca do poder de João Nunes, nos remete também o cristão velho Cristóvão Vaz, dizendo que este tinha muitos devedores, demonstrando o ódio que alguns tinham do negociante ao ponto de dizer que “aquele cão do João Nunes merecia ser queimado e que os seus lhe diziam que o haviam de matar” e sobre as onzenas dizia: “quanto a João Nunes sabe que é publico Onzeneiro, e que tão pública e facilmente faz as onzenas e contratos onzeneiros

---

<sup>193</sup> N. do A. Empréstimo de dinheiro a juros, proibida pela Igreja. Sobre a usura discorre também a Bula Papal de 1571. A legislação portuguesa reitera sua condenação pela Lei de 16 de Janeiro de 1570 que diz: “Que ninguém dê dinheiro a cambio para feiras algumas, ou lugares de outros reinos, ou destes de Portugal [...] E que as pessoas que o contrário fizerem perderão por esse mesmo feito todo dinheiro que assim derem” In: INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. Op. cit., 1954, p. 221.

<sup>194</sup> Ver o tópico intitulado Observações sobre a Fofoca, de ELIAS, Nobert e SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000, pp.121-133.

<sup>195</sup> N. do A. Ele é citado muitas vezes nas denúncias, não citaremos aqui todos os relatos contra João Nunes, por dispormos de alguns trabalhos significativos sobre o cristão-novo em questão. Ver: ASSIS, Angelo A. F. Op.cit., 1998; e MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op.cit., 1996.

<sup>196</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 249.

como se foram lícitos e não foram proibidos, e ele denunciante os viu fazer com algumas pessoas.”<sup>197</sup>

De “fama pública” também eram as reuniões que ocorriam no engenho Camaragibe, cujos proprietários, Diogo Fernandes e Bento Dias Santiago, eram conhecidos como judeus. Sobre essas reuniões denunciou o cristão velho Francisco Varella que:

foi fama geral e pública nesta terra dito comumente pelo povo que o dito Bento Dias e outros cristão-novos mais que não nomeavam se juntavam na dita fazenda de Camaragibe e açoitavam um crucifixo de latão e o colocavam nos traseiros.<sup>198</sup>

Sobre elas também discorre o florentino Felipe Cavalcanti, relatando ser também fama pública “geralmente dito por todos assim nobres ou principais, como mais gente e povo, que no dito Camaragibe havia esnoga onde se ajuntavam os judeus desta terra.”<sup>199</sup>

A “fama pública” não é difícil de ser compreendida numa sociedade em formação com povoações pequenas, onde o local de trabalho e de morada era um só, onde as condições de sobrevivência faziam que as pessoas estivessem muito próximas e fossem solidárias, inclusive, com os desconhecidos, levando de lá pra cá as falas depreciativas.

Por serem os cristãos-novos os alvos mais recorrentes, a difusão dessas histórias pode ser pensada enquanto veículos de circulação de uma tensão que permeava as relações entre alguns cristãos-novos e velhos. Principalmente, visando àqueles que eram mais bem sucedidos, pois os mercadores eram os alvos mais frequentes da “fama pública” e termos como “todos cristãos-novos e mercadores” foram comuns nos depoimentos que a ela recorreram.

Ao pensar nesses ajuntamentos, casas de parede-meia, gente passando, falando, comerciando, não podemos esquecer de mencionar o Recife, porto de grandes desembarques para onde homens de diversas origens convergiam, fosse para se estabelecerem ou de passagem em direção a outros destinos. Em 1587, Gabriel Soares de Souza escreveu: “neste lugar vivem alguns pescadores e oficiais da ribeira, e estão alguns armazéns em que os mercadores agasalham o açúcar e outras mercadorias”<sup>200</sup>. Recife era, segundo Frei Vicente Salvador:

---

<sup>197</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 200.

<sup>198</sup> Idem, p. 440.

<sup>199</sup> Idem, p. 75.

<sup>200</sup> SOUSA, Op. cit., 2000, p.19.

Uma Povoação de duzentos vizinhos com uma freguesia do Corpo Santo, de quem são os mareantes mui devotos, e muitas vendas e tabernas e os passos do açúcar, que são uma lojas grandes onde se recolhem os caixões até se embarcarem nos navios.<sup>201</sup>

Era Olinda, contudo, o centro da Capitania de Pernambuco, para onde acorriam os habitantes das Capitânicas da Paraíba e de Itamaracá, para terem acesso aos produtos vindos de Lisboa e das demais capitânicas. Dela, nos fala Ambrosio Fernandes Brandão: “dentro na vila de Olinda habitam inumeráveis mercadores com suas lojas abertas, colmadas de mercadorias de muito preço, de toda sorte, em tantas quantidades que semelha a uma Lisboa pequena.” É necessário que, ao utilizarmos certas descrições dos cronistas da época, lembremos sempre das condições em que essas narrativas foram elaboradas. Ambrosio Fernandes Brandão procurava enaltecer as qualidades do local que tinha escolhido para se estabelecer, assim há alguns exageros em expressões como “semelhante a uma Lisboa pequena”, ainda que outros estudos indiquem um grande fluxo de mercadorias de toda sorte na vila de Olinda, a exemplo dos linhos de Holanda ou Ruão, que comprava o boticário Luis Antunes numa loja da vila.<sup>202</sup>

Sobre as demais localidades, citaremos as diversas Freguesias, entendendo que entre elas e a Vila havia um constante ligação. Em Recife, parte do termo de Olinda, se localizava a Freguesia de Corpo Santo, onde residiu o barqueiro Gaspar Dias Matado, e, a três léguas, a Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Várzea do Capibaribe. Já fora do termo, havia as Freguesia dos Santos Cosme e Damião de Igarassu, que foi descrita por Gabriel Soares de Souza: “A Vila de Cosmos está junto ao rio Igarassu, que é marco entre a Capitania de Itamaracá e a de Pernambuco; a qual vila será de duzentos vizinhos pouco mais ou menos em cujo termo há três engenhos de açúcar muito bons.”<sup>203</sup>

O cronista fez menção, ainda, às Freguesias de São Lourenço em Camaragibe; de Santo Amaro; de São Miguel de Ipojuca e de Santo Antônio, no Cabo de Santo Agostinho, descrevendo as ligações pelos rios entre o Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca:

Até este cabo é terra povoada de engenhos de açúcar, e por junto dele passa um rio que se diz do cabo (onde também estão alguns), o qual sai ao mar duas léguas do Cabo, e mistura-se ao entrar do Salgado com o rio Ipojuca, que está duas léguas da banda do sul; neste rio entram e saem caravelões do serviço dos engenhos, que estão nos mesmos rios, onde se recolhem como o tempo barcos da costa.<sup>204</sup>

<sup>201</sup> SALVADOR, Op. cit., 1982, p. 114.

<sup>202</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 468.

<sup>203</sup> SOUSA, Op. cit., 2000 p. 18.

<sup>204</sup> SOUSA, Op. cit., 2000, pp. 21-22.

Em Capibaribe, Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Várzea, residiram os cristãos-novos Isabel do Casal, Mateus Pereira, Anrique Mendes, Jorge Tomás Pinto, Antônio de Aguiar e Nuno Álvares. Em Beberibe, Joam Dias, conhecido como o “Felpudo”. Na Vila de Igarassu, Estevão Ribeiro, Gemmes Lopes da Costa e Caterina de Figueredo.

Em Camaragibe, na Freguesia de São Lourenço, residiram Antônio Lopes d’Oliveira, Maria Antunes, Francisco Pardo, Simão Vaz, Manoel Vaz, Pantalião Vaz, Duarte Mendes. E, ainda, Gaspar Duarte, Francisco Mendes, Jerônimo Pardo Barros, Simão Fernandes, Isabel Fernandes e Francisco Mendes da Costa.

Na freguesia de Santo Amaro residiram Manoel de Andrade, Gaspar do Casal, Antônio Leitão, Gaspar Rodrigues e Fernão Soares. Especificamente em Jaboatão, Susana Nunes e Duarte Enriques. No Cabo de Santo Agostinho, Freguesia de Santo Antônio residiram Bento Teixeira, Maria de Peralta, André Gomes e Joana Lopes. Em Guayana, Simão Soeiro e Joanna Mendes.

É importante não esquecermos de relacionar as Capitânicas de Itamaracá e Paraíba como espaços entrelaçados à Capitania de Pernambuco. No período por nós estudado, fins do século XVI, a Capitania de Itamaracá era quase um prolongamento da Capitania de Pernambuco, pedindo também por ela em suas Cartas o primeiro Donatário Duarte Coelho, englobando um território hoje pertencente ao Estado de Pernambuco. Alexandre Ribemboim ressalta a importância da presença de cristãos-novos nos primeiros anos da colonização em Itamaracá e nos remete à doação desta Capitania:

Na data de 6 de outubro de 1534 o rei D. João III estabelece o Foral da Capitania de Itamaracá, doando-a a Pero Lopes de Souza. Pelo Foral, as terras de Itamaracá estendiam-se por oitenta léguas da costa do Brasil, desde a capitania de Pernambuco, ao norte, até a baía da Traição.<sup>205</sup>

Na capitania de Itamaracá ficava a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição e lá residiram Felipe Cavalcanti, Beatriz Mendes, Branca Ramires, Guiomar Soeira, Baltasar da Fonseca, Violante Pacheca e Isabel Fernandes, Salvador Pireira, Branca Fernandes, Pero Vieira, Diogo Roiz, Branca Ramires, Francisco Soares, Jacome Lopes, Fernão Roiz, Fernão Soeiro, Isabel do Valle, Bartholomeu Roiz e Maria da Fonseca.

À Capitania de Pernambuco pertencia então o território de Alagoas, com a fundação de Penedo por Duarte Coelho de Albuquerque na década de 1570, e mais ao sul, estava

---

<sup>205</sup> RIBEMBOIM, José Alexandre. **As Comunidades Esquecidas**, Estudo sobre os cristãos-novos e judeus da Vila de Igarassu, Capitania de Itamaracá e Cidade Maurícia. Recife: Oficina das Letras, 2002, p. 49.

situada Porto Calvo. A Paraíba há pouco havia sido conquistada, com grande contingente de moradores de Pernambuco, entre eles, Ambrosio Fernandes Brandão, Fernão Soares e Diogo Nunes.<sup>206</sup> Diferindo das outras duas por ser Capitania da Coroa, sua sede, Nossa Senhora das Neves, foi fundada em 1585. Ainda no século XVII, Ambrosio Fernandes Brandão ressaltava, ressentido, a dependência dos senhores de engenho da Paraíba em relação ao Porto do Recife, no qual embarcavam as suas mercadorias.<sup>207</sup>

Na Paraíba ficava a Freguesia de Nossa Senhora das Neves, e nela residiram além dos supracitados, Antônio Thomás, Diogo Lopes da Rosa e seu filho Francisco Lopes da Rosa, Diogo Luis, Diogo Mendes, Duarte Mendes, Simão Mendes, Jorge Dias da Paz, Lionis de Pina, Salvador Romeiro, Maria (Luis).

Entendemos assim que a presença numérica dos cristãos-novos e sua relação com a ocupação do espaço nos ajudaram a entender a organização destes em Pernambuco. Não alojados em comunidades segregadas, mas sim em profunda interação com os demais habitantes de Pernambuco no momento mesmo de formação e organização dos espaços de poder.

Assim, citando o caso de Olinda, cristãos-novos puderam residir na mesma rua da casa do governador, em frente, atrás e ao lado da Matriz. Frequentavam as mesmas igrejas, as mesmas lojas e, como indica a nossa documentação, as casas uns dos outros. A vizinhança estipulava relações que só são passíveis de observação se atentarmos para os estudos de casos, que chegam até nós pelos depoimentos gerados na Primeira Visitação. Através do conhecimento da localização dos cristãos de ascendência judaica nos mais diversos pontos de Pernambuco podemos inferir o quanto era difícil uma segregação, o que nos ajuda a pensar as relações entre cristãos-novos e velhos que sucederam nesses espaços.

É fundamental para entendermos essas relações que pensemos a convivência entre essas pessoas, que propiciavam a observação de práticas ou comportamentos suspeitos, bem como o desenrolar de intrigas que concorriam para imputação de faltas a outros, independente do contato entre denunciante e denunciado ter ocorrido no interior das casas, nas ruas das vilas, nos engenhos, nas Igrejas. Poucas eram as formas de se ocultarem práticas heréticas na colônia, na qual os espaços públicos e privados ainda não haviam sido delimitados.

Não existia um lugar de trabalhar, de comer, de dormir, as pessoas entravam nas casas umas das outras pelos mais diversos motivos, sem que para isso necessitassem de

---

<sup>206</sup> SALVADOR, Frei Vicente. **História do Brasil (1500-1627)**. 7ª Edição. São Paulo e Belo Horizonte: Ed. Itatiaia e Ed. da Universidade de São Paulo, 1982, p. 227.

<sup>207</sup> BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. Op.cit. 1997, p. 25.

consentimento, às vezes em busca de um remédio, ou para comprar algo. Não existiam locais reservados, a noção de privacidade, desenvolvida ao longo da Idade Moderna, não fazia parte da vida dos personagens por nós estudados.<sup>208</sup>

Alguns aspectos específicos são fundamentais para entendermos o cotidiano das relações desenvolvidas ao longo desse primeiro século da colonização do Brasil. Entre eles, destacamos a distância da metrópole e de um Estado organizado e presente, bem como a intensa expansão do território, que levava ao constante deslocamento dos colonos, unida a uma precariedade de recursos e a falta de todo tipo de produtos, modificando costumes e gerando grandes adaptações. E, ainda, uma precária organização religiosa, cujos preceitos em muito conflitavam com as condições de vida desses primeiros habitantes.

É dentro destes espaços, onde a privacidade era conceito inexistente, que ocorreram as relações por nós analisadas. Os casos aqui citados são exemplos de como, dentro desta sociedade em construção, se deu a convivência entre diferentes elementos. A intensidade do convívio, explícito neste capítulo, se contrapõe à idéia de que a Visitação serviu como desagregadora dessas relações, posto serem íntimas a tal ponto que não havia como serem rompidas.

Durante os 50 anos de convivência, no mínimo, sem nenhuma restrição imposta, cristãos velhos e novos interagiram, eram pais, filhos, maridos, mulheres, vizinhos, amigos, patrões e empregados. O que nos leva a discordar de alguns estudos que só pensam essas relações na perspectiva do medo gerado pela Visitação Inquisitorial, esquecendo o quão envolvidos estavam estes elementos, quando ocorreu a Visitação, a ponto de nem mesmo ela conseguir romper tais ligações.

---

<sup>208</sup> FARIA, Scheila de Castro. Op. cit., 1998, p. 385.

### 3º Capítulo - Modos de trabalhar: As atividades profissionais dos cristãos-novos em Pernambuco

“O Estado do Brasil se forma de cinco condições de gente, a saber, marítima, que trata de suas navegações e vem aos portos das Capitâneas deste Estado com suas naus e caravelas carregadas de fazendas,...A segunda condição de gente são mercadores, que trazem do reino suas mercadorias a vender a esta terra e comutar por açucares, do que tiram muito proveito; e daqui nasce haver muita gente desta qualidade nela.”

**Ambrósio Fernandes Brandão-  
Diálogo das Grandezas do Brasil. p.14.**

#### “Todos mercadores e cristãos-novos”

Nas denúncias e confissões ao Visitador encontramos referências recorrentes a pessoas vindas de outros lugares, não apenas do reino. Pessoas que iam e vinham num movimento conhecido, expresso por frases como “que foi ido a Angola e agora se espera que venha a essa terra.”<sup>209</sup> Os destinos? São Tomé, Angola, Flandres, a região do Prata.

Alguns estudos foram desenvolvidos visando às redes de parentesco de cristãos-novos, enfatizando o século XVII, as quais justificariam o sucesso de certos empreendimentos. Os nomes e referências aqui encontrados nos guiaram para a tessitura de redes num período anterior, referente mesmo a suas constituições, cujo alcance supúnhamos menor, mas, que também indicam uma heterogeneidade de elementos que nos pareceu oportuno analisar. No plano mais geral, essas redes já foram conceituadas, aqui apontaremos alguns aspectos mais amplos do seu funcionamento, para logo pensar esses personagens dentro de uma trama desenrolada num espaço bem mais circunscrito, Pernambuco, com suas vilas, povoações e engenhos.

Em termos macro-históricos, os cristãos-novos que aportaram no Brasil estavam inseridos na dinâmica mercantilista característica da modernidade, facilitada ou

---

<sup>209</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 115.

proporcionada pelos diversos deslocamentos realizados por esses elementos. Esse movimento de migração em massa foi responsável pela formação de redes familiares e comerciais com alcances antes impensáveis, que, no entanto, vão responder às necessidades da expansão européia, desenvolvendo uma nova forma de comerciar. Cada parente, amigo ou “agente” se localizava em um ponto específico dessa rede no Brasil, em Amsterdã, em Angola ou no Prata. Dessa forma, estas redes facilitavam as transações comerciais de grande porte, bem como o financiamento, através de empréstimos, de algumas empresas.

Muitas transações ocorriam através de consórcio: dois ou mais cristãos-novos ou judeus portugueses se juntavam, por exemplo, para cuidar dos Asientos.<sup>210</sup> Assim, conseguiam as grandes somas necessárias para as arriscadas empresas marítimas. Destarte, “essas redes envolviam a formação de parcerias em que dois ou mais indivíduos se associam para o mesmo fim, seja um contrato de arrendamento, seja para a exploração de certas atividades mercantis.”<sup>211</sup>

A inserção dos cristãos-novos nessas redes ocorria muito cedo, quando eram orientados por parentes e amigos, com os quais aprendiam as técnicas do comércio até que tivessem condições de fazê-lo independentemente. Via de regra, esta orientação era feita nos pontos de comércio, onde os egressos do exterior trabalhavam como auxiliares. Realizada a aprendizagem, estes elementos eram mandados em viagens para cuidar dos interesses familiares ou dos grupos aos quais estavam ligados. Muitos vieram ao Brasil por solicitação de parentes que já faziam negócio aqui. Assim, encontramos meninos de doze, treze anos vindos só do reino para casa de parentes, cuidando de interesses de outros cristãos-novos, como feito por João da Paz, que veio por volta de 1585 a Pernambuco, cuidar de interesses do seu pai, tendo então apenas doze ou treze anos.<sup>212</sup>

Observamos que existia tanto um movimento de trazer os meninos para aprender as coisas do comércio no Brasil, como o seu contrário, de mandá-los do Brasil a outros portos, como o fez João Luis Henriques, cujos filhos, Jerônimo Henriques e Manoel Sanches, estavam em Amsterdã em 1613. O segundo representando o seu pai na *Santa Companhia de órfãos e donzelas*, a já referida Dotar, sob o nome judaico de Joseph Cohen.<sup>213</sup>

<sup>210</sup> Contrato para transportar um número determinado de escravos da África para a América espanhola, com exclusividade. WACHTEL, Nathan. Op.cit., 2002, p. 26.

<sup>211</sup> SALVADOR, Frei Vicente. Op. cit., p. 21.

<sup>212</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 120.

<sup>213</sup> Segunda Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo inquisidor e visitador o licenciado Marcos Teixeira. Livro das Confissões e Ratificações da Bahia - 1618-1620. Introdução de Eduardo d'Oliveira França e Sônia Siqueira. São Paulo: **Anais do Museu Paulista**, tomo XVII, 1963, p. 509. Daqui por diante, ao nos referirmos a essa obra vamos chamá-la de Segunda Visitação.

Assim, os meninos eram colocados diante de possibilidades mais amplas, desde cedo se preparando para o comércio. Eram essas idas e vindas, os contatos constantes nutridos por essas redes, que permitiam a esses indivíduos, por mais estabelecidos no espaço da colônia, uma relativa mobilidade. Essas idas e vindas nos remetem a uma constante idéia de movimento e, ainda que alguns desses homens, após chegarem ao Brasil, não tenham mais participado de grandes deslocamentos, sem dúvida eles constituíam uma minoria, fato que não tira a importância da aludida mobilidade.

O próprio autor de **Diálogos da grandeza do Brasil**,<sup>214</sup> Ambrósio Fernandes Brandão, esteve entre idas e vindas ao reino. Ele era mercador e senhor de engenho em Pernambuco, participando da conquista da Paraíba, como capitão dos mercadores e, após uma temporada no reino, retornou por volta de 1607, se estabelecendo na Paraíba.<sup>215</sup> Senhor de três engenhos, Brandão foi associado por Luis Felipe Alencastro a um consórcio formado por cristãos-novos e ligado ao trato asiático, sendo “um genuíno representante do capitalismo comercial. Um mercador empresário em busca de investimentos geradores de negócios”<sup>216</sup>.

Ambrósio começou como “feitor da fazenda”<sup>217</sup> de Bento Dias Santiago, cristão-novo, mercador, rendeiro dos dízimos do Brasil<sup>218</sup> e senhor do engenho Camaragibe. A sua trajetória nos possibilita apontar outra característica desses homens na Colônia: a constante conciliação de duas ou mais atividades, todas ligadas ao trato do açúcar. Eles eram a um só tempo, mercadores e senhores de engenho ou mercadores, lavradores e senhores de engenho. A maioria, no entanto, era lavradores e mercadores. Muitos começaram trabalhando de feitores para outros neoconvertos e logo se tornaram donos do próprio engenho ou negócio. Em Pernambuco, Paraíba e Itamaracá os senhores de engenho cristãos-novos foram relativamente poucos, se comparados com a grande maioria que se dedicava ao comércio e à lavra de terra.

Não só de cristãos-novos e judeus se faziam essas redes. Em seus prolongamentos ela contava com agentes cristãos velhos, flamengos, homens com quem esses cristãos-novos se associaram para variados fins. Devemos lembrar também o grande número de casamentos mistos que colocavam na mesma família cristãos-novos e cristãos-velhos, especificamente na América portuguesa. A essa heterogeneidade de elementos voltaremos adiante para pensarmos como, no plano das relações pessoais, essa ela funcionava.

---

<sup>214</sup> BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. Op. cit., 1997.

<sup>215</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, pp. 231 e 260.

<sup>216</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe. Op. cit., 2000, p. 102

<sup>217</sup> Expressão referente a administrador dos bens. BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. Op. cit., p. XXVI.

<sup>218</sup> Alvará de 25 de Janeiro de 1583 sobre a arrecadação dos tributos do açúcar. In: INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL. Op. cit., p. 315.

O mercador flamengo André Pedro se incluiu nesta lista de homens crescidos dentro das redes de comércio. Ele saiu de sua terra natal ainda com treze anos. Provavelmente mandado a viver com parentes, esteve em Lisboa por volta de nove anos trabalhando para diversos mercadores, depois esteve em São Tomé e Angola e disse estar no Brasil em 1586. Ele trabalhava para os irmãos Fernão e Diogo Soares, cristãos-novos, servindo de caixeiro e respondendo a interesses de mercadores moradores na Alemanha.<sup>219</sup>

As dificuldades advindas das divergências religiosas também concorriam para privilegiar essas redes. Desse modo, onde os judeus não podiam comerciar, havia cristãos-novos de sua confiança que o faziam. Muitos cristãos de ascendência judaica ao serem mandados a portos onde poderiam optar por regressarem ao judaísmo o fizeram e também muitos judeus confessos passaram por cristãos para ingressarem em algum entreposto de seu interesse.

Um problema relativo à tessitura dessas redes é que o termo flamengo era amplamente empregado, tanto para referir-se à Holanda, quanto à Antuérpia. Daí não sabermos ao certo a origem de alguns homens aqui aportados e, assim, como “flamengos” foram identificados. Outro empecilho é o fato que muitos denunciantes ou denunciados omitiam que em sua trajetória em direção ao Brasil passavam pelas províncias rebeldes. Eles apenas informavam de onde eram originários, do Porto, de Lisboa, omitindo, portando, o contato com o Norte europeu onde. E quando nascidos em uma das duas províncias supra-citadas, mais uma vez se identificavam genericamente como flamengos.

O Brasil também pode ser pensado como escala para cristãos-novos que queriam seguir para o Norte Europeu e eles vinham para cá ou iam para as ilhas, de onde se dirigiam para Antuérpia ou Amsterdã. Relações que o exclusivismo espanhol queria romper.<sup>220</sup> Alguns elementos eram instáveis, servindo de agentes móveis que não se demoravam muito no Brasil, nem em outros entrepostos. Eram os “estantes na terra”, conforme eles declaravam durante a Visitação. Não eram moradores, nem tinham a intenção de aqui se estabelecerem.

Alguns mercadores se identificavam como “estantes” a negócios em Pernambuco, apenas de passagem, sem fixar residência. Como fez Francisco Dias Soares, mercador “estante” na Rua da Rocha em Olinda, que veio para o Brasil em 1591 ou 1592.<sup>221</sup> Outro mercador identificado como “estante” era Manoel d’Azevedo, que veio a Pernambuco cuidar

---

<sup>219</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 258.

<sup>220</sup> Segunda Visitação, p. 161

<sup>221</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 22 e 72.

dos negócios de seu pai, o mercador do Porto Manoel Thomás, estando então hospedado em casa de Jorge Esteves, na Rua da Serralheira, vila de Olinda.<sup>222</sup>

Alguns autores pensaram como se constituíam essas redes, qual tipo de ligação unia essas pessoas de práticas religiosas distintas, vivendo em lugares diferentes. Tais relacionamentos foram estudados por Nathan Wachtel, em sua obra **A Fé da Lembrança**, acreditando que esses relacionamentos eram baseados numa ascendência comum.<sup>223</sup> O autor propôs que não era a manutenção das práticas judaicas que unia estas pessoas, mas sim uma ascendência comum, uma forte memória histórica, que os ligava independente de pertencerem a classes ou religião distintas.

A compreensão desta memória histórica se faz mais simples quando pensamos em termos de anos, pois teriam passado apenas algumas poucas gerações. Visto que a expulsão dos judeus da Península Ibérica, em fins do Quinhentos, não dista nem um século do período por nós estudado. E, para entendê-las, devemos lembrar que a conversão massiva em Portugal transpôs toda uma rede de convivência para a clandestinidade, não rompendo os laços que uniam essas pessoas, independente de serem cristãos ou judias. Na perspectiva de Wachtel, essas redes em escala transcontinental, transoceânica e quase planetária:

Apresentam uma característica notável, e nova naquela aurora de modernidade: a de unir dezenas de milhares de pessoas que não professavam oficialmente a mesma fé religiosa mas compartilhavam, apesar disso, a sensação de pertencer a uma coletividade, lapidarmente designada por uma palavra, a Nação.<sup>224</sup>

A apreciação do autor acerca da constituição dessas redes nos parece consolidar a importância que a memória tem para o judaísmo, e que provavelmente influenciou os conversos, na tentativa de manter vivo algo de suas comunidades desmanteladas. Discordamos, contudo, de um aspecto de seu trabalho, quando propõe que a união desses elementos se dá pelo Deísmo,<sup>225</sup> que se definiria por oposição ao cristianismo, onde haveria sempre a negação da trindade. Acreditamos que há uma miríade de possibilidades para o converso, que vai desde o cristão fervoroso até o judaizante mais convicto, passando inclusive pelo laico, portanto, não compartilhamos a idéia de que dessas redes só fizessem parte os que, de alguma forma, negavam uma prática religiosa católica.

---

<sup>222</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 91.

<sup>223</sup> WACHTEL, Nathan. Op. cit., 2002, passim.

<sup>224</sup> Idem.

<sup>225</sup> N. do A. Doutrina que considera a razão como a única via capaz de assegurar a existência de Deus, rejeitando um ensinamento ou prática de qualquer religião organizada.

José Antônio Gonsalves de Mello estudou estes relacionamentos do ponto de vista das ligações familiares e parentais, que seriam comuns não só aos cristãos-novos mas aos comerciantes do século XVI e XVII. No primeiro capítulo de **Gente da Nação: Cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654**, intitulado “Os cristãos-novos e o açúcar Pernambucano,”<sup>226</sup> o autor exemplificou esta rede de relações através do caso de três famílias, os Milão, os Fidalgos e os Anjo, cujos membros estavam espalhados nos diversos entrepostos comerciais ligados ao açúcar, desde Amsterdã, onde se dava o refinamento, até Angola, onde compravam escravos para o cultivo da cana. Estes membros eram enviados ainda pequenos aos portos ou plantações, para que se familiarizassem com as práticas comerciais.

Mesmo entendendo que a formação destas redes era prática extensivamente usada pelos homens da época, Gonsalves de Mello afirmou haver uma solidariedade comum aos de ascendência judaica sefardí. E expôs a ampla participação de judeus e cristãos-novos na *Santa Companhia de Dotar Órfãos e Donzelas*, que contava entre seus signatários fundadores dois cristãos-novos que então residiam em Pernambuco, João Luis Henriques e Francisco Gomes Pina, abrindo, assim, caminho para o estudo de redes de solidariedade muito mais abrangentes, que transpassavam o núcleo familiar e parental.

Essa companhia era um fundo de apoio financeiro a meninas de origem sefardí<sup>227</sup> para a manutenção e posterior dote das mesmas. Estas donzelas seriam responsáveis pela manutenção da rede, baseada numa linhagem comum. Não era, contudo, exigido delas que mantivessem práticas judaicas. Muitas estavam em locais onde a religião judaica não era permitida, porém isso não as excluía da companhia, com a qual colaboravam tanto judeus quanto cristãos-novos. Uma separação, contudo, se faz notar: ela se dá entre os judeus sefaradim e os azquenazim.<sup>228</sup> A estes era dado um tratamento diferenciado, não sendo incentivados os casamentos mistos. E, onde o judaísmo era permitido, eles tinham acento à parte, dentro das sinagogas. Unia os sefaradim o orgulho da ascendência ibérica e a riqueza cultural nela desenvolvida.

José Gonsalves Salvador, autor de vários estudos sobre cristãos-novos no Brasil, privilegiando as capitâneas do Sul, Espírito Santo, São Vicente e Rio de Janeiro, desenvolveu um estudo específico sobre a participação dos cristãos-novos no comércio do Atlântico

<sup>226</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit., Cap. 1º. 1996.

<sup>227</sup> N. do A. Relativa aos cristãos-novos e judeus oriundos da Península Ibérica.

<sup>228</sup> “Hebraico, Asquenazitas, ashkenazitas. Originalmente judeus de acedência alemã. O nome bíblico Ashkenaz (Gen, 10:3, 1Cr. 1:6; Jer. 51:27) era tido na Idade média como referente a Alemanha. Como a maioria dos judeus nos países cristãos da Europa ocidental, central e oriental, da Idade Média aos tempos modernos, eram cultural e demograficamente descendentes dos judeus franco-alemães, o termo ashkenazim veio a ser aplicado a todos eles.” UNTERMAN, Alan. Op.cit., 1992, p. 34.

Meridional.<sup>229</sup> Nesta obra, analisou a abrangência das redes comerciais por eles desenvolvidas. Para este autor, todo o comércio que envolvia o Brasil era desenvolvido num triângulo cujas hastes eram o negro, o açúcar e a prata do Peru, dominado pelas redes de comércio judaicas e cristãos-novas.

Outros estudiosos trataram essas redes, ainda que não tenham dedicado seus trabalhos exclusivamente a elas. Engel Sluiter, em artigo intitulado “Os holandeses no Brasil antes de 1621”<sup>230</sup>, foi enfático ao colocar que estes cristãos-novos foram instrumentos dos capitalistas neerlandeses, que auxiliaram através das extensas redes de amizades e parentesco em Portugal, nas ilhas atlânticas, na África e no Brasil. Acreditando que a importância dos holandeses no Brasil, já no século XVI, estava intimamente ligada às redes desenvolvidas por cristãos-novos e judeus.

Luis Felipe Alencastro, em **O Trato dos Viventes**, estudou essas redes na perspectiva de sua atuação no tráfico de escravos, principalmente para a América espanhola no século XVI, mas, também, para o Brasil. E, dentro dessas redes, como os portugueses dominaram esse comércio, onde os cristãos-novos portugueses tiveram grande representatividade. E é através desses e de outros estudos que compomos as possibilidades de manobra desses elementos, personagens dispersos em vários locais dessas redes, mas que em algum momento, ou durante quase toda a vida, estiveram nas Capitâneas de Pernambuco, Paraíba e Itamaracá.

Eduardo França e Sônia Siqueira pensam a Visitação do Santo Ofício como uma tentativa de desarticular essas redes, que eles esmiúçam em pormenores na introdução da “Segunda Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil”. Elas foram alvo principal dos seus estudos e, nelas, os cristãos-novos foram pensados como “os elementos neutros capazes de utilizar a economia do atlântico em todas as áreas,”<sup>231</sup> sendo exploradas a partir das relações desses homens, especificamente na Bahia, local da Segunda Visitação.<sup>232</sup>

Pretendemos então privilegiar os elementos por nós identificados nas Capitâneas estudadas, Pernambuco, Paraíba e Itamaracá, sobre os quais encontramos referências a respeito de atividades mercantis e de seus contatos com cristãos-novos ou judeus localizados em outras partes, através de um jogo de escalas,<sup>233</sup> que nos permita reconstituir suas vivências

<sup>229</sup> SALVADOR, José Gonçalves. **Os cristãos-novos e o comércio no Atlântico meridional** (com enfoque nas Capitâneas do Sul 1530-1668). São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1978.

<sup>230</sup> SLUITER, E. “Os holandeses no Brasil antes de 1621”. In: **Revista do Museu do Açúcar**. n° 1. 1968.

<sup>231</sup> Ambos escrevem a introdução a já citada Segunda Visitação, p. 349.

<sup>232</sup> N. do A. Alguns questionamentos por eles desenvolvidos nos pareceram fundamentais para a elaboração desse trabalho.

<sup>233</sup> “Jogos de Escalas”. In: REVEL, Jacques. Op.cit., 1998.

no micro, no dia-a-dia de suas relações, especificidades e destinos. Mas, também, no macro, buscando as condições que nos possibilitem compreender a formação das mesmas.<sup>234</sup>

O período abarcado, a segunda metade do século XVI, foi de intensificação das relações do Brasil com alguns centros propulsores da economia colonial, como Amsterdã e África, mais especificamente, Angola. Como também do desenvolvimento da mineração na região do Prata. Momento no qual o escravo negro foi aos poucos sendo inserido na produção açucareira, substituindo gradualmente o índio no trabalho intensivo nos engenhos. Unidades que se multiplicaram, com a elevação de Pernambuco a centro mundial de produção do açúcar na década de 1580.

A atestada importância econômica, contudo, não elucida algumas indagações. Onde estavam os “Homens da Nação”? Tentaremos então esmiuçar as redes que ligavam financiadores, comerciantes e senhores de engenho através da presença efetiva desses cristãos-novos nas Capitanias de Pernambuco, Paraíba e Itamaracá e das ligações que tinham com outros cristãos-novos localizados nos demais centros interessados no açúcar do Brasil.

O que nos motiva é pensar que esses homens, apesar de sua grande mobilidade, também foram responsáveis por uma parte efetiva da colonização e da construção dos espaços de sociabilidade em Pernambuco no século XVI. Partimos então dos relatos das “denúncias e confissões” da primeira e segunda Visitas Inquisitoriais ao Brasil, nos anos de 1591-1595 e 1618-1621, respectivamente, buscando os personagens que estavam envolvidos nesse sistema mais complexo de comércio, tentando assim reconstituir as suas trajetórias.

Ao estudar os cristãos-novos no processo de colonização do Brasil, pensando os elementos identificados em fins do século XVI, nos remetemos à existência de um fluxo maior de migração que acompanhou as conversões forçadas ao catolicismo, perseguição religiosa e a expulsão dos judeus de Portugal (1496). Esse fluxo é constantemente lembrado quando se mencionam os financiadores da empresa açucareira. Muitos autores atribuem esses capitais aos cristãos-novos e aos “judeus portugueses”. Nas palavras de Caio Prado Júnior:

Somas relativamente grandes foram despedidas nestas primeiras empresas colonizadoras do Brasil. Os donatários, que em regra não dispunham de grandes recursos próprios, levantaram fundos tanto em Portugal como na

---

<sup>234</sup> Se foi a partir da invenção da imprensa e da Reforma Protestante que podemos pensar as posições do moleiro Menocchio, alvo do estudo micro histórico de Carlo Ginzburg, é a partir da expansão comercial européia, bem como da instalação de uma instituição coercitiva como a Inquisição na Península Ibérica que podemos pensar essas redes. GINZBURG. Op. cit., 2004.

Holanda, tendo contribuído em boa parte banqueiros e comerciantes judeus.<sup>235</sup>

A saída de judeus e cristãos-novos da Península Ibérica, no entanto, foi um processo que envolveu itinerários muito mais amplos, que precisam ser reconstituídos se nos propomos compreender como essas redes se estenderam de forma tão ampla, abarcando não só o território americano, mas, tendo seus prolongamentos no Norte europeu, no Continente africano e na América espanhola.

Nathan Wachtel propõe que sigamos duas linhas de migrações desses elementos: a primeira nos levaria de Lisboa e Sevilha para as costas africanas, as Índias orientais, passando por Goa e o continente americano; a segunda, seria direcionada ao império otomano, onde vários judeus e cristãos-novos se articularam participando com comerciantes venezianos e genoveses no trato com as especiarias.

Lisboa, então, se articulava com a Antuérpia, o maior porto europeu, no qual desembarcavam os produtos vindos de vários destinos. Este porto logo foi substituído pelo de Amsterdã. Desses dois portos fazia-se a conexão com as outras ramificações da rede, através dos elementos que seguiram para o império otomano, em direção a Veneza ou Livorno.<sup>236</sup>

Quando ocorreram os movimentos de colonização da América espanhola e portuguesa, vários cristãos-novos já participavam do comércio do açúcar, nas ilhas Madeira e São Tomé. Eles tinham acompanhado todo o processo de desenvolvimento das novas rotas marítimas pela costa africana, bem como já estavam integrados na comunidade cristã da Antuérpia e entre os turcos do império otomano, fazendo o papel de intermediários entre o Mediterrâneo Oriental e Ocidental. A instalação do Tribunal do Santo Ofício em Goa pode também ser analisada a partir da crescente influência dos cristãos-novos naquelas partes, associados a funcionários portugueses no trato dos portos asiáticos.

É fundamental compreendermos que essas redes foram constituídas por elementos oriundos de Portugal, considerando que a maioria dos cristãos-novos mesmo na América espanhola era de origem portuguesa. Neste país, as redes de solidariedade se mantiveram com a conversão forçada em massa e a passagem para a cristandade de toda a comunidade judaica de uma só vez. Como dissemos no primeiro capítulo, as conversões na Espanha se deram com grande frequência desde o século XIV, assim aos pouco os elos entre cristãos e judeus foram se rompendo. Em Portugal, ao contrário, foram incomuns as conversões anteriores ao batismo forçado.

---

<sup>235</sup> PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 20ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977, p. 32.

<sup>236</sup> WACHTEL, Nathan. Op. cit., 2002, p.14.

Portugal era, no momento dos descobrimentos e, logo, no processo de colonização, dependente do capital de outras nações, tendo estreitas ligações com o Norte da Europa, centrado na Antuérpia e depois em Amsterdã. A tomada de Antuérpia pelos espanhóis em 1585, provocou uma migração de mercadores flamengos para Holanda, onde os criptojudeus regressos ao judaísmo fundaram uma comunidade judaica portuguesa na última década do Quinhentos. Comunidade que contava com mais ou menos 200 homens ao findar o século XVI, como relata Manuel Homem, cristão-novo que lá esteve na primeira década do seiscentos.<sup>237</sup>

A relação entre Portugal e o Norte europeu, antecedeu a colonização do Brasil e a inclusão de Pernambuco nas redes de comércio. Assim, é necessário levarmos em conta que Portugal sofria uma dependência direta de produtos vindos destas províncias e que com estas comercializava, quer em embarcações portuguesas, alemãs ou holandesas.

A entrada relativamente pacífica dos holandeses no comércio do Brasil e o crescimento das trocas econômicas somente serão compreendidas se pensarmos a própria montagem da colonização portuguesa, que recorreu não só ao capital financeiro, como utilizou matérias-primas e manufaturados do Norte europeu para empreender a ocupação de seu território americano, seja levando os produtos necessários à realização da empresa mercantil, seja escoando o sal, o vinho, as frutas e logo o açúcar da Madeira, de São Tomé e mais tarde do Brasil. Neste contexto, ressaltamos a importância dos cristãos-novos estabelecidos na Antuérpia, fugidos da perseguição inquisitorial. Homens que utilizavam seus vínculos com os conversos de Portugal para fazerem ligações comerciais.

Como já dito, a Carta de Foral da Capitania de Pernambuco não excluiu o estrangeiro, pelo contrário, dizia que o Capitão Donatário e seus sucessores deviam repartir a terra entre pessoas de qualquer qualidade e condições, desde que essas fossem cristãs.<sup>238</sup> O mesmo documento não proibiu o comércio com estrangeiros, desde que houvesse o devido pagamento do dízimo. O “exclusivo colonial” foi expresso na legislação apenas num segundo momento, e aplicado nas colônias portuguesas pelo domínio espanhol, representado pelo fechamento das áreas comerciais aos estrangeiros.

A chamada União Ibérica, com a subida de Felipe II ao trono português e a revolta das províncias unidas dos Países Baixos, remodelou as relações entre a Espanha e a Holanda e entre esta e Portugal, que teve os seus comerciantes e produtores prejudicados pelas

---

<sup>237</sup> Segunda Visitação, p. 510.

<sup>238</sup> Carta Foral de 24 de setembro de 1534 da Capitania de Pernambuco. In: INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. Op.cit., 1954.

proibições de comércio com a província rebelde. No entanto, a presença de embarcações estrangeiras e especificamente holandesas antecedeu a União Ibérica.

Entre 1560 e 1580 os portugueses assistiram sem maiores preocupações os conflitos entre a Espanha e as províncias rebeldes. Contudo, efetivada a União Ibérica, os interesses portugueses foram diretamente afetados pelas hostilidades do soberano espanhol aos holandeses,<sup>239</sup> sendo latente a contradição entre a política aplicada por Felipe II e os interesses dos comerciantes portugueses. Os últimos se posicionaram dubiamente, alguns com receio de que os seus entrepostos fossem tomados pelos holandeses e, outros, os ajudando a burlar a legislação restritiva, para que continuassem freqüentando os portos, dando assim continuidade ao comércio entre Portugal, suas possessões ultramarinas e a Holanda.

Depois de 1585 era corrente a prática dos comerciantes holandeses de utilizarem documentação falsa para poderem freqüentar os portos sob domínio espanhol, passando geralmente por alemães, sob a bandeira de Hamburgo ou de outras nacionalidades neutras, ajudados por agentes comerciais cristãos-novos que, a essa altura, já haviam trocado o porto de Antuérpia pelo de Amsterdã. Para nós é importante reconhecer as táticas utilizadas para burlar tais proibições, como o fez Engel Sluiter :

O navio saía da Holanda, navegando por uma rota alemã levando cereais, outras matérias cruas e manufaturas para Portugal, lá descarregava parte da mercadoria, conseguia uma licença para o Brasil, usando um piloto português e colocando fiança para retornar por Portugal. Descarregando as mercadorias exceto o que ia para o Brasil. O navio então era carregado de vinho, azeite e manufaturas adicionais ainda em Portugal, ou exclusivamente de provisões e vinhos na Madeira e nas Canárias. Pago os impostos prescritos cruza o Atlântico, geralmente para a Bahia ou Pernambuco, onde ficava por volta de quatro meses. Tempo de recarregar com açúcar, pau-de-tinta e algodão para o retorno.<sup>240</sup>

A presença de embarcações de outras nacionalidades, onde predominavam embarcações inglesas e holandesas, no Brasil se dava muitas vezes pela incapacidade dos navios portugueses fazerem o transporte seguro de suas mercadorias,<sup>241</sup> seja porque eram numericamente insuficientes, por serem inadequados para o transporte da grande quantidade de açúcar que deveriam comportar, ou por serem extremamente frágeis diante dos ataques de corsários, visto que as leis que regulamentavam as condições para as viagens, como o número

<sup>239</sup> Entre elas, duas apreensões de embarcações holandesas realizadas em 1585 e 1595. SLUITER, Angel. Op.cit., 1968.

<sup>240</sup> SLUITER, Angel. Op. cit., 1968, p. 76.

<sup>241</sup> MAURO, Frederic. Portugal e o Brasil: A estruturas Política e Econômica do Império. In: BETEHL, Leslie (org.) **América Latina Colonial**. Vol. I 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 458.

determinado de homens e armas não eram cumpridas.<sup>242</sup> Dessa forma, as redes de comerciantes cristão-novos foram fundamentais pela necessidade de agentes de confiança, com ligações em larga escala que, se não conseguiam de todo evitar o corso, ao menos facilitavam o retorno da mercadoria.

Até nós chegaram relatos sobre mercadores que se dirigiam ao Porto, quando os navios em que viajavam foram tomados por corsários ingleses. Entre eles o do mercador cristão-novo Miguel Dias de Paz,<sup>243</sup> filho do também mercador Duarte Dias. A caravela partiu da Bahia e, quando já estavam próximos da cidade do Porto, foi seqüestrada por ingleses “luteranos”. E, junto com mais seis pessoas, Miguel foi deslocado para a nau dos ingleses na qual esteve por treze ou quatorze dias até chegar à Inglaterra. Exemplo de como o corso grassava no Atlântico, sucumbindo as frágeis caravelas portuguesas.

Assim, muitos portugueses preferiam e utilizavam as urcas holandesas, que eram embarcações maiores e mais seguras, para o transporte de homens e mercadorias ao Brasil. Algumas vezes com autorização régia,<sup>244</sup> outras, simplesmente, burlando a legislação. Frei Vicente Salvador escreveu que “costumavam vir ao Brasil urcas flamengas despachadas e fretadas em Lisboa, Porto e Viena, com fazendas de sua terra e de mercadores portugueses, para levarem açúcar.”<sup>245</sup>

Mas, não só Portugal dependia das mercadorias do norte europeu e perdia espaço no transporte das mesmas para a Holanda. Os espanhóis também eram superados pelas urcas holandesas no comércio com as Ilhas de Castela, sendo a metrópole extremamente dependente dos produtos vindos do norte europeu. Assim, a política imperial conflitava com os seus interesses econômicos, refletindo o ânimo conflituoso numa legislação contraditória, que oscilava entre a permissão limitada e o total cerceamento à presença holandesa nos portos sob seu domínio, o que, na prática, nunca foi efetivado. Sobre a presença dessas embarcações holandesas no Brasil, escreveu Sluiter:

foi-me possível encontrar em documentos editados e manuscritos contemporâneos mais de cem casos de tais navios holandeses e alemães-

<sup>242</sup> “Provisão Regia de 15 de dezembro de 1557, em que se ordena o modo, como haviam de andar providos, e armados os Navios portugueses, que navegassem para os lugares do Reino, e Senhorios de Portugal, e fora delles; assim de gente como de artilharia, armas e munições”. Esta provisão foi ampliada pela lei ou regimento de 3 de novembro de 1571. INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. Op. cit., p. 25.

<sup>243</sup> Livro das Confissões de Pernambuco, p.51.

<sup>244</sup> Caspitrano de Abreu nos informa que o próprio visitador do Santo Ofício, o licenciado Heitor Furtado de Mendonça veio ao Brasil numa urca holandesa. **Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil...** Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Ed., 1935, p. V.

<sup>245</sup> SALVADOR, Frei Vicente. Op.cit., 1982, p. 292.

holandeses no comércio de transporte pro Brasil nos anos de 1587-1599. E seria inseguro afirmar que esta lista esteja completa.<sup>246</sup>

A proibição do comércio com estrangeiros se deu em 1591,<sup>247</sup> restringindo a ação de importantes personagens que possibilitavam, em sua medida, o próprio processo de colonização. Essas restrições estavam dentro de uma proposta metropolitana na busca de verter a Portugal os lucros obtidos, em sua maioria, por estrangeiros, às custas de sua colônia. A chegada de um representante da Inquisição nesses lados do Atlântico também estava inserida nesta proposta, sobre a qual fala Alencastro, “de golpe a repressão religiosa transpõe o quadro doutrinário para intervir como instrumento disciplinador doutrinário da política e da economia metropolitana do ultramar.”<sup>248</sup>

Em 1594 o rei autorizou que urcas holandesas navegassem para o Brasil em duas frotas de vinte navios cada, devendo voltar diretamente para Lisboa.<sup>249</sup> O que não foi suficiente para desarticular o contrabando. Sabemos que muitos holandeses quebravam o acordo e seguiam direto para o Norte europeu: legal ou ilegalmente metade ou dois terços do açúcar produzido no Brasil em finais do século dezesseis foi transportado para Holanda, assim, os “Livros das Saídas das Urcas do Porto do Recife, 1595-1605”<sup>250</sup> foi representativo desse contingente. Elaborado pelo desembargador Sebastião de Carvalho, datando do ano de 1608, o livro contém o registro de diversas urcas, seus carregadores no Brasil e seus consignatários, supostamente, em Lisboa.

Muitas urcas, apesar de terem seus impostos pagos na capital portuguesa, como se tivessem lá chegado, de fato desembarcavam em Flandres, Antuérpia, Hamburgo e Amsterdã. De Angola veio a Pernambuco Gabriel da Costa numa nau flamenga em 1594, sendo mercador “estante” na Rua da Rocha quando ocorreu a Visitação.<sup>251</sup>

Ainda que tais informações nos cheguem apenas para o final do período por nos estudado e para o começo do século XVII, mostrou-se exercício fundamental buscar os personagens encontrados nos relatos da Primeira Visitação Inquisitorial nestas listas de embarcadores e consignatários, situando-os dentro dos espaços de sociabilidade por nós estudados e em conexão com uma rede maior que envolvia vários entrepostos comerciais e, no livro supracitado, acentuadamente com as províncias do Norte europeu. Para tanto, nos

---

<sup>246</sup> SLUITER. Op. cit., 1968, p. 77.

<sup>247</sup> Alvará citado anteriormente, In: INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. Op.cit., 1954, p. 315.

<sup>248</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe. Op. cit., p. 23.

<sup>249</sup> Segunda Visitação, p. 163.

<sup>250</sup> MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op.cit., 1993, pp. 21-145.

<sup>251</sup> Livro das Confissões de Pernambuco, p.147.

utilizamos largamente da Introdução feita por José Antônio Gonsalves de Mello acerca dos personagens do livro.

As ilhas Açores, Madeira, São Tomé e Cabo Verde foram sempre freqüentadas por embarcações holandesas, o mesmo acontecendo com as ilhas Canárias. Muito já foi dito sobre a importância das ilhas portuguesas como locais de experimentação da política, economia e regime de distribuição de terras que logo foram implantados no Brasil. Locais de onde vieram muitos dos homens que aqui se fixavam como senhores de engenho,<sup>252</sup> a exemplo do cristão-novo Nuno Álvares, que veio de São Tomé e foi citado em várias denúncias como participante de “ajuntamentos com outros cristãos-novos.”<sup>253</sup>

As ilhas eram escala para as viagens mais longas, postos de parada e consumo, em menor escala, das mercadorias manufaturadas do reino, entre as diversas rotas comerciais. Assim, o cristão-novo Pero de Gallegos<sup>254</sup> mandou, em 1613, que um agente seu embarcasse uma carga para ilha da Madeira e logo seguisse para Angola.<sup>255</sup> Pero de Gallegos era então comerciante em Lisboa, para onde regressou de sua estada em Pernambuco, residindo em Olinda no tempo da Primeira Visitação, sendo denunciado como um dos freqüentadores da Sinagoga de Camaragibe e sob suspeita de ser circuncidado.

Tal suspeita indica os mecanismos de ligação que os moradores de Pernambuco faziam entre mercadores e judeus. Supomos que ele tenha residido anteriormente em algum local onde o judaísmo era permitido, contudo, as imagens e idéias que envolviam os mercadores de ascendência judaica nos parecem interessantes para que busquemos entender como, aos olhos de seus contemporâneos, eram percebidas estas relações.

Outro Gallegos, Manuel de Gallegos, provavelmente filho de Pero de Gallegos, morou na Bahia, na casa de um cunhado seu, o comerciante Simão Nunes de Mattos. Simão, também comerciante e senhor de engenho, tinha um irmão de nome Manuel Nunes que consta como fiador da Urca Anjo Gabriel que, em 1596, partiu de Pernambuco destinada à Viana do Castelo, sendo também fiador e carregador em 1597.<sup>256</sup>

Os cristãos-novos estavam a mais de um século envolvidos com o açúcar de São Tomé, ilha próxima à Angola. E, juntamente com os portugueses de origem cristã velha, à medida que a ilha caiu em importância, voltaram-se para a transferência de escravos desta área para o Brasil. O ingresso de escravos africanos trazidos de São Tomé foi facilitado pelo

---

<sup>252</sup> Segunda Visitação, p. 256.

<sup>253</sup> Denúncias da Bahia, p. 520.

<sup>254</sup> Denúncias da Bahia, p. 519.

<sup>255</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 262; Segunda Visitação, p. 365.

<sup>256</sup> Idem, p. 262; Idem, pp. 365 e 509.

Alvará de 29 de março de 1559, através do qual 120 escravos poderiam ser trazidos por cada senhor de engenho, em navios do reino, pagando por isso apenas um terço dos direitos. Abrindo, assim, as portas para o ingresso direto de escravos no Brasil, haja vista que o regimento anterior regulamentava a remessa desses escravos à cidade de Lisboa “sem poderem descarregar, tirar, nem vender em nenhuma outra parte que seja, assim de nossos reinos, e Senhorios, como de fora deles.”<sup>257</sup>

Concomitantemente, os portugueses vinham perdendo espaço na Costa da Mina e no Golfo da Guiné para os holandeses, franceses e agentes de outras nacionalidades. Já na primeira metade do século XVI, o número de cristãos-novos na Guiné chamava atenção.<sup>258</sup> As Antilhas e ilhas de Castela eram supridas com escravos desta área e, assim, Angola surgiu como alternativa para o fornecimento do contingente de escravos necessários à América espanhola e ao Brasil, datando da década de 1580 o incremento do tráfico nesse porto.

Angola tornou-se, então, o porto preferido dos luso-brasileiros para o tráfico de escravos, onde encontramos alguns dos personagens por nós estudados, através de várias referências a pessoas que vinham de Angola, lá estavam ou deles aguardavam o retorno. Lá, os cristãos-novos eram relativamente tolerados desde que se restringissem ao papel de comerciantes. As referências às reuniões de cristãos-novos não eram exclusividade de Pernambuco e, sobre alguns deles, corria “fama pública”. Um provedor-mor da fazenda que chegou da vila de São Paulo da Luanda, em Angola, disse que “os via em ajuntamento com outros cristãos-novos”, do que também se pensava mal lá. As suas denúncias recaíram contra um mercador, Garcia Mendes de Oliveira, e um vereador, Diogo Castanho.

Devemos também recordar que era mais fácil o contato de portugueses e luso-brasileiros com outros entrepostos comerciais do que com partes mais afastadas do próprio Brasil. O que faz com que pensemos sempre o estudo da América portuguesa, e especificamente de Pernambuco, inserido numa tessitura maior, que envolvia a metrópole, e os seus outros pontos de ocupação e contato.

No último quartel do século XVI o Brasil desponta como um atraente mercado para os negreiros. Por volta de 1575 haviam ingressado no Brasil somente 10.000 africanos, enquanto a América espanhola-onde as entradas de africanos eram regulares desde 1525 - recebera cerca de 37.500. Até 1600 os portugueses comercializaram a quase-totalidade dos 125 mil escravos africanos deportados para América.<sup>259</sup>

---

<sup>257</sup> Alvará de 29 de março de 1559. In: INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. Op. cit., 1954, p.147.

<sup>258</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe. Op cit., 2000, p. 25.

<sup>259</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe. Op cit., 2000, p. 33.

Então, realizavam-se trocas diretas de açúcar por escravos, que a princípio eram facilitados por crédito aos produtores. Nas últimas décadas de 1500, o tráfico se deslocou para o Congo e Angola. O primeiro, mantendo a soberania através dos reis, impedindo uma ocupação político-militar, enquanto o segundo, tornou-se de fato uma colônia. Nela, os governadores estavam envolvidos diretamente no tráfico de escravos, havendo um fluxo de administradores do Brasil e reinóis para Angola.<sup>260</sup>

O tráfico de escravos africanos foi atividade fundamental dos cristãos-novos portugueses. Segundo alguns autores,<sup>261</sup> esta atividade, em fins do século XVI, era em quase sua totalidade dominada por cristãos-novos. Necessariamente, pensamos a natureza dos contratos para tráfico: eles eram tomados por particulares à Coroa e, depois, davam licenças para outros conterrâneos cuidarem dos pormenores da atividade. Assim, ainda que uma pessoa detivesse o contrato por vários anos e por ele respondesse para fins fiscais, estes, na realidade, implicavam o envolvimento de diversos homens, navios e mercadorias utilizadas como moeda de troca.

Sabemos que por volta de 1591 esteve na capitania de Pernambuco o mercador Francisco Lopes Homem, regressando depois ao reino. E nesta capitania deixou seu sobrinho, Manuel Lopes Homem, cuidando de seus negócios. Manuel estava em Angola durante a Visitação e logo regressou a Pernambuco, provavelmente com escravos africanos.<sup>262</sup> Por volta de 1582 e 1584, morou em Pernambuco um Manoel Rodrigues Villareal, cristão-novo que veio ao Brasil com escravos de Angola. Estava com ele seu irmão mais velho de nome Francisco Rodrigues Villareal.<sup>263</sup> Bastião Pereira também chegou a Pernambuco vindo de Angola com peças de Leonardo Frois, mercador de Lisboa, do qual era feitor.<sup>264</sup>

A expressão “escravos da Guiné” tende a confundir o leitor dos relatos das Visitações, mas naquela altura os escravos já eram trazidos de Angola. E “escravos da Guiné” era apenas a expressão pela qual se referiam aos escravos africanos independente de suas origens.

Do comércio na América espanhola também participaram alguns cristãos-novos estantes ou estabelecidos em Pernambuco. Os cristãos de origem judaica já eram muitos na

---

<sup>260</sup> Eduardo França e Sônia Siqueira citam o caso do licenciado Domingo de Abreu de Brito, que foi de Pernambuco a Angola, no ano de 1590, assumindo ali postos administrativos. Segunda Visitação, p. 124.

<sup>261</sup> Entre eles WACHTEL, Nathan. Op. cit., 2002, e SALVADOR, José Gonçalves. Op. cit., 1978.

<sup>262</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, pp. 113 e 115.

<sup>263</sup> Idem, pp. 353, 470.

<sup>264</sup> Idem, p. 420.

América espanhola na metade do século XVI,<sup>265</sup> e a união dos reinos de Espanha e Portugal (1580) só intensificou a entrada de cristãos de ascendência judaica nas terras espanholas na América. Um tráfego regular de navios levando escravos se dava de Angola para a costa do Brasil e de lá para o alto Peru.

Durante a União Ibérica, todos os beneficiários dos *Asientos* foram homens de negócios portugueses, em sua maioria cristãos-novos. Esses contratos envolviam apenas o trato lícito: lembramos a importância que o contrabando tinha no transporte de africanos para a América para constatarmos a abrangência do negócio. A prata espanhola se tornou nesse tempo moeda corrente no Brasil. Representativas dessa migração são as referências feitas a Rodrigo d'Avila, adolescente que morou em Pernambuco na casa do flamengo Manuel Nunes e que, por volta de 1594, quando foi denunciado, estava de partida para o Rio da Prata.<sup>266</sup>

Buenos Aires foi fundada pela segunda vez em 1580 para impedir a infiltração estrangeira e o tráfico ilícito que se fazia do Brasil para as províncias de Tucumã e para os centros de extração da prata. Os “peruleiros”<sup>267</sup> eram os responsáveis pelo abastecimento desses centros e pelo escoamento da produção. Muitos dos quais eram cristãos-novos, que participavam do tráfico de escravos e tinham bases nas Capitânicas de Cima (Pernambuco, Paraíba, Itamaracá e Bahia), as quais recorriam para abastecerem os navios com os mantimentos necessários nas zonas de extração da prata,<sup>268</sup> principalmente manufaturas européias compradas com o açúcar brasileiro e negros trazidos de Angola: “Buenos Aires sobretudo tornou-se de fato uma feitoria portuguesa para o comércio ilegal com o Peru.”<sup>269</sup>

Os “peruleiros” espanhóis de origem cristã velha se ressentiam nacional, econômica e religiosamente com a penetração dos cristãos-novos portugueses nesse comércio. Tanto que o termo “português” na América espanhola tornou-se sinônimo de “judeu”, como também ocorreu em amsterdã. Lembramos também que a maioria dos cristãos-novos mesmo na América espanhola era de origem portuguesa o que facilitava esta associação.<sup>270</sup>

Navios saíam regularmente do Rio de Janeiro, porém, quando os “peruleiros” não conseguiam encontrar ali a mercadoria já organizada para levá-la ao Peru eram obrigados a

<sup>265</sup> ELLIOTT, J. H. “Conquista espanhola e a colonização da América”. In: BETHEL, Leslie (Org.). **América Latina Colonial**. Vol. I, 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 189.

<sup>266</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 331.

<sup>267</sup> Denominação dada aos homens responsáveis pelo comércio nas regiões auríferas. SALVADOR, Op. cit., 1978, p. 58.

<sup>268</sup> Idem, p. 69.

<sup>269</sup> MAURO, Frederic. In: BETEHL, Leslie (Org.). **América Latina Colonial**. Vol. I, 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 459.

<sup>270</sup> SCHWARTZ, Stuart B. “O Brasil Colonial, 1580-1750: As grandes lavouras e as periferias”. In: BETHEL, Leslie. (Org.) **América Latina Colonial**. Vol. II. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 416.

subir até as Capitânicas de Pernambuco e Bahia para conseguí-las. Sobre as constantes vindas destes, discorre Ambrósio Fernandes Brandão:

Do Rio do Prata costumavam navegar muito peruleiros em caravelões e caravelas de pouco porte, onde trazem soma grande de patacas de quadro e de oito reales, e assim prata lavrada e por lavar, em pinhas e em postas, ouro em pó e em grão, e ouro lavrado em cadeias, os quais aportam com estas cousas no Rio de Janeiro, Bahia de todos os Santos e Pernambuco e comutam tais cousas por fazendas das sortes que lhe são necessárias, deixando toda Prata e ouro que trouxeram, na terra, donde tornam carregados de tais fazendas, a fazer outra vez viagem para o Rio do Prata<sup>271</sup>.

O comércio ilícito continuou de tal forma que o porto de Buenos Aires foi fechado no ano de 1591, em mais uma tentativa de barrar o contrabando. A Visitação inquisitorial desarticulou, ainda que momentaneamente, os mercadores e onzeneiros localizados nas Capitânicas onde ela esteve presente, acelerando o fluxo destes para a América espanhola.<sup>272</sup> O Vice-reino do Peru estabeleceu comércio com o Brasil, entre os anos 1591 e 1594, e o suspendeu sob a alegação de abuso, devido ao intenso contrabando que se fazia, apesar da permissão. Provavelmente com medo da evasão da prata para territórios brasileiros.<sup>273</sup>

Alguns autores, como Sérgio Buarque de Holanda, acreditam que a Visitação pretendia desarticular esses personagens para, assim, evitar o contato que tinham com a América espanhola, objetivando “preservar ao espanhol o que era espanhol e ao português o que era português, na América, apesar da união das duas Coroas.”<sup>274</sup> Se foi esse o pensamento de Felipe II, não logrou os seus objetivos, pois, o que vimos foi um aumento no número de cristãos-novos envolvidos no comércio entre as possessões portuguesas e espanholas da América, apesar da existência dos tribunais do Santo Ofício em Lima e na Cidade do México, desde a década de setenta do Quinhentos.

As Capitânicas do Sul foram privilegiadas pela primeira Visitação Inquisitorial ao Brasil, pois foram os locais escolhidos por alguns cristãos-novos saídos das Capitânicas de Cima, principalmente o Rio de Janeiro, que emergiu como centro do comércio entre o reino, as ilhas, Angola, as Capitânicas de Cima e a região do Prata. Com a união das duas coroas, cristãos-novos portugueses se estabeleceram em Lima, Potosi, Cartagena e Cidade do México,

<sup>271</sup> BRANDÃO. Ambrosio Fonseca. Op.cit., p.108.

<sup>272</sup> Sobre o medo que a chegada da visitação causou nos cristãos-novos ver o depoimento de Belchior Mendes, dizendo que eles pararam de emitir letras, cobrando os devedores no intuito de ir embora. Denúncias da Bahia pp. 451 e 452.

<sup>273</sup> Segunda Visitação, p. 304.

<sup>274</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo I, A Época Colonial. Vol. 1. Do Descobrimento à Expansão Territorial. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL, 1976, p.180.

bem como em Sevilha, onde, mais avançado o século XVII, tornaram-se banqueiros, utilizando suas vastas redes familiares e de clientela para angariar o dinheiro de que necessitavam os mercadores, comerciantes e em alguns casos específicos, a Coroa espanhola.

Duarte Dias Henriques foi senhor de engenho em Jaboatão, na Freguesia do Santo Amaro. Filho de Henrique Gomes e Isabel Nunes, ricos mercadores cristãos novos, moradores no Porto.<sup>275</sup> Era também sobrinho do já citado senhor de engenho e rendeiro dos dízimos da coroa, Bento Dias Santiago. Ele foi o detentor do contrato de Angola, referente à cobrança dos direitos régios, durante os anos de 1607-1611. Sua família teve ligações nas principais praças da Europa e América. Em 1620, ele era o banqueiro da coroa espanhola.<sup>276</sup> Duarte Dias Henriques foi, por várias vezes, denunciado durante a Primeira Visitação, acusado de não prestar atenção à missa e de se juntar em Camaragibe para blasfemar com outros cristãos-novos, entre os quais vários mercadores, Simão Vaz, Francisco de Thaide (Pina), Francisco Vaz Soares, Pero de Gallegos e Ambrosio Fernandes Brandão.<sup>277</sup>

A maioria das menções a grupos ou reuniões de pessoas reconhecidas enquanto cristãos-novos era relativa a mercadores e tratantes, que conversavam, negociavam e freqüentavam as casas uns dos outros, assunto que retomaremos mais adiante. A profissão os unia e conferia-lhes uma visibilidade fundamental para o entendimento de termos como “todos os mercadores e todos cristãos-novos”.<sup>278</sup>

Outra família bastante denunciada, a mais denunciada se nos referimos à Pernambuco, foi a de Branca Dias, cujos parentes estavam envolvidos também em extensas redes de comércio. Seu neto serve de exemplo de inserção nas amplas redes de comércio originadas no fim do século XVI. Manoel da Paz era filho de Diogo Fernandes Camaragibe. Diogo Fernandes e seu irmão Duarte Fernandes, eram feitores do engenho de Bento Dias Santiago, por volta de 1574, estando o primeiro como mercador na Rua Nova de Lisboa, em 1594. Diogo Fernandes (Fernandes Camarabibe ou do Brasil) foi marido de Ana, filha de Branca Dias e de seu homônimo Diogo Fernandes.<sup>279</sup> O filho de Diogo e Ana Paz, Manuel da Paz, foi rico mercador ligado ao trato asiático, residindo em Goa de 1607-1616, e se deslocando depois para Madrid (1626), tornando-se banqueiro na corte filipina.<sup>280</sup> Um sobrinho de Diogo Fernandes, Manoel Rodrigues, também era mercador em Pernambuco durante a Visitação, e

<sup>275</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, pp. 82, 205, 210, 223, 314, 405 e 473; e Livro das Confissões de Pernambuco, p. 35.

<sup>276</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe. Op. cit., 2000, p. 82.

<sup>277</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 82; e Denúncias da Bahia, p. 519.

<sup>278</sup> Frase recorrente em várias denúncias. Denúncias da Bahia, p. 518.

<sup>279</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 251; e Denúncias da Bahia, p. 524.

<sup>280</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe. Op. cit., 2000, p. 103.

enviava ao pai, Simão Rodrigues, e ao tio o açúcar do Brasil,<sup>281</sup> sendo duas vezes denunciado. Todos estavam ligados ao grupo tido por judaizante de Camaragibe, de onde saíram os “primeiro luso brasílicos globalizados.”<sup>282</sup>

Algumas famílias se destacaram como segmentos dessas redes no Brasil. O professor José Antônio dedicou especial atenção à família Pina, aos Milão e aos Anjo. Em fins do Século XVI, encontramos apenas representantes das duas primeiras aqui em Pernambuco.<sup>283</sup>

Damos agora ênfase a outros aspectos dessas ligações transoceânicas. Pensar como no plano das relações individuais e mais no contato com os cristãos-velhos de Pernambuco, se articulavam essas relações.

### “Homens de negócio” em Pernambuco: hábitos, olhares e intrigas

Compreender essas redes é também observar esses homens em suas relações cotidianas, como viviam em Pernambuco, ou como chegam até nós histórias a respeito deles. Esses mercadores foram os mais denunciados durante a Visitação de fins do século XVI. Alguns também foram alvos de denúncia ou menção na Visitação à Bahia, em 1618. Eles comerciavam aqui e casavam, rezavam, freqüentavam ou não a Igreja, as casas de outros moradores, brigavam, discutiam e se aconselhavam com os padres da Companhia de Jesus. São essas maneiras de viver que buscamos entender a partir de outra perspectiva: a história dos indivíduos que compunham essas redes.

Muitos desses mercadores são mencionados juntos em várias denúncias. Assim sabemos que freqüentavam as casas uns dos outros, sendo muitas vezes “aparentados”. A um desses parentescos se refere um denunciante, ainda na Bahia: foram citados Duarte Dias Henriques, Diogo Vaz, Pantaleão Vaz, Manuel Vaz, Gemmes Lopes e Manuel Nunes, “todos cristãos-novos e mercadores” por lamentarem a morte de Tomás Nunes, que diziam haver queimado na Inquisição. Eles seriam parentes e cunhados do morto.<sup>284</sup>

Estas ligações foram também citadas em Pernambuco: Tomás Nunes era cunhado de Duarte Dias Henriques, tendo se casado com a sua irmã. Era também primo de Gemmes

<sup>281</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco. pp. 88 e 116.

<sup>282</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe. Op. cit., 2000, p.103.

<sup>283</sup> Há referência a um fidalgo, mas não há conexões que nos permitam informar tratar-se de alguém da mesma família. Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 413.

<sup>284</sup> Denúncias da Bahia, p. 451.

Lopes, que então já havia retornado ao reino, e de Manuel Nunes e Fernão d'Álvares<sup>285</sup> que aqui ficaram. Tomás Nunes havia sido mercador em Pernambuco e denúncias sobre ele remetem à guarda de sábados e trabalho nos domingos, prática tida como judaizante.<sup>286</sup>

Em uma das casas que a ele pertenciam, na Rua João Eanes, esteve o cristão-novo castelhano Gaspar Ruiz Cartagena, sendo este o cenário de uma conversa que também chegou aos ouvidos do Visitador, durante a qual, segundo Ruiz, Nuno Álvares tentou sondá-lo para saber se ele era “judeu”.<sup>287</sup> Cartagena considerou boa acolhida que teve em Pernambuco por parte de Nuno a essa associação.

Apesar de ser um caso isolado, achamos oportuno atentarmos para a observação de Cartagena. O criptojuiaísmo, como dito antes, foi um problema bem mais sério em Portugal, visto que as conversões ao catolicismo na Espanha se processaram antes da expulsão dos judeus daquele país (1492), ao contrário do que ocorreu em Portugal. Contudo, quando o criptojuiaísmo não era mais um problema e a Inquisição espanhola havia abrandado, a Instituição em sua versão portuguesa se instalou, perseguindo os neoconvertos com toda força. Então, deu-se o processo inverso e cristãos-novos portugueses começaram a migrar para Espanha, levando esta a revitalizar a Inquisição, que novamente estaria com toda força em fins do século XVI.

Esta é uma das possibilidades para entendermos o medo da associação de Cartagena à figura do “judeu”. Com isso, não afirmamos que Nuno Álvares fosse judaizante, pois já atentamos para a abrangência dessas redes de solidariedade que não abarcavam só os que se mantinham ligados à fé judaica. Apenas pensamos ser a repulsa de Cartagena sintomática do medo de uma associação de sua figura ao “judeu”, recentemente revitalizado na realidade espanhola.<sup>288</sup>

Alguns mercadores foram responsáveis por denúncias sobre outros, as quais remetiam a dúvidas e preceitos católicos, que eles julgavam haverem sido desrespeitados. Como Gomes Rodrigues Milão, mercador “estante” na casa do irmão Manoel Cardoso Milão, que denunciou Manoel Rodrigues depois que este disse, na presença também de Luis Dias, outro mercador cristão-novo, que “a gula não era pecado senão para os padres”. A denúncia só foi efetuada depois que Gomes procurou um padre da Companhia de Jesus para se aconselhar

---

<sup>285</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 473.

<sup>286</sup> Idem, p. 91.

<sup>287</sup> Idem, p. 354.

<sup>288</sup> Alguns estudiosos pensam o retorno do criptojuiaísmo à Espanha como o recrudescimento das condições de vida destes em Portugal. Eles estariam fazendo o caminho inverso ao realizado quando expulsos da Espanha. WACHTEL, Nathan. Op. cit., 2000, p. 19.

sobre o assunto.<sup>289</sup> Pero Lopes, “estante” na casa do irmão, o mercador Afonso Martins, o agoas Mortas, antes de denunciar o alfaiate cristão-novo Cristóvão Queixada também recorreu ao Padre Manoel do Couto da Companhia de Jesus para aconselhamento.<sup>290</sup>

Já falamos da importância dos padres da Companhia de Jesus e seus religiosos, os mais bem preparados da realidade colonial. Voltamos a eles para apontar como essas redes apenas associadas à figura do judeu, comportavam pessoas que demonstravam senão uma prática ideal, que na colônia não fazia parte da vivência nem dos cristãos velhos, ao menos um respeito e preocupação.

Intrigas também emergiam das denúncias. Numa delas figuram dois mercadores, André Gomes Pina, cristão-novo e André Pedro, flamengo, que viviam então em casa dos irmãos Fernão e Diogo Soares. O motivo da contenda não foi especificado: André Pedro era então caixeiro<sup>291</sup> dos irmãos Soares, vendendo as mercadorias destes pelas povoações mais afastadas e engenhos e denunciou que André Gomes tinha um servidouro embaixo de uma imagem que não lembrava se era de Nossa Senhor ou da Virgem Maria.<sup>292</sup> Ao final da denúncia disse que haviam se tornado amigos, mas por conta das diferenças com André ele saiu da casa dos Soares e deixou de trabalhar para eles.

“A gente deste Brasil sabia muitas artes e manhas porque era gente degredada do reino por maus feitos”. Por essas palavras e por renegar Deus foi também denunciado André Gomes Pina,<sup>293</sup> cujo irmão, Francisco Thaide Pina, foi também denunciado, por freqüentar a esnoga<sup>294</sup> de Camaragibe.<sup>295</sup>

Outros desentendimentos tiveram alcances mais sérios: dentre eles, o que ocorreu entre o licenciado André Magro, Francisca Fernandes e o mercador Antônio Lopes de Olivença.<sup>296</sup> Nas denúncias, André e Francisca relataram que, numa quinta-feira de Endoenças, Antônio esbravejou contra uns cristão-novos que passavam, reclamando por que “queriam ao malaventurado”, se referindo a Cristo. André Magro observou que isso aconteceu também outros dias da mesma Semana Santa, mais ou menos umas cinco ou seis vezes, em

---

<sup>289</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 116.

<sup>290</sup> Idem, p. 461.

<sup>291</sup> N. do A. Como caixeiro nos referimos ao caixeiro viajante, que pelas povoações e engenhos saíam vendendo mercadorias.

<sup>292</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 258.

<sup>293</sup> Idem, p. 188.

<sup>294</sup> Esnoga seria o culto judaico, sem um local específico, a Sinagoga, ou poderia significar uma adaptação do local da sinagoga, o que ocorreu dentro dos engenhos de alguns criptojudeus, como no engenho Camaragibe ou em Matoim na Bahia.

<sup>295</sup> Denúncias da Bahia, p. 519.

<sup>296</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, pp. 96 e 320.

duas quaresmas. Já Francisca denunciou Antônio por dizer palavras contra a cruz durante uma romaria a Nossa Senhora, e por dizer ser a Igreja esterco para ele.

Interessa-nos, contudo, as condições que antecederam ou até propiciaram essas denúncias. Francisca comentou que um desentendimento entre os dois levou Antônio Lopes a indicá-la e a André como servidores de Dom Antônio, prior do Crato. A gravidade de tais imputações podem ser mesuradas se recordarmos que o Prior do Crato era opositor direto ao reinado de Felipe II e, por este motivo, André Magro esteve preso na Vila de Olinda. Francisca explicitou o seu rancor dizendo ter ódio de Antônio.

Mas as intrigas envolvendo Antônio Lopes de Olivença não ficaram restritas à colônia. Encontramos referências a ele em Viana. Trata-se da “Carta de Álvaro Rodrigues de Távora ao Rei. Lastimando-se da injustiça de que era alvo,”<sup>297</sup> datada de oito de janeiro de 1597. Nela Álvaro, “capitão do Mar mais de dezesseis anos defendendo corsários” se referiu às intrigas em que o envolveu Antônio Lopes de Olivença, então feitor da alfândega de Viana, dizendo ainda que tal não sofreria “não ser eu tão amigo de Fernão Rodrigues de Elvas”.

A inimizade de Antônio por Fernão indica um dado importante: essas redes não tinham uma frente única, composta por todos os mercadores cristãos-novos. Esses homens concorriam entre si por empreendimentos, se desentendiam, e utilizavam os expedientes que dispunham para atingir seus interesses pessoais, para além dos quais essas redes não existiriam, formadas e regidas que eram por indivíduos. O que as mantinham era os interesses conjugados de muitos, mas isso, como vimos, não incluía todos.

O Fernão Rodrigues de Elvas referido na contenda, apesar de localizado em Lisboa, foi denunciado durante a Visitação por uma mulher que esteve servindo em sua casa nos anos de 1585-1586. A mesma relatou ser este morador e mercador em Lisboa, na Conceição.<sup>298</sup> Seus parentes, ligados por casamentos à família Solis,<sup>299</sup> tinham grande influência no tráfico de escravos de Angola.

As condições que essas redes propiciavam também foram utilizadas para outros fins, como o fez João Nunes, que enviou Manoel Ribeiro, casado com a mulher que ele se amancebara, para Angola. Para tanto se utilizou dos contatos de seu irmão Henrique Nunes, mercador em Lisboa, de cujos interesses cuidava no Brasil.

---

<sup>297</sup> Carta de Álvaro Rodrigues de Távora ao Rei, lastimando-se da injustiça de que era alvo. Original AHM 1ª div., 1ª sec., doc. Sem número, fls. 1-1v. In: MATOS, Artur Teodoro de. **Na Rota da Índia**. Estudos de História da Expansão Portuguesa. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1994, pp. 209-210.

<sup>298</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 387.

<sup>299</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe. Op. cit., 2000, p. 101.

Os padres da Companhia de Jesus, bem como a Igreja Apostólica Romana, tiveram especial preocupação com o controle das crenças que seriam introduzidas no novo mundo. Alguns discursos e conversas expressos nessa Visitação são exemplos de como a diversidade de crenças permeavam o dia a dia desses homens em fins do século XVI.

O cristão-novo Luís Mendes e o flamengo Alberto Roiz, discutiram. O assunto? A imagem que um fazia do outro. Alberto chamou Luis de judeu, que respondeu que a terra de Alberto era de luteranos, ao que Alberto retrucou “cala-te que teu batismo é merda”. Esta contenda foi narrada ao Visitador pelo cristão-velho Fernão Álvares, criado do mercador Jorge Esteves. Luis e Alberto eram criados do já citado André Pedro. Os contínuos contatos com homens de todos os locais e visões de mundo permitiam que discussões “recentes”, do ponto de vista das preocupações da Igreja Católica, fizessem parte das conversas cotidianas. Contudo, a proximidade destes elementos, por si, não fizeram da colônia no século XVI o local da tolerância. As diferenças de crença emergiam em momentos de tensão.<sup>300</sup>

Eram irmãos também os mercadores Afonso e Jerônimo Martins. O primeiro morou em Olinda no ano de 1591, mas em 1594 já estava de volta ao Reino e aqui ficou Afonso e outro irmão de nome Pero Lopes cuidando dos negócios,<sup>301</sup> tinham ainda um sobrinho, aqui em Pernambuco, chamado Manoel Lopes.

Na Visitação, foram citados outros mercadores, no entanto por não termos referência direta de suas participações em redes mais amplas de comércio não foram aqui comentados. Destarte, muitos eram também mercadores de loja, como o foi Afonso Martins. Não tinham necessariamente muito dinheiro, mas gozavam de ampla visibilidade.

Cabe uma ressalva quanto aos prolongamentos dessas redes. Delas também participavam mercadores, flamengos, portugueses cristãos velhos e homens de outras nacionalidades. Ainda que de cristãos-novos ou judeus portugueses dependesse a sua articulação, não eram puras em suas extensões. Nossa intenção ao frisar esses mercadores cristãos-novos foi tentar compreender o porquê de tantas menções a eles nessa Visitação.<sup>302</sup>

Encontramos citados em torno de 2 homens, reconhecidos como cristãos-novos e envolvidos com o comércio, uns em menor, outros em maior escala, nas capitanias de Pernambuco, Paraíba e Itamaracá. Como tal, teriam uma maior visibilidade, o que fez com que fossem mais denunciados. Um fato tem que ser ressaltado para entendermos a quantidade

---

<sup>300</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 259.

<sup>301</sup> *Idem*, p. 213.

<sup>302</sup> N. do A. Trabalho extenso a esse respeito fez José Antônio Gonsalves de Mello em “Gente da Nação”. Partindo do material da Primeira Visitação e Segunda Visitações, aliados a documentos portugueses e principalmente holandeses.

de denúncias sobre eles: os senhores de engenho, apesar do prestígio, recorriam constantemente a esses mercadores para conseguirem o dinheiro que precisavam para os seus empreendimentos. O comércio era então considerado menor do ponto de vista do *status* que tinham as profissões na época, contudo, eram os mercadores os homens mais ricos da Capitania. Eram necessários mas, ao mesmo tempo, estigmatizados por lidarem com atividades consideradas desonrosas. Muitas das denúncias envolviam onzeneiros, seja João Nunes, Gemmes Lopes ou Belchior da Rosa.

Os cristãos-novos se dedicaram a outras atividades, menos ou mais prestigiosas, todavia, não tão lucrativas. Porém, as outras profissões não lhes davam tanta visibilidade, o que nos leva a pensar que o número de cristãos-novos podia ser maior inclusive do que consta nos papéis da Visitação, se pensarmos naqueles que nunca foram denunciados. Contudo, nos dedicamos aqueles que, em algum momento, chegaram aos ouvidos de Heitor Furtado de Mendonça. E, às profissões, nos dedicamos a seguir.

### Trabalhadores em todas as áreas

Os homens e mulheres da Colônia depuseram perante a mesa do Visitador, depois de informado o nome e a filiação seguiam dizendo em que se ocupavam: eram artesões, senhores de engenho, mestres de açúcar, boticários, licenciados, clérigos, tabeliões, enfim, toda sorte de atividades a que se dedicavam os homens de então. Quando não tinham profissão definida, ou queriam negar atividades tidas como abusivas, a exemplo da onzena, diziam não ter ocupação. Da mesma forma, ao se referirem a outros era comum que os depoentes fizessem referências às profissões que exercia.

Assim, temos extensa informação sobre as atividades mais recorrentes no final do século XVI, na colônia. Pensar as atividades desenvolvidas pelos homens livres, na segunda metade do século XVI, é atentar para a “surpreendente mobilidade geográfica e uma sensível versatilidade ocupacional”<sup>303</sup> que lhes eram características. Sobre os mercadores, que também eram senhores de engenho e lavradores já escrevemos anteriormente, agora discorreremos um pouco sobre as demais atividades ocupadas por esses homens, visto que, muitas vezes, era no exercício de suas atividades, no processo de socialização desses elementos, que se dava o reconhecimento pelo outro de sua origem cristã-nova.

---

<sup>303</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. Op.cit., 1997,p.433.

A “mácula” conferida pelo comércio era muitas vezes conciliada com a lavra da terra ou com a propriedade de engenhos, possibilitando a participação desses homens na “açucarocracia pernambucana”<sup>304</sup> a qual compunham também pelo casamento com filhas e filhos de cristãos velhos. Alguns mercadores, no decorrer do processo de adaptação, acabaram abandonando suas outras atividades para estabelecerem-se apenas como senhores de engenho.

Não pesamos a participação dos cristãos-novos na elite colonial em termos de inserção, pois este foi o momento mesmo de construção dessa sociedade, assim, não havia uma elite pré-determinada onde esses cristãos-novos buscassem se inserir. Eles foram partícipes da construção de uma elite elaborada no fim desse primeiro século. Para tanto, devemos considerar que o açúcar brasileiro só superou os outros centros de produção na década de oitenta dos quinhentos, com o sensível aumento no número de engenhos. Movimento decorrente da inserção de capitais por parte de novos migrantes chegados a colônia, entre eles os cristãos-novos.

Evaldo Cabral de Mello propôs que a formação do que entende por “açucarocracia” só se processou no último quartel do século XVI, sendo composta em sua quase totalidade por reinóis, principalmente, pelos recém-chegados, que aqui aportavam com dinheiro para montagem de engenhos, compra de escravos e demais investimentos necessários para a produção do açúcar. Os primeiros povoadores, vindos com o donatário Duarte Coelho de quem costumamos lembrar a formação de inúmeros engenhos, na verdade não tinham condições para montá-los. Eles venderam muitas de suas terras aos recém-chegados, ou a eles se uniram, através de casamentos, como já dito,

a açucarocracia *ante bellum*, compreendia um segundo estrato, também de origem urbana, os mercadores cristãos-novos, certamente o seu segmento mais dinâmico, uma espécie de cunha do grande comércio colonial na etapa produtiva da economia açucareira. Graças a suas vinculações com a economia mundo européia.<sup>305</sup>

Muitos mercadores, que eram também senhores de engenho, estavam de fato preocupados em juntar o controle tanto da produção, como da comercialização do açúcar, aproveitando-se das isenções fiscais de que gozavam os senhores de engenho ao embarcarem suas produções. Assim, muitos cristãos-novos venderam seus engenhos, ou saíram do Brasil, deixando-os nas mãos de feitores, que poderiam ser parentes ou conhecidos. Como fez

---

<sup>304</sup> Açucarocracia seria a elite colonial dos senhores de engenho. A aristocracia do açúcar. MELLO, Evaldo Cabral de. Op.cit., 1997.

<sup>305</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. OIp. cit., 1997, p. 417.

Ambrosio Fernandes Brandão, cujo feitor era Noitel da Cruz.<sup>306</sup> Ambrosio por sua vez tinha sido responsável pelos bens de Bento Dias Santiago, antes de adquirir o seu próprio engenho.

José Antônio Gonsalves de Mello ressaltou o fato de poucos cristãos-novos permanecerem por muito tempo como donos de engenho e ainda que chame atenção o pequeno número de cristãos-novos senhores de engenho, consideramos a instabilidade característica da açucarcracia responsável, pois não só os cristãos-novos não permaneciam como senhores de engenho, muitos cristãos velhos também não o fizeram, como aponta Evaldo Cabral em análise sobre o tema.<sup>307</sup> A continuidade desses elementos nessa elite se fazia através de diversos entrelaces e é bom lembrar que, apesar de não permanecerem muito tempo como senhores de engenhos, os cristãos-novos vendiam as suas posses uns aos outros.

A posse de escravos era então o que conferia prestígio, porém, o mesmo só tinha valor se os indivíduos estivessem preocupados em se estabelecer na terra, o que muitas vezes não ocorria. Muitos cristãos-novos se tornaram senhores de engenho não por estarem preocupados com as possibilidades de enobrecimento ligadas à terra, mas sim por essa atividade responder aos seus interesses mais imediatos.

Os feitores, entre os quais encontramos em Pernambuco cinco cristãos-novos, cuidavam dos negócios no Brasil dos donos do engenho, enquanto eles se dedicavam à atividade mercantil em outros entrepostos, ou mesmo no reino. É importante salientarmos que os cristãos-novos que ocupavam atividade de feitores antes da Visitação eram, na época da Visitação, senhores de engenho e lavradores, num movimento não necessariamente observado em se tratando de cristãos velhos.

Não podemos deixar de notar o grande número de lavradores cristãos de origem judaica,<sup>308</sup> profissão que acarretava muito prestígio e que colocava grande parte dos cristãos-novos localizados em Pernambuco dentro de um grupo que, junto com os senhores de engenho, compunham a elite de então. A lavoura era considerada uma atividade honrosa por ser ligada à terra, e através dela, partilhavam com os senhores de engenho a condição de proprietários de escravos.

A lavoura poderia referir-se à cana-de-açúcar ou a gêneros alimentícios, bem como à mandioca. Os lavradores eram, de forma geral, de origem menos abastada, sendo anteriormente assalariados, ou filhos de artesões. No tocante aos lavradores cristãos-novos, percebemos que a quase totalidade eram filhos de mercadores, tendo exercido eles mesmos as

---

<sup>306</sup> Denúncias da Bahia, p.520.

<sup>307</sup> Especificamente o capítulo intitulado "Marginália: os alecrins do canavial". MELLO, Evaldo Cabral de. Op.cit., 1997. pp.409-444.

<sup>308</sup> Ver tabela das profissões (Apêndice B).

atividades comerciais anteriormente. E, em sua maioria, dedicados à lavra da cana, atividade mais lucrativa em relação à lavra de outros gêneros.

Os lavradores cristãos-novos também eram, na maioria, ligados por vínculos de parentesco com senhores de engenho e outros lavradores. A importância que tiveram no último quartel do século XVI, só pode ser analisada se levarmos em consideração que muitos senhores de engenho, tendo outras ocupações, não se dedicavam ao cultivo da cana-de-açúcar. Por este, eram responsáveis os lavradores, aos quais se remete a maior parcela do açúcar produzido. Sobre essa importância discorre Vera Lúcia Ferlini: “A contribuição dos lavradores de cana variou durante o período colonial. Até 1650, sua participação foi fundamental para a produção, e os engenhos no nordeste moíam quase que exclusivamente terra de terceiros.”<sup>309</sup>

Os núcleos urbanos nos apontam uma dinâmica econômica que, embora dependente da zona rural, tinha suas próprias demandas. Assim, essas pessoas necessitavam de alfaiates, médicos, sapateiros, boticários, tabeliões, professores. E mesmo que quantitativamente não fossem muitos os cristãos-novos no exercício dessas profissões, alcançaram grande visibilidade pelo contato que tinham com vários indivíduos e famílias nas vilas e povoações. Sobre a importância dos núcleos urbanos nos escreve Luiz Centurião:

Entende-se que nesse tipo de sociedade, a conotação agrária de sua economia não exclui a cidade como centro político administrativo. Pelo contrário, a exige, e a própria configuração agrária, tal como se deu historicamente no Brasil colonial, teria sido um processo dirigido a partir da cidade, orientado por um tipo de economia, a economia mercantil.<sup>310</sup>

Não pensamos esses núcleos urbanos de forma independente, levamos em consideração a intrínseca relação com as plantações ou o “mundo dos engenhos”, quer fossem movidos por interesses ligados à cana-de-açúcar ou ao pau-brasil. Esses núcleos operavam num ritmo próprio, que não podia ser dissociado, também, da origem mesmo de seus construtores. E os reinóis, que aqui participavam de sua construção, normalmente não viveram em Portugal ligados à produção agrícola. Eram em sua maioria homens urbanos, das cidades marítimas ou de médias e pequenas vilas do interior de Portugal, como mostram as origens dos mesmos nos relatos da Visitação Inquisitorial. Desta forma, pensamos o processo de urbanização como intrínseco ao projeto lusitano de colonização.

---

<sup>309</sup> FERLINI, Vera Lucia Amaral. Op.cit., 1986, p. 33.

<sup>310</sup> CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. **A Cidade Colonial no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 37.

O grupo de senhores de engenho era, em sua maioria, oriundo de funções administrativas e burocráticas, ocupantes de cargos municipais e de profissões liberais. Deste modo, os senhores de engenho do primeiro século serão os filhos dos letrados, ocupantes de cargos municipais e de autoridades da Coroa Portuguesa. Muitos senhores de engenho exerciam simultaneamente funções administrativas e burocráticas, deixando o cultivo da cana-de-açúcar nas mãos dos lavradores, ao qual só se dedicarão intensivamente após a restauração pernambucana.<sup>311</sup>

Apesar de algumas obras que comentam a falta de organização burocrática em Pernambuco, podemos situar nessa incipiente organização a intensa penetração de cristãos-novos em seus quadros. Assim, podemos associar a não aplicabilidade das medidas restritivas e a presença de homens de sangue “impuro” na burocracia e administração local às necessidades imanentes de sua estruturação, que permitiu que pessoas como Duarte de Sá galgassem postos burocráticos como escrivão, Juiz de Órfão, e ascendesse à Câmara de Vereadores de Olinda, quando havia uma legislação, datada de 1574, que lhes proibia o acesso.<sup>312</sup>

A posição ocupada por Duarte de Sá fez com que este se identificasse como “dos da governança da terra”, termo utilizado pelos participantes das câmaras de vereadores, alcaides e capitães que, juntamente com os “principais da terra”, compunham a elite dessa sociedade. Vários cristãos-novos se declararam ao Visitador como sendo “da governança” ou filhos dos “principais da terra”. Uma organização burocrática mais forte só foi implantada no segundo período português. A expulsão dos holandeses coincidiu com uma maior aplicação dos *Estatutos de Pureza de Sangue* nas instituições civis e nas ordens religiosas e com uma maior segregação em relação ao elemento cristão-novo, visto então como o aliado do inimigo vencido.<sup>313</sup>

Algumas profissões consideradas menores no imaginário ibérico, os chamados ofícios mecânicos, foram também exercidas por cristãos-novos. Profissões estas que no avançar do século XVII serão relegadas a escravos e forros.<sup>314</sup> No século XVI, esses ofícios eram ocupados por reinóis. Observamos que os cristãos-novos também foram barqueiros, ferreiros, calceteiros, oleiros, carpinteiros, pescadores, criados, cirurgiões e mestres de açúcar.

---

<sup>311</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit., 2000, p.159.

<sup>312</sup> A ela já nos referimos anteriormente.

<sup>313</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe. Op. cit. P.103.

<sup>314</sup> VANDERLEI, Kalina. Op. cit, 2003, p.100.

Inclusive, criados como Luis Mendes, supracitado, e pescadores, como Gaspar Dias Matado, profissões tidas como as mais desonrosas.<sup>315</sup>

Outros foram professores, os chamados mestres de moços, bem como de moças, como Branca Dias, que ensinava a coser e lavar. Ficaram muitos cristãos-novos também responsáveis pela cobrança dos impostos referentes à produção, assim como muitos, como o já citado Bento Dias Santiago, Francisco Mendes, Ambrósio Fernandes Brandão e Gemmes Lopes foram rendeiros dos dízimos, que podiam ser da Coroa, do açúcar, ou da mandioca.

Eles foram também tabeliães, como o anteriormente citado Francisco Lopes da Rosa, que ocupava este cargo na Paraíba e João Lopes da Rosa, na vila de Olinda, o qual queixava-se da corrupção que envolvia os oficiais de justiça, que faltavam com a justiça apenas porque assim queriam os poderosos.<sup>316</sup> Quatro foram alfaiates, todos moradores na vila de Olinda. E dois Boticários, o mais citado, Luis Antunes, ao contrário do pai, o ourives Rui Gomes, que não abria sua loja aos sábados, trabalhava nesses dias normalmente.

O exercício profissional também dava visibilidade a alguns cristãos-novos, reconhecidos como judaizantes. Pois, ao deixarem de exercer suas profissões aos sábados, dia de descanso e recolhimento para os judeus, muitos atraíam para si o olhar desconfiado de outros homens, cristãos velhos ou novos. Muitos foram os denunciados por folgarem aos sábados, se vestindo neles de forma melhor. Entre os depoimentos mais conhecidos temos os das meninas que freqüentavam um tipo de “escola para moças”, que Branca Dias mantinha em sua casa. E, também, Bento Teixeira, mestre de moços, que folgava aos sábados sendo delatado por seus ex-alunos.

Esses depoimentos não surpreendem no sentido de que havia entre alunos e mestres uma convivência contínua, que tornava os vários sábados sem trabalho uma característica mesmo de seus mentores. Portanto, quando se deu a chegada do Visitador, e a exposição do que seriam práticas judaicas, através do Monitório Geral, era comum que essas pessoas fizessem uma associação entre seus mestres e tais práticas.

Nos chamam mais atenção outros casos em que cristãos-velhos seguiam e observavam o comportamento de certos homens só por saberem, desde então, ser esse ou aquele de origem judaica. O que ocorreu precisamente com o boticário Rui Gomes que, em sua loja em Olinda, se expunha ao olhar observador de seus clientes. João Picardo, cristão velho e francês<sup>317</sup> ao saber por um amigo que o ourives, morador em frente à Misericórdia, era tido por judeu,

---

<sup>315</sup> Idem, p. 92.

<sup>316</sup> Livro das Denúncias de Pernambuco, pp. 22, 41.

<sup>317</sup> Idem, p. 315.

passou a observá-lo para saber se isso era verdade. Foi, inclusive, procurar os serviços de Rui Gomes ao ver que a tenda deste estava fechada aos sábados. João encomendou uns brincos num sábado e o ourives disse que não os tinha, e no domingo, dia de descanso e missa, ele viu Rui Gomes com a tenda aberta, trabalhando e lhe vendeu neste dia os tais brincos.

Mas, as relações de trabalho não serviam apenas para que estes cristãos-novos fossem denunciados, forneceu também conhecimentos para que denunciassem alguns cristãos velhos. Como no caso do boticário Luis Antunes,<sup>318</sup> supracitado, que denunciou um cliente e amigo, João Soares Pereira, por querer comprar um veneno que acreditou Luis ser para matar alguém e, ao se negar a vender, ouviu de João que ele não acreditava no inferno.

A prestação de serviços também era uma forma de se estipular vínculos, na medida em que professores, médicos e boticários cristãos-novos conviviam cotidianamente com os seus clientes. Outra forma eram as relações comerciais, estabelecidas entre mercadores, senhores de engenho, lavradores e financiadores, onde também podemos assinalar algumas dependências econômicas decorrente das mesmas. Logo, essas relações de trabalho permitiam que cristãos-novos e velhos tivessem muito contato, gerando os conhecimentos de que se valiam para informarem na Visitação Inquisitorial.

---

<sup>318</sup> Idem, p.103.

## Considerações finais

A conversão forçada de judeus ao catolicismo na Península Ibérica, em fins do século XVI, transformou grande parcela da população judaica de Portugal em cristãos-novos, salvo aqueles que migraram antes da referida conversão. Situação singular, na qual se distinguiam dos judeus pelo batismo e dos cristãos velhos pela ascendência judaica. Algumas solidariedades entre esses elementos decorreram dessa situação, eles se reconheciam enquanto excluídos, por serem reconhecidos assim pelos demais. Compartilhavam uma memória tanto dos tempos vividos sem restrições em Portugal, como da expulsão e da conversão forçada que transformou a todos em elementos estigmatizados pela “mácula” do sangue.

Estes homens aportaram no Brasil pelos mais diversos motivos, entre os quais a necessidade de fugir da ação inquisitorial, perseguidora de todos, judaizantes ou não. E também por acreditarem que, longe da metrópole, conseguiriam melhores condições de vida, fossem ricos ou pobres. Não podemos esquecer dos que vieram degredados e os já penitenciados pelo Santo Ofício e, deste modo, mais cientes do perigo gerado pela proximidade da máquina inquisitorial.

Na busca por locais onde a exclusão fosse amenizada, onde tivessem condições de se estabelecerem e prosperarem, os cristãos de ascendência judaica traçaram vários destinos, entre eles a América portuguesa. Estes homens e mulheres chegaram a Pernambuco logo após a instalação do regime de Capitânicas Hereditárias, mas consideramos que um fluxo maior ocorreu na segunda metade do século XVI. Muitos homens vieram desacompanhados da família, sendo inclusive denunciados por bigamia. Outros trouxeram suas famílias, cujas filhas foram bem atrativas aos olhos dos cristãos velhos que buscavam mulheres brancas para casar, sendo, em sua maioria, portadoras de bons dotes.

Muitos cristãos-novos também casaram entre si, mas acreditamos numa preferência pelo elemento cristão velho, haja vista a disponibilidade de homens cristãos-novos com os quais essas moças pudessem casar optando, contudo, por não o fazerem. As solidariedades demonstradas entre os cristãos-novos, referente ao medo da Inquisição, avisando uns aos outros, ou se propondo a ajudar outro cristão-novo que chegasse em piores condições à Pernambuco, não foram, contudo suficientes para mantê-los unidos. As estratégias individuais e familiares superaram uma idéia de grupo, quando os investimentos necessários à manutenção de uma memória coletiva não mais eram realizados, salvo no caso dos homens

que estavam em contato com os judeus portugueses do norte europeu ou com judaizantes que conseguiram se manter em Portugal, alimentando a todo tempo essa memória.

De forma mais geral, os cristãos-novos não professavam a mesma religião e os que se identificavam enquanto judeus e cultivavam algumas práticas judaizantes não buscavam o isolamento, casando-se com cristãos velhos, enfraquecendo assim a manutenção das mesmas. Não desacreditamos da existência de práticas judaizantes. Questionamos, todavia, a validade das mesmas enquanto constituintes de uma idéia de grupo. Haja vista, que mesmo nas famílias tidas por judaizantes, não houve uma tendência ao isolamento.

Filhos de homens tidos por judaizantes, não necessariamente judaizaram, sendo dúbias muitas denúncias que envolviam os mesmos. Como as referentes à guarda do sábado, imputação feita a Inês Fernandes, filha da judaizante Branca Dias. Sua denunciante, casada com o viúvo de sua irmã, relatou que outros dias da semana Inês também estava deitada na rede, lendo. O que não significava que ao fazê-lo aos sábados fosse por respeito ao descanso judaico.

Muitos confessaram fazer certas coisas porque foram ensinados por seus pais, não sabendo ao certo o que isso significava. Remetemos muitas dessas denúncias ao costume adquirido na convivência e não à manutenção da crença religiosa. Há exemplos também de como o constante contato entre os costumes judaicos e a religião católica permitiram práticas singulares. Como a senhora que ao morrer foi amortalhada segundo o costume judaico e logo vestida com o hábito de São Francisco.

A idéia de “reserva mental”, desenvolvida por Elias Lipiner para explicar certos desrespeitos perpetrados pelos cristãos-novos contra Cristo ou a religião Católica são, segundo a nossa compreensão, decorrentes de uma falta de conhecimento do que seria um bom católico e mesmo de condições e interesses em sê-lo. Como Diogo Nunes, que foi denunciado por dizer que não era pecado dormir com mulheres solteiras. E, ainda, vários outros que foram denunciados por questionar o preço de missas, por criticarem as Bulas papais e por não irem à missa aos domingos, entre outras faltas. As mesmas eram comuns aos colonos em geral, distantes que estavam de uma organização eclesiástica forte.

Os cristãos-novos também se envolveram aqui com as índias, das quais geraram os mamelucos cristãos-novos, duplamente estigmatizados. Todavia, as mulheres, inseridas pelos laços do casamento na elite em formação, tinham esse estigma minimizado. Singular nos parece o caso de Francisco Lopes, filho de um cristão-novo com uma índia, que longe de ser denunciado por práticas judaizantes, o foi por dizer que os Padres da Companhia de Jesus não deviam doutrinar os índios e que o estado de casado era tão bom quanto o de religioso.

Esses casos longe de serem vistos como exceções nos propõem outra face de uma História que não se constitui apenas de uniformidades, mas é traçada na diversidade de estratégias individuais, a partir da capacidade de negociação que estes homens e mulheres tiveram dentro de suas condições específicas. O mameluco Francisco, diferente das mulheres nascidas da mesma origem, não se casou com uma branca cristã velha, ou mesmo com uma cristã-nova, mas sim com outra mameluca de origem cristã velha.

Muitas considerações já foram feitas a respeito da ênfase dada por Gilberto Freyre à “miscibilidade” lusa com outras raças. Resta-nos apenas lembrar o caráter violento de muitas dessas relações e ressaltar que a interação a qual estavam propensos os portugueses, foi, em sua maioria, apenas no plano sexual. Lembramos também a importância de um projeto de ocupação e povoamento na aceitação dessas filhas “mestiças” no seio da sociedade colonial. Falamos bastante do casamento entre os cristãos-novos mais proeminentes e os cristãos velhos por serem destes as informações mais quantitativas, ainda que acreditemos que estes casamentos mistos tenham sido comuns também entre os menos abastados.

A Igreja Católica se fazia presente no cotidiano destes homens em diversas manifestações, mas isso não significou que estabelecessem com ela uma relação uniforme. A preocupação com a exteriorização da relação se confundia com a própria prática católica. A Igreja, após o Concílio de Trento, voltava-se para a relação interior do fiel com a religião. Contudo a realidade demorou a mudar, e é nesse momento, em que se processavam as modificações, que esses homens vêm à América. A Companhia de Jesus adquire então imensa importância, por serem dela os mais bem formados representantes da Igreja no Brasil. Seus padres eram conselheiros de muitos dos denunciante, que a eles procuravam em caso de dúvidas a respeito do que deveria, ou não, ser dito à Mesa do Visitador. Vários cristãos-novos com eles estudaram na Colônia, cuja educação dominavam.

Apesar de toda integração e da liberdade de que gozaram durante mais de meio século, a ascendência cristã-nova não passou despercebida. O olhar do outro continuará aqui voltado para eles, o peso dessa ascendência foi apenas minimizado pelas necessidades imediatas da colonização. A mácula de sangue a eles estava presa e se fazia sentir em observações como “por saber ser cristão-novo o observava de propósito”, ou relatando casos de quarenta anos atrás, dizendo que então já olhavam com suspeitas ao denunciado. Com a chegada do Visitador, descortinam-se para nós as relações estabelecidas anteriormente por esses elementos.

Elas não foram desorganizadas pela chegada do Visitador, este apenas proporcionou a emergência de tensões preexistentes. Muitas considerações já foram feitas a respeito da

pressão que envolvia a presença do Visitador. Concordamos com a importância do medo nessa relação, mas discordamos que todos os interesses tenham sido minimizados e esquecidos por conta da Visitação. Há uma miríade de fatores que levavam a esta ou àquela denúncia, podendo ser apenas uma suspeita herética, mas que vinha se desenvolvendo há algum tempo.

A colonização de Pernambuco proporcionou condições peculiares para a interação entre cristãos-novos e velhos. Os espaços compartilhados por esses homens eram ao mesmo tempo palco de intensa chegada e saída de elementos de todos os locais com os quais também interagiam. Essas viagens traziam notícias acerca da Inquisição, de parentes e amigos afastados, do falado sobre as “terras de hereges”, por onde se expandia a Reforma Protestante. Mas, acima de tudo, essas idas e vindas proporcionavam grande mobilidade a um grupo de homens ligados diretamente ao comércio em grande escala.

Esses mercadores são figuras fundamentais para que entendamos como esses cristãos-novos foram pensados até aqui. A eles coube o maior número de denúncias. Não eram, contudo, um grupo coeso, mas homens que tinham suas ligações familiares e de clientelas que usavam para o comércio em grande escala. Eram pessoas que, devido a essa mobilidade, tinham mais contato com outros cristãos-novos espalhados pelo mundo e, principalmente, com Judeus portugueses, que em fins do século XVI, já estavam em Amsterdã.

Destarte, esses contatos permitiram a manutenção de certas solidariedades, as quais nos referimos no decorrer do trabalho. Esses homens se identificavam com os que aqui estavam, bem como com os judeus de Amsterdã e cristãos-novos das Ilhas atlânticas ou da África, com os quais mantinham extenso contato. Esta constante relação e relativa liberdade lhes proporcionavam, condições para alimentar a memória que os unia. E, justamente por terem mais visibilidade, demonstrarem uma maior coesão e disporem de extensos recursos financeiros, foram mais intensamente denunciados. Não nos referimos a todos os mercadores, mas a uma boa parcela, principalmente aquela que não buscou relação mais fixa com a terra e sim com o movimento geral de seus investimentos e circulação de parentes. Ao contrário de Nuno Álvares, dos Soares, dos Soeiros, de Ambrosio Fernandes Brandão e de tantos outros que optaram por ficar.

Os mercadores não agiam necessariamente de uma mesma forma, mas sendo ligados por parentescos mais extensos conseguiram manter solidariedades por mais tempo. Contudo, os comerciantes de grandes condições eram limitados, o estudo das profissões nos permite avaliar que ainda que seja esta a atividade a que mais se dedicaram os cristãos-novos, numericamente não eram nem metade dos homens que aqui se estabeleceram. Esses

mercadores foram os mesmos que tiveram condições de migrar com a notícia da Inquisição ou já o tinham feito antes, por não pretenderem de fato aqui se estabelecer. Resta-nos pensar o que se passou com os outros.

Os que aqui se estabeleceram, galgando estabilidade, criando vínculos matrimoniais, ou por falta de condições de migrarem, é que compunham uma maioria. Destarte, vimos aqui que este é um contingente considerável, envolto nas mais diversas atividades, localizado em vários pontos de Pernambuco, bem como da Paraíba e Itamaracá. E, como vimos, as relações por eles estabelecidas já estavam tão imbricadas que não seriam rompidas por uma Visitação, que ficou apenas quatro anos no Brasil. Não estamos minimizando o estrago que a Inquisição fez na vida daquelas famílias cujos membros foram processados, como a de Branca Dias. Apenas discutimos o impacto disso na população em geral. E, ainda que uns poucos tenham sido encaminhados para Lisboa, ameaçando assim os que aqui ficaram, foram elementos pontuais.

A condição de cristão-novo e cristão velho não foi um elemento desagregador na colônia, pois as dificuldades impostas pelas difíceis condições de estabelecimento e sobrevivência exigiam uma maior flexibilidade por parte dos cristãos velhos. Assim, foram corriqueiros os casamentos, compadrios, negócios, amizades e vizinhança entre esses dois elementos, chegando mesmo a vínculos e solidariedades que não foram rompidos nem mesmo pela ação do Visitador nestas terras.

Concordamos que a Visitação trouxe um rebuliço enorme à colônia e que deve ter assustado alguns elementos, mas nada que proporcionasse uma reorganização geral no cotidiano, a ponto de segregar os elementos cristão-novos e velhos. Esta desagregação se impôs aos poucos, mais adiante, com a efetiva implantação dos *Estatutos de Pureza de Sangue*, pesquisa que não realizamos por transpor os limites desse estudo. A Visita permitiu que emergissem tensões que já se formulavam e observar o contexto das relações entre esses personagens nos foi por isso elucidativo. Não acreditamos em quebras de aliança, decorrentes da mesma, e sim em acomodações que se processaram e que não necessariamente excluíram os cristãos-novos, lembrando sempre que as tensões que permeavam as relações entre os cristãos velhos também foram fundamentais para a emergência de denúncias entre estes. O que também não significou uma reorganização geral dessas relações.

Muitos pontos restam por elucidar, tanto sobre os destinos de muitos cristãos-novos que foram embora, como a respeito dos que ficaram. Fica para nós a idéia de que essas relações, tratadas de forma unívoca, enfraquecem nossas possibilidades de compreensão. Não podemos trabalhar apenas do ponto de vista do medo, ou dos que fugiram, nem tampouco

olhar apenas essas relações em termos de continuidade, ainda que acreditemos que a maioria das mesmas assim se processaram.

Esperamos por fim que, ao longo deste estudo, tenhamos deixado claro nossos aportes metodológicos e as escolhas feitas entre as diversas abordagens possíveis, utilizando ao máximo as possibilidades abertas por este lugar para o estudo do primeiro século da colonização portuguesa no Brasil, e fazendo de nossa escrita não o fim de uma pesquisa e sim a exposição das possibilidades, dúvidas e opções feitas no decorrer desses anos.

## Referências Bibliográficas

### Fontes Primárias

#### **I - Fontes inquisitoriais:**

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Livro das Denúncias que se fizeram na Visitação do Santo Officio á Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos do Estado do Brasil, no ano de 1618 - Inquisidor e Visitador o Licenciado Marcos Teixeira. 1927, volume XLIX. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1936.

ANAIS DO MUSEU PAULISTA. **Segunda Visitação do Santo Offício às partes do Brasil pelo inquisidor e visitador o licenciado Marcos Teixeira. Livro das Confissões e Ratificações da Bahia - 1618-1620.** Tomo XVII. Introdução de Eduardo d'Oliveira França e Sônia Siqueira. São Paulo: 1963.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. **A Inquisição de Lisboa Contra o Cristão-Novo João Nunes Correia, mercador, morador em Pernambuco, processo nº 12464.** Lisboa, Portugal.

FUNDARPE. **Primeira Visitação do Santo Offício às Partes do Brasil - Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1995.** Coleção Pernambucana, 2ª fase, vol. XIV. Recife: FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984.

**Primeira Visitação do Santo Officio às Partes do Brasil Pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça - Confissões da Bahia, 1591/1592.** Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Ed., 1935.

**Primeira Visitação do Santo Offício às Partes do Brasil Pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça — Denúncias de Pernambuco, 1593/1595.** São Paulo: Ed. Paulo Prado, 1929.

**Santo Ofício da Inquisição de Lisboa: Confissões da Bahia.** Série Retratos do Brasil. Ronaldo Vainfas (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

## **II - Outras fontes:**

BAERS, João. **Olinda Conquistada.** Narrativa do padre João Baers. Traduzido do Holandês por Alfredo de Carvalho. Instituto Arqueológico e Geographico Pernambucano. Recife: Typographia de Laemmert & C. - Editores, 1898.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil.** 3ª ed. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1997.

CARDIM, Fernão. **Tratados da Terra e da Gente do Brasil.** Rio de Janeiro: J. Leite & Cia., 1925.

FONSECA, Vitoriano Borges da. **Nobiliarchia Pernambucana.** 2 Vol. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1925.

GANDAVO, Pero Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil:** História da Província de Santa Cruz. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1984.

HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA DO BRASIL. Vol. I. Carlos Malheiros Dias (direção). Arquivo da Torre do Tombo, c.c. I, 96, 74. Porto: Litografia Nacional, 1921.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. **Documentos para a História do Açúcar.** Vol. I. Legislação (1534-1596). Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1954.

LIVRO DO TOMBO DO MOSTEYRO DE SÃO BENTO DE OLINDA. Separata da **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco.** Volume XLI. 1946-1947.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. Os Livros das Saídas das Urcas do Porto do Recife, 1595 –1605. In: **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco.** Recife, 1993.

MORENO, Diogo Campos. **Livro que dá Razão do Estado do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro / Ministério de Educação e Cultura, 1968.

NÓBREGA, Manuel da. Cartas do Brasil. **Cartas Jesuíticas I**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Editora, Itatiaia, 1988.

ORDENAÇÕES MANUELINAS. Livro II, Título 41. **Ordenações Manuelinas** / ed. lit. Fundação Calousta Gulbenkian. Apresentação Mário Júlio de Almeida Costa. Ed. fac. sim. Lisboa, 1984.

SALVADOR, Frei Vicente. **História do Brasil (1500-1627)**. 7ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Editora, Itatiaia, 1982.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2001.

Fontes secundárias e de apoio

#### **I - Teses e Dissertações:**

ASSIS, Angelo Adriano Faria de. **Macabéias da Colônia: Criptojudaísmo feminino na Bahia – séculos XVI e XVII**. 2004. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói.

\_\_\_\_\_. **Um “Rabi” Escatológico na Nova Lusitânia: Sociedade colonial e Inquisição no Nordeste Quinhentista - O caso João Nunes**. 1998. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói.

ASSIS, Virgínia Almoêdo de. **Palavra de Rei - Autonomia e Suborninação da Capitania Hereditária de Pernambuco**. 2001. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

CALAINHO, Daniela Buono. **Em Nome do Santo Ofício**: Familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial. 1992. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CAVALCANTI, Carlos André Macêdo. **O Imaginário da Inquisição**: Desmitologização dos valores no Tribunal do Santo Ofício, no direito inquisitorial e nas narrativas do medo de bruxas (Portugal e Brasil 1536-1821). 2001. Tese (Doutorado de História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

RAMINELLI, Ronald J. **Tempo de Visitações**: Cultura e Sociedade em Pernambuco e Bahia - 1591-1620. 1990. Dissertação (Mestrado de História). Universidade de São Paulo, São Paulo.

VANDERLEI, Kalina. **Nas Solidões Vastas e Assustadoras** - Os Pobres do Açúcar e a Conquista do Sertão Pernambucano nos Séculos XVII e XVIII. 2003. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

## II – Artigos:

BREDA, Daniel de Oliveira. “O monte e a fé. Olinda e seus cristãos-novos: uma proposição”. In: **Revista Eletrônica do Instituto Histórico de Olinda**, nº 1, ano 1, 2005.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as Crianças no Brasil Quinhentista. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

CORRÊA, Mariza. “Repensado a família patriarcal brasileira”. In: CORRÊA, Mariza (org.) **Colcha de Retalhos**. Estudos sobre a família no Brasil. 3ªed. São Paulo: Editora Unicamp, 1994.

ELLIOTT, J. H. “Conquista Espanhola e a Colonização da América”. In: BETHEL, Leslie (Org.). **América Latina Colonial**. Vol. I, 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

LIPINER, Elias. “O primeiro batismo compulsório e coletivo em Portugal”. In: FABEL, Nachman (Org); MILGRAM, Avraham; DINES, Alberto. **Em Nome da Fé**. Estudos in memoriam de Elias Lipiner. São Paulo: Editora Perspectiva S. A., 1999.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. Nova Luzitânia. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem Incompleta: A experiência brasileira**. 2ªed. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

MAURO, Frédéric. “Portugal e o Brasil: As Estruturas Política e Econômica do Império”. In: BETEHL, Leslie (org.) **América Latina Colonial**. Vol. I. 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

MENEZES, José Luís Mota. “Olinda e Recife – 1537-1630”. Recife: s.n, sn. (mimeo).

MOTT, Luiz. “Cotidiano e Vivência Religiosa: entre a Capela e o Caludun”. In: SOUZA, Laura de Melo (org.) **História da Vida Privada no Brasil**. Vol. I – Cotidiano e Vida Privada no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

NOVINSKY, Anita W. Os cristãos-novos no Brasil colonial: reflexões sobre a questão do marranismo. In: **Revista Tempo - Dossiê Religiosidades na História**. Vol. 6, nº 11. Rio de Janeiro: 7 letras, 2001.

PERETTI, João. Camaragibe: “Terra das Sinagogas”. In: **Novos Ensaios**. Recife, Imprensa Oficial, 1956.

POLLAK, Michel. “Memória e identidade social”. In: **Estudos Históricos**. Vol. V. Rio de Janeiro. 1992, p. 200 – 212.

PÔRTO, Costa. Os cinco primeiros engenhos pernambucanos. In: **Revista do Museu do Açúcar**. nº2. Recife, 1969.

SHWARTZ, Stuart B. “O Brasil Colonial, 1580-1750: As grandes lavouras e as periferias”. In: BETHEL, Leslie. **América Latina Colonial**. Vol. I, 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 1999.

SIQUEIRA, Sonia. “A Disciplina da Vida Colonial: os Regimentos da Inquisição”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. a. 157, n° 392, jul/set. 1996.

SILVA, Marco Antônio Nunes da. “As Rotas de Fuga: Para onde vão os Filhos da Nação?” In: VAINFAS, Ronaldo; FEITLER, Bruno & LAGE, Lana (Orgs.) **A Inquisição em Xequê. Temas, Controvérsias. Estudos de Caso**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2006.

SLUITER, Angel. “Os Holandeses no Brasil antes de 1621”. In: **Revista do Museu do Açúcar**, n°1. Recife, 1968.

VAINFAS, Ronaldo e HERMAN, Jacqueline. “Judeus e Conversos na Ibéria no século XV: Sefardismo, Heresia, Messianismo”. In: GORESTEIN, Lina e CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Ensaio sobre A Intolerância. Inquisição, Marranismo e Antisemitismo**. 2ªed. São Paulo: Editora Humanitas, 2005.

VAINFAS, Ronaldo e ASSIS, Angelo A. F. “A Esnoga da Bahia: Cristãos-novos e criptojudaísmo no Brasil quinhentista”. In: GRINBERG, Keila (org.). **Os Judeus no Brasil: ensaios sobre inquisição, imigração e identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

### **III - Livros**

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1954.

ALENCASTRO, Luis Felipe. **O Trato dos Viventes**. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Século XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: mulheres da Colônia - Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822**. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

ARAÚJO, Emmanuel. **O Teatro dos Vícios**: Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

AVNI, Haim. **Judíos en América**: Cinco Siglos de Historia. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

AZEVEDO, J. Lucio. **História dos Cristãos Novos Portugueses**. 3ª Ed. Lisboa: Clássica Editora, 1989.

BARNAVÍ, Élie (Dir.) **História Universal dos Judeus**. São Paulo e Belém: Editora CEJUP, 1995.

BELLINI, Ligia. **A Coisa Obscura**. Mulher, sodomia e Inquisição no Brasil Colonial. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BETHENCOURT, Francisco. **História das Inquisições**: Portugal, Espanha e Itália - Séculos XV-XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. 4ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOXER, Charles. **O Império marítimo português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **A igreja e a expansão Ibérica**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989.

\_\_\_\_\_. **A mulher na expansão ultramarina ibérica, 1415-1815**. Alguns factos, ideias e personalidades. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

BURKE, Peter (org.) **A Escrita da História**: Novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

\_\_\_\_\_. **Cultura Popular na Idade Moderna. Europa, 1500-1800**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CARDOSO, Ciro Flamaron e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelson. **A Cidade Colonial no Brasil.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

DAVIS, Natalie Zemon. **Nas margens: três mulheres do século XVII.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DEL PRIORE, Mary. **Ao Sul do Corpo: Condição Feminina, Maternidade e Mentalidades no Brasil Colônia.** 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

\_\_\_\_\_. (org.). **História das Mulheres no Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

\_\_\_\_\_. **Mulheres no Brasil Colonial.** São Paulo: Contexto, 2000.

DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente. 1300-1800: Uma Cidade Sitiada.** 4ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador – Vol. 1. Uma História dos Costumes. 2 vols. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

FABEL, Nachman (Org); MILGRAM Avraham e DINES, Alberto. **Em Nome da Fé.** Estudos in memoriam de Elias Lipiner. São Paulo: Editora Perspectiva S. A., 1999.

FARIA, Scheila de Castro. **A Colônia em Movimento.** Fortuna e família no cotidiano colonial. 2ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERREIRA DA SILVA, Lina Gorenstein e TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza (Orgs.). **Ensaio sobre a Intolerância. Inquisição, Marranismo e Anti-Semitismo.** São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2002.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. **A Civilização do Açúcar Séculos XVI a XVIII**. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FREYRE, Gilberto. **Olinda**: 2º Guia Prático, Histórico e Sentimental de cidade brasileira. 4ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968.

\_\_\_\_\_. **Casa-grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 29ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

GINZBURG, Carlo (org.). **A Micro-História e outros ensaios**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes**. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. 3ªed. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

GOMES, Geraldo. **Engenho & Arquitetura**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1997.

GRINBERG, Keila (Org.). **Os Judeus no Brasil**: Inquisição, Imigração e Identidade. Rio de Janeiro: Editora da Civilização Brasileira, 2005.

HESPANHA, António Manuel. **Às vésperas do Leviathan**: instituições e poder político - Portugal - séc. XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: 6ª edição, Ed. Brasiliense, 1996.

\_\_\_\_\_. HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo I, A Época Colonial. Vol. 1. Do Descobrimento à Expansão Territorial. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

IZECKSOHN, Isaac. **Os Marranos Brasileiros**. Biblioteca Armando Souto Maior. São Paulo: Ed. B' Nai Brith, 1967.

KAUFMAN, T. N. **Passos Perdidos, História Recuperada**. A Presença Judaica em Pernambuco. 4ª Ed. Recife: Editora Bagaço, 2000.

KAYSERLING, Meyer. **História dos Judeus em Portugal**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971.

LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial**. Trajetória de um Exorcista no Piemonte no Século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIPINER, Elias. **Os Judaizantes nas capitâneas de Cima**. Estudos sobre os Cristãos-novos no Brasil nos Séculos XVI e XVII. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

\_\_\_\_\_. **Terror e Linguagem**. Um Dicionário da Santa Inquisição. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.

MAIA, Ângela Maria Vieira. **À Sombra do Medo**: Cristãos-Velhos e Cristãos-Novos nas Capitâneas do Açúcar. Rio de Janeiro: Oficina Cadernos de Poesia, 1995.

MATOS, Artur Teodoro de. **Na Rota da Índia**. Estudos de História da Expansão Portuguesa. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1994.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A Ferida de Narciso**: Ensaio de história regional. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Nome e o Sangue**: uma fraude genealógica no Pernambuco Colonial. 2ª edição revista. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

\_\_\_\_\_. **Rubro Veio**. O Imaginário da Restauração Pernambucana. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Gente da Nação**: Cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654. Recife: 2ª Edição, Editora Massangana, 1996.

MELLO, José Antônio Gonsalves de, e ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. **Cartas de Duarte Coelho a El-Rei**. Recife: Massangana, 1997.

MENEZES, José Luís Mota. Olinda: Evolução Urbana. In: CARITA, H. e ARAÚJO, R. (Coord.) **Coleção de Estudos Universo Urbanístico Português – 1413-1822**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

MORIN, Edgar. **Meus demônios**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

NOVAIS, Fernando (dir.) A História da Vida privada No Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

NOVINSKY, Anita Waingort. Inquisição: Prisioneiros do Brasil - Séculos XVI-XIX. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Inquisição**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. **Cristãos-Novos na Bahia**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

NOVINSKY, Anita Waingort e CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Orgs.). **Inquisição**: Ensaio sobre Mentalidade, Heresias e Arte. São Paulo: EDUSP, 1992.

PERNIDJI, Joseph Eskenazi. **A Saga dos Cristãos Novos**. Rio de Janeiro: IMAGO, 2005.

PIERONI, Geraldo. **Banidos**: A Inquisição e a Lista dos Cristão-novos Condenados a Viver no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. **Vadios, Ciganos, Heréticos e Bruxas**: Os degredados no Brasil Colônia. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2002.

\_\_\_\_\_. **Os Excluídos do Reino:** A Inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil Colônia. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

POLIAKOV, Leon. **De Maomé aos Marranos.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1996.

PÔRTO, Costa. **Nos tempos do Visitador.** Recife: Editora Universidade Federal de Pernambuco, 1968.

\_\_\_\_\_. **Estudos sobre o Sistema Sesmarial.** Recife: Imprensa Universitária, 1965.

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil.** 20ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

QUIRINO, Tarcizio do Rego. **Os Habitantes do Brasil no Século XVI.** Recife, Imprensa Universitária, 1966.

REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas. A Experiência da Microanálise.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEMBOIM, José Alexandre. **As Comunidades Esquecidas,** Estudo sobre os cristãos-novos e judeus da Vila de Igarassu, Capitania de Itamaracá e Cidade Maurícia. Recife: Oficina das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **Senhores de Engenho Judeus em Pernambuco Colonial 1542-1654.** 6ª Ed. Recife: Ed. do Autor, 2002.

RUSSEL-WOOD, A. J. **A Word on the Move:** The Portuguesees in África, Ásia and America – 1413-1808. New York: ST Martin's Press, 1992.

SALVADOR, José Gonçalves. **Os cristãos-novos:** povoamento e conquista do solo brasileiro. São Paulo: Pioneira, Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

\_\_\_\_\_. **Os Cristãos-novos e o Comércio no Atlântico Meridional** (com enfoque nas Capitanias do Sul 1530-1668). São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1978.

\_\_\_\_\_. **Cristãos-novos, Jesuítas e Inquisição**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora - USP, 1969.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A Família Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SARAIVA, António José. **Inquisição e Cristãos-Novos**. 5ª Edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1985.

SHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial. 1550 –1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SIQUEIRA, Sonia. **A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da Família no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa do Brasil**. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1994.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. **As Terras Inventadas: discurso e natureza em Jean de Léry, André João Antonil e Richard Francis Burton**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

\_\_\_\_\_. (Org. do Volume) **Cotidiano e Vida Privada no Brasil**. Vol. I. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SUÁREZ, Luis. **La expulsion de los judios de Espana**. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. **Los Judios en Portugal**. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

UNTERMAN, Alan. **Dicionário Judaico de Lendas e Tradições**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **América em tempo de conquista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

\_\_\_\_\_. **A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

\_\_\_\_\_. **Micro-história: Os protagonistas anônimos da História**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

\_\_\_\_\_. (org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

WACHTEL, Nathan. **A Fé da Lembrança: Labirintos marranos**. Lisboa: Editorial Caminho, 2002.

WIZNITZER, Arnold. **Judeus no Brasil Colonial**. São Paulo: Editora Pioneira - USP, 1966.

## **Apêndice**

## APÊNDICE A- Dados gerais sobre denúncias e confissões

Número total de depoimentos

	Denúncias Total= 490	Confissões Total=183
BA	212	121
PE	240	39
ITA	22	14
PB	16	9

Destas denúncias, **278** ocorreram nas áreas por nós observadas: Pernambuco, Paraíba e Itamaracá, bem como **62** das confissões.

Entre todas as denúncias e confissões, **223** homens e mulheres foram apontados como cristãos-novos.

Nas denúncias referentes à Pernambuco, Paraíba e Itamaracá **39** cristãos-novos denunciaram, **27** deles contra outros cristãos-novos.

Entre os **100** cristãos-novos apontados como casados, **62** o fizeram com cristãos velhos.

**APÊNDICE B - Profissões**

Mercadores	34
lavradores	16
Senhor de engenho	10
Dono de fazenda ou roça	5
Feitor	5
Alfaiate	5
Mestre de moços	2
Costureiras	5
Tabelião	3
Onzeneiros	3
Meirinho	1
Rendeiro de dízimos	5
Religiosos	3
ourives	2
Criado	2
Boticário	2
Escrivão	2
Alcaide	1
Pedreiro	1
Vendedora	1
Prostituta	1
Calceteiro	1
Pescador	1
Oleiro	1
Sirgueiro	1
Carpinteiro	1
Vereador	1
Físico	1
Cirurgião	1
Ferreiro	1

**Obs.:** Alguns cristãos-novos, como já dito, praticavam mais de uma atividade, e muitos não tiveram suas profissões descritas.

*Citamos aqui os mercadores e lavradores por serem mais numerosos.*

Entre os cristãos-novos localizados em Pernambuco encontramos 34 identificados como mercadores. Foram estes Afonso Martins, Afonso Serrão, Bartholomeu Roiz, Sebastião Pereira, Duarte Mendes, Duarte Dias Henriques, Fernão Soares, Francisco Dias Soares, Francisco Lopes Homem, Francisco Mendes, André Gomes Pina, Francisco de Thaide Pina, Francisco Roiz Villareal, Francisco Thomas, Gemmes Lopes, Gonçalo Roiz Villareal, Gracia da Villa, Henrique Mendes, Hieronimo Martins, João da Paz, João Mendes, João Nunes, Jorge Dias, Jorge Manoel, Jorge Thomas, Luis Dias, Manoel d'Azevedo, Manoel Lopes Homem, Manoel Roiz, Manoel Roiz Villareal, Pero de Gallegos, Pero Lopes, Pero de Moraes, Rodrigo d'Ávila, Simão Enrique e Thomas Nunes.

As lavradores foram 16, Ambrósio Fernandes Brandão, Manuel de Andrade, Simão Fernandes, Gaspar Duarte, Gaspar Rodrigues, Jacome Lopes, João Dias "o Felpudo", Pero Vieira, Simão Enrique, Estevão Ribeiro, Francisco Mendes, Francisco Mendes da Costa, Jerônimo Pardo Barros, Simão Franco e Jorge Thomas.

**APENDICE C- Quadro elaborados a partir da obra de “Gente da Nação”**

N. =Nascido em.

F. =Faleceu.

V. = Viajou.

L. = Localizado em.

P. = Preso em.

PÁGINA	NOME	OCUPAÇÃO	ITINERÁRIO
8; 26	Ambrósio Fernandes	Senhor de Engenho, cobrador de dízimos, capitão dos mercadores.	Nasc.+ou-em 1555; 1583(estava em) PE; 1585(estava em) PB; 1590(estava em) PE; de 1597-1607(estava em) Portugal; 1608volta a PE; 1613 (estava em) PB.
8	André Gomes Pina	Senhor de Engenho	PE
8	Antônio Dias do Porto	Senhor de engenho	PE
8	Antônio da Rosa	Senhor de engenho	PE
130	Ana (Dias)		PE
130	Andresa Jorge		PE
10	Afonso Serrão	Comerciante de açúcar	PE
10	Afonso Martins	Comerciante de açúcar	PE
11	Antônio Dias de Milão	Comerciante de açúcar	Nasc. No Porto; PE; Lisboa; Amsterdã
84	Antônio de Gouveia	Alquimista	Olinda; Lisboa (estava em 1597); Amsterdã
18	Afonso Fidalgo	Comerciante de açúcar	Nasc.Funchal; Angola; PE (estava em 1595)
117	Branca Dias	Professora, rendeira.	Nasc. Viana da Foz do Lima; Olinda (estava em 1551).
8	Bento Dias Santiago	Senhor de engenho, mercador.	PE
129	Brites ou Beatriz Fernandes		PE; Lisboa.
129	Baltasar Dias	Capitão de cavalos	PE; Flandres.
81-116	Bento Teixeira	Professor, escritor.	Nasc. Porto; Espírito Santo; Rio de Janeiro; Bahia; Olinda; cabo de S. Agostinho; 1595(estava em) Lisboa.
10	Bartolomeu Rodrigues	Comerciante de açúcar	PE
14	Bento Álvares	Comerciante de açúcar	PE
14	Belchior Rodrigues	Comerciante de açúcar	PE
194	Cristóvão Martins	Alfaiate	Nasc. Lisboa
7	Diogo Fernandes	Senhor de engenho, mercador.	1530(estava em) Viana do Castelo; PE.

36	Diogo Fernandes Camaragibe ou do Brasil	Senhor de engenho	PE
58	Diniz Bravo	Mercador	PE
65; 191	Diogo Nunes Correia	Senhor de engenho	PB; PE.
109	Diogo de Meireles		PE
179	Diogo Henriques		PE
58	Diogo Lopes Vilhoa	Mercador	PE
109	Diogo Rodrigues de Elvas	mercador	PE
180	Diogo Lourenço	Mercador	Nasc. Porto; PE.
8	Duarte Dias Henriques	Senhor de engenho, comerciante de açúcar.	Nasc.Porto; PE.
8	Duarte Ximenes	Senhor de engenho, comerciante de açúcar.	Olinda 1603(estava em); Itamaracá 1609(estava em)
8	Diogo Soares	Senhor de engenho	PE
14	Domingos Dias Cardoso	Comerciante de açúcar	PE
8	Domingos da Costa Brandão	Senhor de engenho	PE
10	Duarte Mendes	Comerciante de açúcar.	PE
14;31	Duarte Dias de Flandres	Comerciante de açúcar.	1595-1602(estava em)PE; 1612(estava em) Antuérpia.
8	Fernão Soares	Senhor de engenho	PE
45	Fernão Rodrigues da Paz		PE
130	Fernão de Souza		PE
8	Felipe Diniz do Porto (Paz)	Senhor de engenho	PE
8	Felipe Diniz do Vale	Senhor de engenho	PE
8	Francisco Rodrigues do Porto	Senhor de engenho	PE
9	Francisco Mendes	Lavrador, comerciante de açúcar.	Nasc. Porto; PE.
9	Francisco Mendes da Costa	lavrador	Nasc. Mesão Frio-Pe
10	Francisco Dias Soares	Comerciante de Açúcar.	Nasc.Campo Maior; Lisboa; PE.
10	Francisco Lopes Homem	Comerciante de açúcar	PE
10	Francisco Rodrigues Vila Real		PE
109	Francisco Pardo	Mercador, lavrador.	Nasc.Lisboa; PE; Roma; Nápoles.
	Felipa da Paz		PE
20	Francisco Gomes Pina	Comerciante de açúcar	Nasc. Porto; PE (antes de 1615).
8	Gabriel Pina	Senhor de engenho	PE
8	Gaspar Fernandes	Senhor de engenho, mercador,	PE

	Anjo	contratador dos dízimos do açúcar.	
8	Gaspar de Mendonça	Senhor de engenho, comerciante de açúcar.	PE
9	Gaspar Duarte	lavrador	Nasc. Lisboa; PE.
11	Gaspar Rodrigues Milão	Comerciante de açúcar	Nasc. Porto; 1592(viaja para PE; Lisboa (estava em) 1606.
14	Gaspar Vaz Dorta		PE
14	Gaspar de Mere	Comerciante de açúcar	PE
10	Henrique Mendes	Comerciante de açúcar	PE
110; 129	Inês Fernandes		PE
130	Isabel (Dias ou Fernandes)		PE
8	João Nunes de Matos	Senhor de engenho	1609 PE (estava em)
9	James Lopes da Costa	Rendeiro da cobrança de dízimos, onzeneiro	Nasc.Porto; PE; Lisboa; Amesterdã-(talvez Jerusalém).
9; 51-79	João Nunes Correia	Rendeiro da cobrança de dízimos, onzeneiro, vendedor de escravos ameríndios.	Nasc.+ ou – 1547 em Castro Daire; PE. Salvador; Paraíba; Espanha
9	Jerônimo Pardo Barros	lavrador	Nasc. Lisboa
10	Jorge Dias	Comerciante de açúcar	PE
130	Jorge Dias da Paz		PE; PB.
61	João Luis Henriques		PE
61	Jerônimo henriques		PE; Amesterdam
10	João da Paz	Comerciante de açúcar	PE
10	João Mendes (Oliveira)	Comerciante de açúcar,	PE
10	Jorge Tomás Pinto	Comerciante de açúcar	Nasc.Porto
10	Jorge Manuel	Comerciante de açúcar,	PE
14	Jorge de Matos	Comerciante de açúcar	PE
183	Jorge de Souza		PE
10	Luis Dias	Comerciante de açúcar	PE
25	Luis Antunes	Boticário	Olinda
8	Manuel saraiva de Mendonça		PE
9	Manuel de Andrade	lavrador	PE
10	Manuel Rodrigues	Comerciante de açúcar	PE
10	Manuel de Azevedo	Comerciante de açúcar	Nasc.Porto
39	Manuel Dias Henriques		PE
10	Manuel Lopes Homem	Comerciante de açúcar	PE; Amesterdã
39	Miguel Dias		PE
39	Miguel Dias da Paz		1600(estava em) Olinda;
10	Manuel Rodrigues Vila Real	Comerciante de açúcar	Angola-1582(viajou para); PE

10	Miguel Henriques	Comerciante de açúcar.	PE
11	Manuel Nunes de Matos	Comerciante de açúcar, arrendatário da cobrança de dízimos da PB.	Nasc. Porto; 1601(está em) PB; 1606(está em) PE; 1608(está em) Amesterdã
11	Manuel Cardoso de Milão	Comerciante de açúcar	Nasc.Porto
14; 26	Miguel Dias Santiago	Comerciante de açúcar	1596-1599 (estava em)PB; 1599-1601(estava em) PE; em 1601 vai á Portugal; 1627(estava em) Antuérpia.
21	Manuel Esteves de Pina	Comerciante de açúcar	Nasc.Porto
111	Manuel Esteves	Médico e cirurgião.	Nasc. Viana; Olinda.
7	Pedro Álvares Madeira	Senhor de engenho	PE
8	Pedro Lopes de Vera	Senhor de engenho	PE
9	Paulo de Pina	Rendeiro da cobrança de dízimos, comerciante de açúcar, onzeneiro	Nasc.Porto; 1598 regressa à Lisboa;Morto em 1601
10	Pero de Galegos	Comerciante de açúcar	PE
49	Paulo de Pina (Gomes Pinel)	Tesoureiro da Bet jacob	PE; 1609 (estava em) Lisboa; 1614 (estava em) Amesterdã; morto em Hamburgo 1635.
10	Pedro de Morais Sampaio	Comerciante de açúcar	Nasc. Lisboa
11	Paulo de Milão		PE
18; 193	Rodrigo Fidalgo	Comerciante	Nasc.Madeira; PE; Angola.
95	Rui Gomes	Ourives	PE; 1595 partiu para Lisboa.
9	Simão Fernandes	Lavrador, alfaiate.	Nasc.Porto
9	Simão Henriques	Lavrador, comerciante de açúcar.	PE
22	Simão Correia	Comerciante de açúcar	PE
37	Simão Vaz	mercador	Olinda
129	Violante (Dias ou Fernandes)		PE

**APÊNDICE D- Quadro elaborados a partir da obra de “Os judaizantes nas capitanias de cima”**

N. =Nascido em.

F. =Faleceu.

V. = Viajou.

L. = Localizado em.

P. = Preso em.

<b>Pág.</b>	<b>Nome</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Itinerário</b>
<b>A</b>	<b>A</b>	<b>A</b>	<b>A</b>
16, 92	Antônio Tomas		L. Brasil 1591;
155	Antônio de Oliveira		L. Porto Seguro;
150	Antônio Lopes Ilhoa	Senhor de eng	
153	André Lopes Ilhoa		P. PB; V. Lisboa,
165-175	Ana da Paz		L. Olinda;
36	Ana Tristão		
43	Antônio Velho	Ourives	N. no Porto; L. Salvador;
47	Antônio Leitão		
48, 154	Álvaro Pacheco		L. Olinda;
49, 63, 80, 82, 123-139	Ana Roiz		L. BA 1557; V. Lisboa onde F.;
49	Antônio Lopes de Olivença		L. Camaragibe;
51, 93	Álvaro Mendes		L. BA(Matoim);
51, 174, 209, 214	Afonso Mendes	Cirurgião	V. BA 1553; F. 1567;
54	Afonso Serrão		
54, 71	Antônio Dias	Alfaiate	L. PE em 1548;
54, 57	André Lopes de Carvalho		L. BA;
80, 154	Ana Alcoforada		L. BA 1592;
114	Antônio Ribeiro		N. Pamella; L. Matoim; Angola;
145	Ana Rodríguez (Roiz)		
81	Ana D´Oliveira		L. Brasil 1591;
88	Antônio Manrique		L. Brasil 1595;
92	Anrique Monis Teles	Vereador	L. Salvador;
123-139	Álvaro Lopes Antunes		L. BA;
145	Antônio Serrão		
113, 149	Anrique Mendes	Alfaiate	L.PE; L. Porto Seguro;
200	Anrique Nunes	Lavrador	L. Matoim;
206	Antônio da Rosa		
215	Anrique Nunes	Cirurgião	L. PE;
117	Álvaro Sanches		

93, 198	Ambrósio Fernandes Brandão	Escritor	
94	Antônio Lopes Ilhoa	Senhor de eng.	L. Rio Paraguaçu;
33	Álvaro Lopes		L. Matoim;
94	Antônio Ribeiro	Senhor de eng.	L. Matoim;
<b>B</b>	<b>B</b>	<b>B</b>	<b>B</b>
16, 33, 69, 87, 93	Branca Dias	Professora	L. Olinda; F. +ou_ 1580;
16	Branca Roiz		L. Porto Seguro; F. antes de 1591;
26	Bárbara Castelana		L. Olinda 1593;
94	Baltazar Ribeiro	Senhor de eng.	N. Pamella; L. Matoim; V. Lisboa;
39, 111, 204-211	Bento Teixeira	Mestre de moços,	L. Olinda 1594; V. Lisboa onde F.,
40, 165-175,	Bento Dias Santiago	Senhor de eng.,	L. PE;
51, 151	Branca de Leon		L. BA 1591;
53, 164-175,	Beatriz Fernandes		L. Olinda;
74	Branca Mendes		L. São Vicente;
75, 122	Beatriz Antunes		V. Brasil 1559;
145	Beatriz Mendes		L. PE;
76	Beatriz Nunes		
109, 118	Bartolomeu Fragoso	Licenciado em artes,	L. Brasil 1591,
110	Bento Costa	Lavrador,	
<b>C</b>	<b>C</b>	<b>C</b>	<b>C</b>
16, 33, 60, 75	Caterina Mendes		L. BA;
39, 42	Cristóvão Anriques		L. Brasil em 1618;
47	Catarina Álvares		
70, 75	Clara Fernandes		L. BA 1591;
156	Caterina Gomes		
<b>D</b>	<b>D</b>	<b>D</b>	<b>D</b>
10, 40, 63, 71, 93, 104, 164-175	Diogo Fernandes	Senhor de eng.,	L. Olinda; F. Olinda;
25, 103	Diogo Lopes de Évora	Mercador,	Amesterdã; Ilha da madeira; L. BA 1591;
40	Duarte Mendes		
158	Diogo Afonso		
112	Diogo Mendes		L. Olinda,
42	Duarte Dias Anriques		
38	Duarte Nunes		
60	Duarte de Sá	Vereador, senhor de eng.	L. PE;
61	Duarte Roiz		
62	Duarte Fernandes		L. BA 1618;
63, 199	Diogo Nunes	Lavrador,	L. PB
76, 92, 110	Diniz Bravo	Senhor de eng.,	L. BA 1618;

80, 92, 214	Diniz D´Andrade	Boticário, físico.	
81	Duarte Dias Enriques	Mercador,	N. Porto; L. Olinda;
85	Diogo Paiva	Senhor de eng.,	L. Tejucupapo;
91, 94, 190	Diogo Lopes Ilhoa	Senhor de eng.,	L. Salvador 1591
92	Diogo D´Albuquerque		L.BA 1618;
92	Domingo Álvares de Serpa		L.BA 1618;
92, 104, 139	Diogo Lopes franco	Mercador,	L. BA 1618;
102	Diogo Dias Querido	Mercador,	N. Porto; L. BA; V. Amesterdã;
<b>E</b>	<b>E</b>	<b>E</b>	<b>E</b>
72	Enriques Mendes		L. Santo Amaro;
<b>F</b>	<b>F</b>	<b>F</b>	<b>F</b>
104	Francisco Lopes Franco		V. BA-Antuérpia-Flandres-BA;
85	Fernão Soares	Mercador,	
144,	Fernão Lopes		F. antes 1591;
92, 117	Francisco Roiz Navarro	Mercador,	L. Espírito Santo;
112	Fernão Rodrigues da Paz	Professor,	
16	Francisco Dias Soares		
16	Francisco de Leão		N. Vidigueira; V. Brasil em 1578; L. Olinda;
103	Francisco Tomas de Miranda		L. BA; V. Lisboa;
24, 77	Francisco Ribeiro	Capitão, senhor de eng.,	L. PB;
98	Francisco Roiz Castilho	Mercador,	
103	Felipe Dias do Vale		
113	Felipe Cavalcante	Capitão,	N. Florença;
165-175	Felipe da Paz		L. Olinda;
216	Felipe de Guillen	Boiticário, Provedor da fazenda da cap. Porto Seguro,	V. BA 1538; L. Porto Seguro;
38, 60	Fernão Pires		L. Salvador;
42	Fernão Álvares		
47, 69, 215	Fernão Soeiro	Cirurgião,	L. Olinda; F. antes 1591;
50, 94	Fernão Roiz	Mestre de açúcar,	
57, 92	Francisco Lopes		L. BA; V. Flandres;
118	Francisco Lopes	Professor,	L. Rio de Janeiro;
118	Francisco Lopes Brandão	Advogado, lavrador,	L. BA;
62, 116	Fernão Mendes		L. Porto; L. BA 1618;
63	Francisco Soares		L. Olinda;

72, 117, 145	Francisco Mendes		L. São Vicente; L. PE;
72	Francisco da Costa Salazar	Sapateiro,	
75, 79	Fernão Gomes	Alfaiate,	L. BA;
<b>G</b>	<b>G</b>	<b>G</b>	<b>G</b>
10	Gaspar Pacheco		L. São Tomé; L. Brasil;
42	Gomes Lopes	Senhor de eng., rendeiro dos dízimos de açúcar.	
43, 74, 91, 93	Gomes Fernandes		L. BA;
49	Gaspar Dias de Moura	Lavrador,	L. Paripe-BA;
165-175	Guiomar Fernandes		L. Olinda;
54, 145, 157	Gaspar Dias da Vigueira		L. Porto Seguro; F. BA antes 1591;
215	Gaspar Rodrigues ou Gaspar Roiz Tojo	Boticário,	L. Olinda;
63	Gracia da Villa		F. Olinda;
92	Gonçalo Nunes de Lisboa		L. Brasil 1618;
115	Gregório Nunes ou Nidrophí		L. BA; em 1587;
<b>H</b>	<b>H</b>	<b>H</b>	<b>H</b>
36, 63, 93, 122, 123- 139	Heitor Antunes	Mercador, senhor de eng., rendeiro dos dízimos do açúcar.	V. BA em 1557; L. Matoim; F. antes 1591;
47, 154	Henrique Mendes		L. Porto Seguro;
103	Hierônimo Henriques		L. PE; V. Holanda;
104	Henrique Fernandes		
<b>I</b>	<b>I</b>	<b>I</b>	<b>I</b>
50	Isabel Martiniz		
165-75	Isabel Fernandes		L. Olinda;
165-175	Inês Fernandes		L. Olinda;
123	Isabel Antunes		
<b>J</b>	<b>J</b>	<b>J</b>	<b>J</b>
16	João Diaz		
214	João Vaz Serrão	Cirurgião,	L.BA,
35	João Serrão		
39	João Batista		L. BA em 1591;
48	Jerônimo Martins	Mercador	
128	Jerônimo Roiz	Mercador	
49, 63, 41, 165-175	Jorge Dias	Rabi, calceteiro.	F. PE;
207	Jorge Tomas		L. BA;
115	Jorge Martins		
63, 71	Jorge Fernandes	Médico,	F. BA em 1553; F. 1567;

63, 90, 117, 194-201	João Nunes	Onzeneiro, rendeiro dos dízimos, senhor de eng.	L. PB; L. Olinda;
123	Jorge Antunes		F. 1591;
71	Joana Mendes		L. Olinda;
71, 91, 94	João Dias	Lavrador,	L. Brasil em 1559;
78	João da Paz		L. Porto; L. PE;
115	Jorge da Paz		L. BA;
95	João de Souza		
103	João Luis Henriques	Senhor de eng.,	L. PE;
<b>L</b>	<b>L</b>	<b>L</b>	<b>L</b>
16, 63, 101, 113	Luis Álvares	Mercador,	N. Porto; L. Angola; L. Flandres; L. BA 1618;
16, 33, 38, 75, 70, 85, 209	Lianor de Rosa		L. Brasil 1592;
123, 179	Lianor Antunes		L. Matoim;
36	Luis Gomes		
63, 215	Luis Antunes	Boticário,	L. Lisboa; L. Olinda;
76	Luis Lopes		
78	Luis Mendes		L. BA;
91, 94	Luis Lopes Paredes		L. PE 1609 ou 1610;
93 104	Luis Paiva		
<b>M</b>	<b>M</b>	<b>M</b>	<b>M</b>
16	Manoel Diaz		
16, 33, 41, 56	Maria Lopes		V. Brasil 1557; L. BA 1591;
25, 100,	Manoel Roiz Sanches	Mercador, senhor de eng.	N. Portoalegre (Portugal); L. PE; L. Amesterdã;
31, 55, 56,	Manoel Paredes	Mercador, lavrador, banqueiro.	N. Lisboa; F. BA;
39	Manoel Rabelo		L. Brasil 1618;
39, 112, 208	Maria de Peralta		L. Brasil 1594;
42	Manoel Nunes		
4	Maria da Costa		
61	Maria Álvares		
170	Maria da Paiva		L. Olinda;
215	Maria Álvares		L. Olinda;
62	Manoel Dias	Vigário	L. PE;
71	Manoel Lopes		F. antes de 1591;
72	Manoel Fernandes		
76, 94	Matheus Lopes		
214	Mateus Nunes	Cirurgião,	L. Porto; L. BA;
86	Manoel Soares		
88	Miguel Henriques		
156	Miguel Gomes		
102	Manoel Homem de Carvalho		N. Ilha de São Miguel; V Flandres em 1612; BA; PE; Angola;

103	Manoel Sanches		L. PE; V. Flandres;
104	Matias Lopes Franco		
<b>N</b>	<b>N</b>	<b>N</b>	<b>N</b>
110, 123-139	Nuno Fernandes Antunes		L. Matoin;
<b>P</b>	<b>P</b>	<b>P</b>	<b>P</b>
16, 69	Pedralvares Madeira		
16, 116	Pedro Homem ou Men		
41	Pascal de Souza		
4	Pantalião Vaz		
78	Pero Teixeira		L. BA;
209	Pero Anriques	Cirurgião, físico,	
91	Pedro Fernandes Raphael		L. PE em 1609 ou 1610;
92, 100	Paschoal Bravo		L. BA;
95	Pero Nunes	Rendeiro de engenho,	
104	Pero Garcia	Senhor de eng.,	
<b>R</b>	<b>R</b>	<b>R</b>	<b>R</b>
41, 47	Rodrigo Ávila		
116	Rafael Fernandes		N. Antuérpia; F. Salvador em 1613 ou 1612;
52	Rui Gomes	Ourives,	L. Olinda;
78, 79, 91	Rui Teixeira		L. BA;
79	Roque Garcia		
<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>
75	Simão de Leão		
34, 35, 56, 59, 156	Salvador da Maia		L. Ilheus; V. Lisboa;
42	Simão Vaz		
37	Simão Mendes	Mercador,	L. BA;
58	Simão Franco	Feitor de eng.,	L. PE;
63, 174	Simão Soeiro	Senhor de eng.,	L. PE;
74, 92, 103	Simão Nunes de Matos	Senhor de eng.,	L. BA;
<b>T</b>	<b>T</b>	<b>T</b>	<b>T</b>
17	Tristão Ribeiro		L. BA;
91	Tomas Nunes		L. Olinda
90	Tomas Lopes		L. Olinda;
<b>V</b>	<b>V</b>	<b>V</b>	<b>V</b>
112, 208	Violante Fernandes		L. PE;
113	Violante Roiz		
123	Violante Antunes		

## **Anexos**

### **Lista de mapas**

Mapa1-Capitanias de Pernambuco, Paraíba e Itamaracá.

Mapa 2- Perspectiva do Recife e Vila de Olinda

Mapa 3- Ruas de Olinda e a localização dos Cristãos-novos

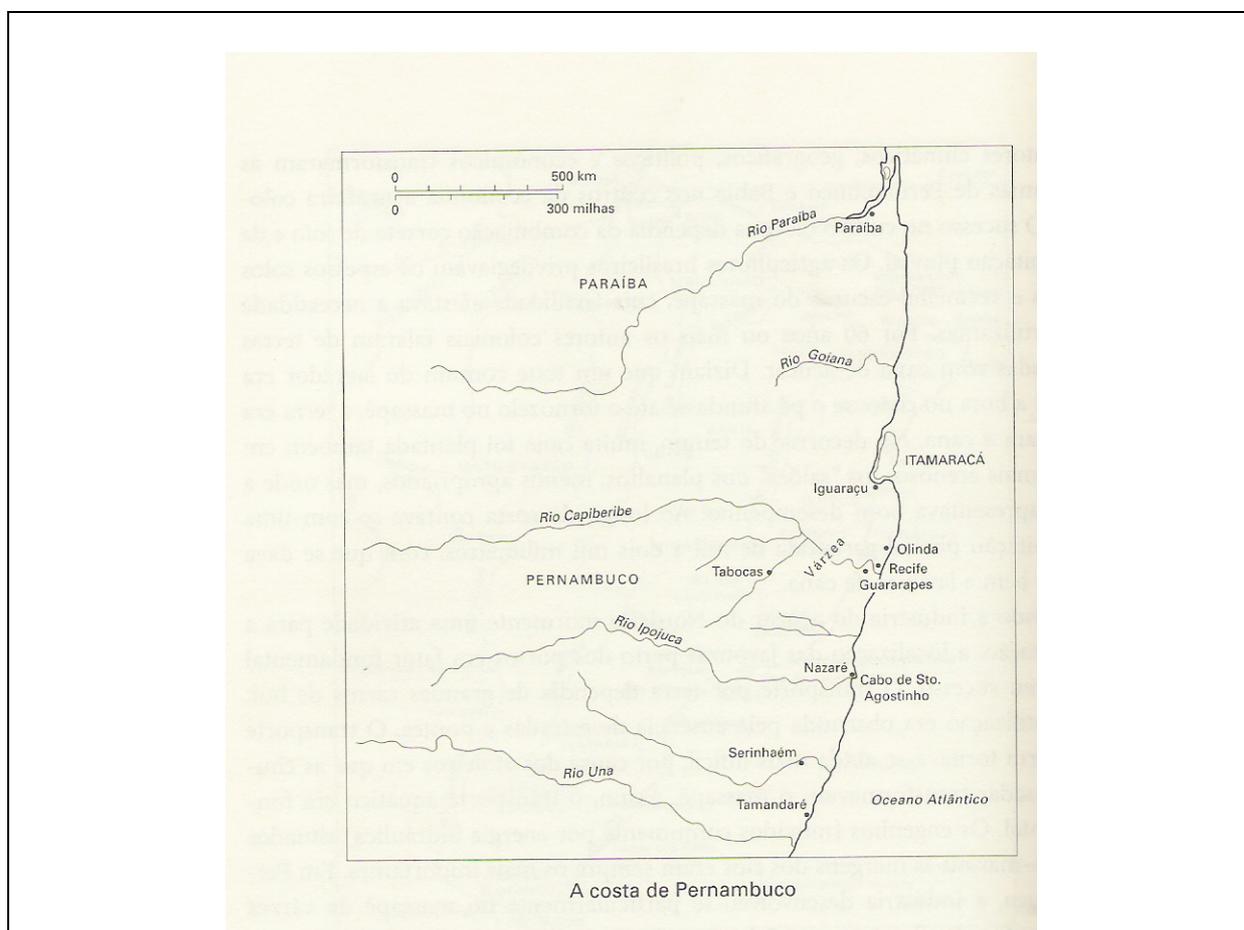
Mapa 4-Capitania da Paraíba, Gaspar Barleus

Mapa 5- Capitania de Pernambuco e Itamaracá, Gaspar Barleus

Mapa 6- Capitania do Brasil, Vingboons

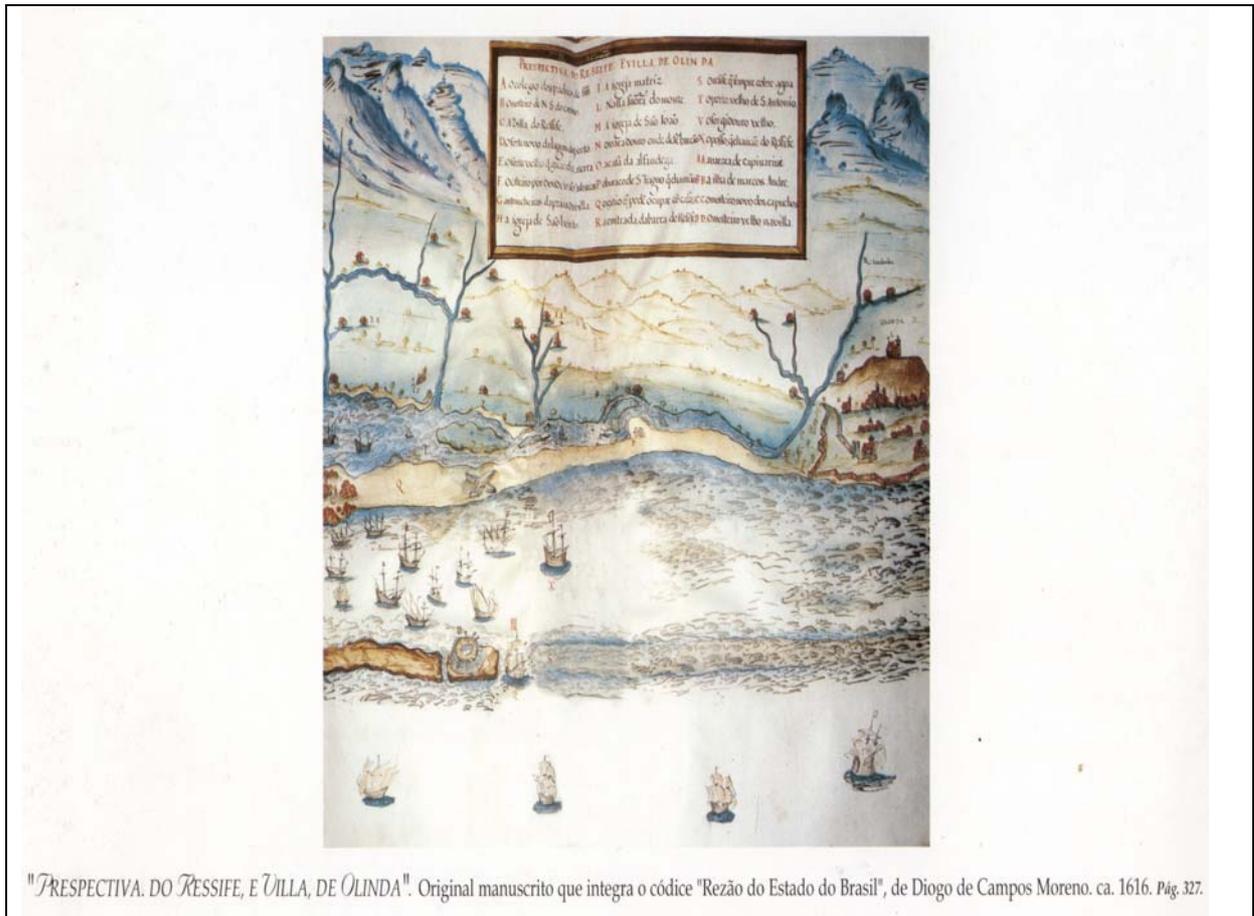
Mapa 7- Marin D'Olinda de Pernambuco, T'Recife de Pernambuco

**Mapa 1-Capitanias de Pernambuco, Paraíba e Itamaracá.**



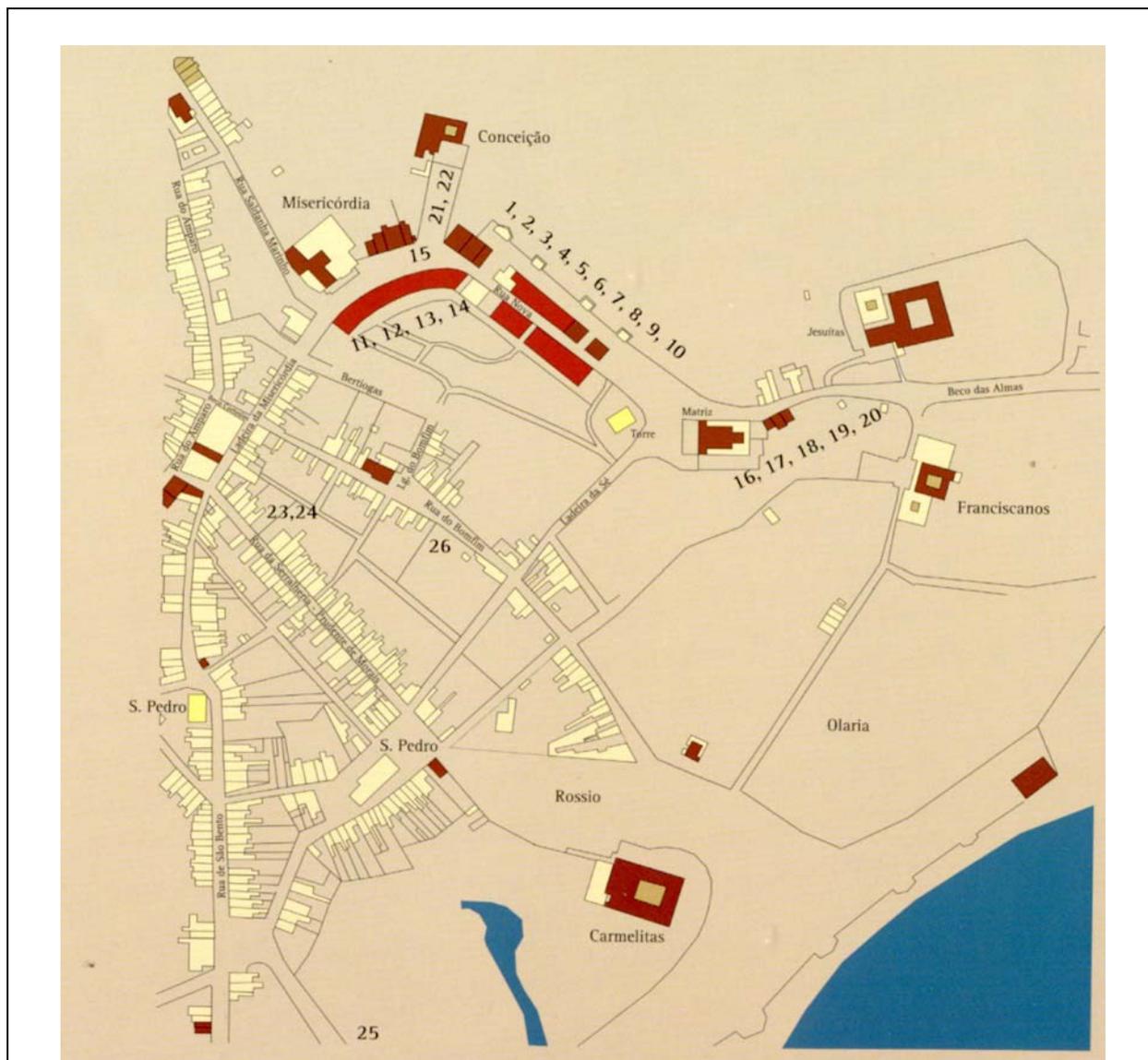
C. R. Boxer. **Salvador de Sá and the struggle for Brasil and Angola 1602-1686**, (London, 1952). SHWARTZ, Stuart B. “O Brasil Colonial, 1580-1750: As grandes lavouras e as periferias”. In: BETHEL, Leslie. **América Latina Colonial**. Vol. I, 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 1999.p. 342.

**Mapa 2- Perspectiva do Recife e Vila de Olinda**



"PERSPECTIVA DO RECIFE, E VILLA DE OLINDA". Original manuscrito que integra o códice "Reção do Estado do Brasil", de Diogo de Campos Moreno. ca. 1616. Pág. 327.

**Mapa 3-Ruas de Olinda e a localização dos Cristãos-novos**



José Luiz da Mota Menezes. Desenho sobre mapa de 1630. Coleção do Autor. In: MENEZES, J. L. M. (2002). **Nova York Nasceu em Pernambuco- Duas estrelas, o mesmo sonho.** Catalogo de Exposição (11/09 a 06/10 de 2005). Instituto Cultural Bandepe. p.18.

### Legenda Mapa 3

#### *Rua Nova*

1. Gaspar Fernandes e M.
2. Antonio Bezerra e Antonio Barbalho
3. Balthazar Leitão e Ignez Fernandes
4. João Nunes
5. Mateus Fernandes
6. Antonio Correia
7. Manuel de Oliveira
8. Henrique Afonso
9. Diogo Fernandes
10. Pero da Rua e Rafael da Mata

#### *Defronte à Misericórdia*

11. Gonçalo Dias
12. Luiz Antunes
13. Rui Gomes
14. Maria de Faria

#### *Junto à Misericórdia*

15. Catarina Fernandes

#### *Rua dos Palhais*

16. Branca Dias
17. Beatriz Luis
18. Fernão Afonso
19. Brasia Monteiro

#### *Detrás da Matriz*

20. Gaspar Rodrigues

#### *Rua da Conceição*

21. André Magno de Oliveira
22. Francisco Camello

#### *Rua da Serralheira*

23. Francisco Roiz
24. Luiz Dias Gomes Roiz

#### *Varadouro*

25. Thomas Lopes-O maniquete

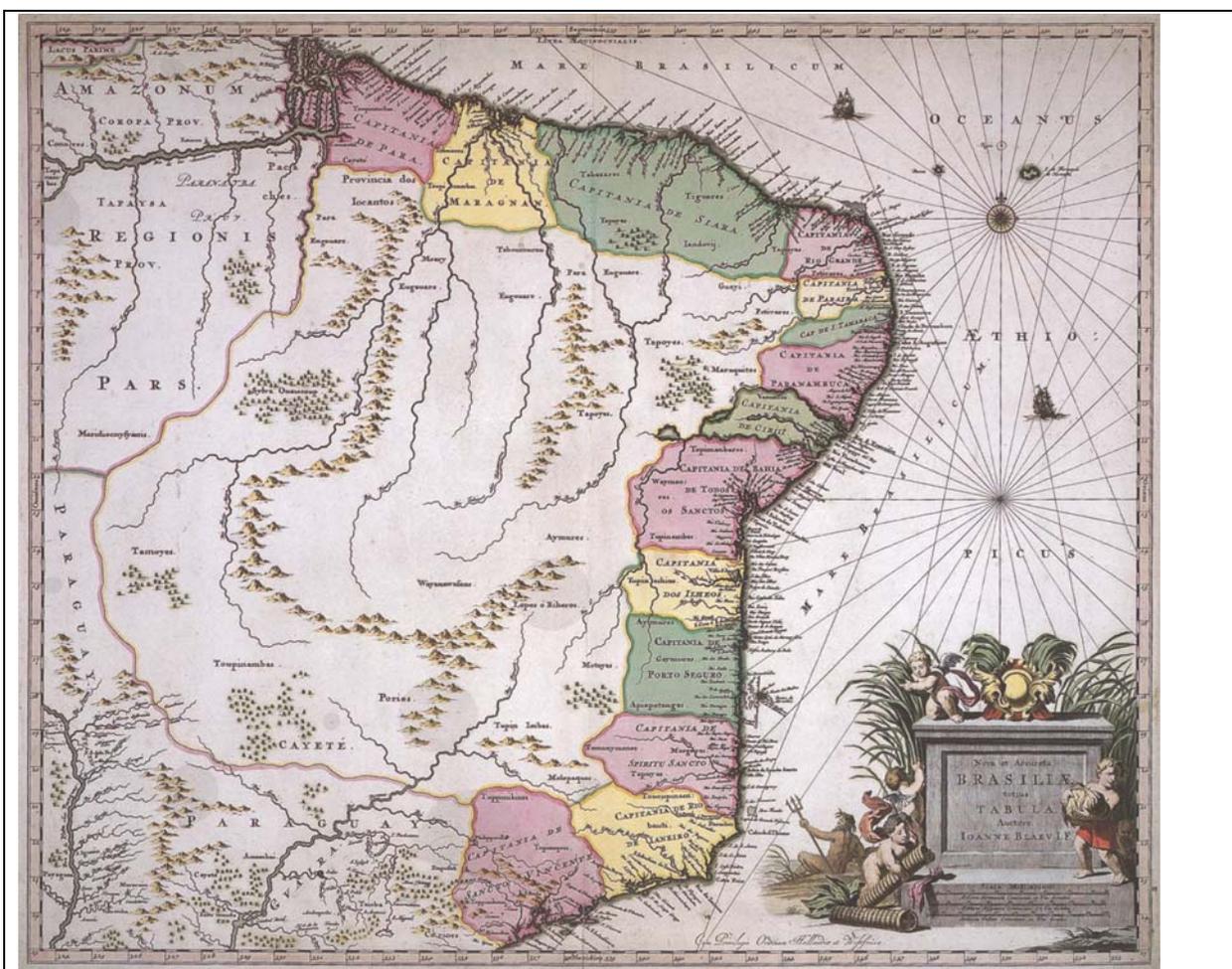
#### *Rua João Eanes*

26. Cristóvam Martins



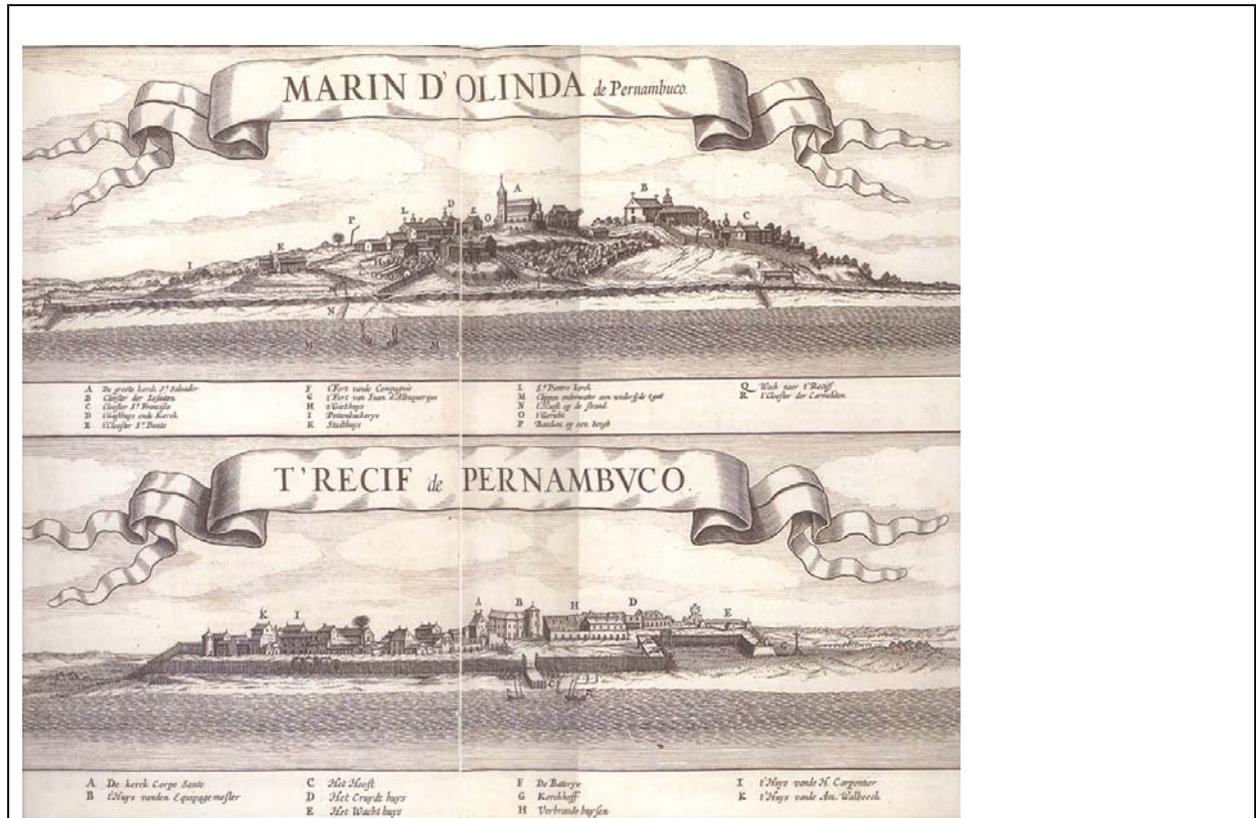


Mapa 6- Capitânicas do Brasil, Vingboons



Nova et acurata Brasilia totius tabula. Água-forte aquarelada. 1637. Acervo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. FONTE: GALINDO e MENEZES. Desenhos da Terra: Atlas Vingboons. Recife, 2003. Pag. 8.

**Mapa 7-** Marin D'Olinda de Pernambuco, T'Recife de Pernambuco.



“Marin D’Olinda de Pernambuco, T’Recife de Pernambuco” Circa, 1630. In: REIS, Nestor Goulart **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP, 2000. pp.78-79.